

**UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA - SP**

WILMARA RODRIGUES CALDERON

**O ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**

Marília - SP
2011

**UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA – SP**

WILMARA RODRIGUES CALDERON

**O ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa:
Organização da Informação

Marília – SP
2011

Ficha Catalográfica

C146a Calderon, Wilmara Rodrigues.

O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica / Wilmara Rodrigues Calderon. – Marília, 2011. 183f.; 30cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães.

Bibliografia: f. 143-159.

1. Arquivo-Tese. 2. Informação arquivística-Tese. 3. Arquivologia-Ensino-Tese. I. Guimarães, José Augusto Chaves. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. III.Título.

CDD: 025.171

WILMARA RODRIGUES CALDERON

**O ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da Informação

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Orientador

Profa. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Johanna Wilhelmina Smit
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Nádina Aparecida Moreno
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Universidade de Brasília

Marília, 07 de dezembro de 2011.

A Deus, primeiramente, infinitamente grandioso, minha riqueza maior.
À minha mãe, minha amiga, companheira, incentivadora e inspiração de vida.
Ao meu esposo Alcibiades e filhos, Andressa e Matheus, minha alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por estar comigo em todos os momentos da minha vida e me mostrar um amor sem igual.

Ao orientador **Dr. José Augusto Chaves Guimarães**, pelo carinho, amizade e generosidade com que me orientou desde o início da pesquisa, procurando fazer com que eu não sucumbisse diante dos desafios que a vida acadêmica nos impõe.

Aos **docentes e funcionários** do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp/Marília pelo apoio e respeito.

Aos **colegas** do Programa de Pós-Graduação da Unesp/Marília pela troca de experiências e companheirismo nessa caminhada.

À **Universidade Estadual de Londrina** por me proporcionar a oportunidade de dedicar esse tempo para me aprofundar nos estudos.

Ao **Departamento de Ciência da Informação** da Universidade Estadual de Londrina, pelo apoio na realização de mais esta etapa de minha vida.

À **Fundação Araucária**, pelo indispensável apoio financeiro sem o qual certamente esta pesquisa teria sido prejudicada.

Aos examinadores **Eduardo Ismael Murguia Marañon e Renato Tarciso Barbosa de Sousa** pelas preciosas sugestões feitas na ocasião do exame de qualificação.

As amigas, **Profa. Dra. Nádina Aparecida Moreno, Dra. Heloísa Bellotto, Dra. Johanna W. Smit** pelo carinho, apoio, amizade e troca de experiências fundamentais para meu crescimento profissional e pessoal.

À **Profa. Maria Cláudia Cabrini Gracio** que com grande competência e generosidade, elaborou a análise estatística dos dados coletados.

À **família Andruzinski, Ana, Sandro, Nathan e Davi**, mais que amigos, irmãos presentes em todas as horas.

À **família Patriota, Ana Lydia, Emerson e Gabriel**, irmãos na fé, modelo de vida e inspiração para minha caminhada.

Aos amigos, **Mariela, Thiago, Jamile, Rafael, Vinícius**, pelas orações e apoio durante essa jornada.

A todos meus **alunos e ex-alunos** o maior motivo para a realização deste trabalho.

A todos aqueles que não foram nominados, mas, que contribuíram para a que a pesquisa fosse possível. Certamente, haverá sempre aqueles que acreditam no nosso trabalho e torcem pelo nosso sucesso.

*O que atenta para o ensino acha o bem,
E o que confia no Senhor, esse é feliz.*

Provérbios 16:20

CALDERON, W.R. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura à prática pedagógica no Brasil. Marília, 2011. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2011.

RESUMO

A identidade de uma disciplina de natureza científica está vinculada à capacidade de se distinguir com clareza seu objeto de estudo, aplicar métodos próprios e desenvolver uma linguagem especializada, de tal modo que seja possível estabelecer relações em diferentes níveis, com outras disciplinas. Dentre os inúmeros desafios que a Arquivística tem sido exposta, a estruturação em termos de linguagem especializada é citada por teóricos como sendo de grande relevância. Partindo do pressuposto que a sedimentação de alguns conceitos básicos contribui para avançar em direção ao desenvolvimento da área, buscou se conhecer, de modo comparativo, a concepção de professores e de teóricos da área, a respeito de termos como “arquivo” e “informação arquivística”. Os professores selecionados foram àqueles responsáveis pelo ensino de aspectos fundamentais, contemplados em disciplinas oferecidas nas séries iniciais dos cursos de Arquivologia do Brasil. A abordagem utiliza a análise teórica descritiva para a exposição do posicionamento dos teóricos e professores e em que medida existe correlação entre esses dois grupos. Observou-se que o referencial teórico que sustenta o ensino arquivístico no Brasil é caracterizado pelo uso de autores nacionais que disseminam sua produção científica em periódicos. Em relação ao conceito “arquivo” pareceu haver maior desenvoltura por parte dos professores em apresentar uma definição que, quase sempre, está refletida pela literatura nacional. No entanto, “informação arquivística” é um termo que causa certo desconforto na comunidade arquivística, de modo geral.

Palavras-chave: Arquivo; Informação arquivística, Arquivística- ensino.

CALDERON, W.R. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura à prática pedagógica no Brasil. Marília, 2011. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2011.

ABSTRACT

The identity of a scientific discipline is linked to the ability to clearly distinguish its object of study, apply its own methods and develop a specialized language so that it is possible to establish relationships at different levels, with other disciplines. Among the many challenges that the Archival Science has been exposed, the act of structuring in terms of specialized language is mentioned by theorists as being of great significance. Assuming that the consolidation of some basic concepts helps to move toward the development of the area, this study aimed to investigate, through a comparison, the conception of professors and theorists in this area about terms such as "archive" and "archival information". The selected professors were those responsible for teaching fundamental aspects taught in the first series of courses on Archival Science in Brazil. The approach uses theoretical-descriptive analysis for exposure of the positioning of theorists and professors, it discusses to what extent there is correlation between these two groups. It was observed that the theoretical referential that supports archival education in Brazil is characterized by the approach of national authors who disseminate their scientific output in journals. The professors' conception on the concepts reveals, at times, the shallowness with which the issue has been handled. Regarding the term "archive", it seemed to be a greater boldness on professors' part to present a definition that is nearly always a reflection of what the national literature professes. However, in relation to "archival information", it is noticed that it is still a term that causes some discomfort in the archival community in general.

Key words: Archive; Archival information, Archival Science-teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disciplinas de fundamentos básicos e suas respectivas ementas	22
Quadro 2 - A trajetória do conceito de arquivos	27
Quadro 3 - Abordagens em relação à configuração da Arquivística	60
Quadro 4 – Traços distintivos do documento de arquivo	75
Quadro 5 – Elementos característicos do conceito de “informação arquivística” encontrados na literatura.....	93
Quadro 6 – Distribuição geográfica dos cursos de Arquivologia do Brasil..	104
Quadro 7 – Titulação dos professores de Arquivologia	105
Quadro 8 – Autores mais citados nos cursos de Arquivologia	113
Quadro 9 – Referencial que não explicita as definições de “arquivo’ e de “informação arquivística”	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Percurso metodológico	12
1.1.1 Caracterização da pesquisa.....	15
1.1.2 Recursos procedimentais	16
1.1.3 Recursos para coleta e tratamento dos dados.....	19
2 ARQUIVO, ARQUIVOLOGIA, ARQUIVÍSTICA	25
2.1 O arquivo na perspectiva histórica	25
2.2 A dimensão conceitual do arquivo	34
2.3 Arquivologia x Arquivística: a trajetória em busca de uma identidade	50
3 O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	64
3.1 A origem do termo documento	64
3.2 O documento sob a perspectiva da Diplomática como subsídio à dimensão Arquivística.....	67
3.3 O documento de arquivo: características e princípios.....	71
3.4 A configuração do documento de arquivo na sociedade contemporânea	77
3.5 A questão da informação arquivística: traços distintivos.....	80
4 A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	95
4.1 Formação profissional do arquivista e o mercado de trabalho	95
4.2 Panorama da formação arquivística no Brasil: elementos históricos	100
4.3 Escolas de Arquivologia.....	104
5 A ABORDAGEM DOS CONCEITOS DE “ARQUIVO” E “INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA” NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA BRASILEIROS	112
5.1 Características do referencial teórico usado no ensino dos conceitos de arquivo e informação arquivística.....	113
5.2 O conceito de arquivo na concepção dos professores brasileiros.....	124

5.3 O conceito de informação arquivística na perspectiva dos professores	131
6 CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	160
Apêndice A	160
Apêndice B	174
Apêndice C	178
Apêndice D	179
Apêndice E	181
Apêndice F.....	182
Apêndice G.....	183

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa decorre de um esforço em compreender os meandros científicos da área, que por sua vez, causam inquietações que me acompanham no meio acadêmico onde atuo como professora no curso de Arquivologia, da Universidade Estadual de Londrina. Tais inquietações são aguçadas, constantemente, pelas reflexões teóricas que ocorrem no desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa, compartilhadas com os alunos do curso de Arquivologia que são a minha fonte de inspiração maior para os investimentos na área.

A Arquivologia, devidamente inserida no âmbito acadêmico-científico, experimenta uma fase caracterizada por instituições de ensino superior firmadas na autonomia didático-pedagógica que admite, por princípio, “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (BRASIL. Ministério da Educação, 1996).

O ensino de qualidade requer, entre outros aspectos, um bom projeto político-pedagógico que esteja em consonância com a autonomia universitária e atenda aos anseios da comunidade acadêmica. Esse, por sua vez, norteará as práticas educativas que devem partir de um planejamento didático-pedagógico sustentado pelas diretrizes curriculares nacionais.

Nesse sentido, as universidades precisam promover o desenvolvimento contínuo do conhecimento que cada vez mais tem sido solicitado no campo do fazer. Mas, na atual sociedade, é praticamente impossível estudar uma determinada área contemplando tudo o que existe publicado; isso representa para o exercício da docência um grande desafio. O professor é responsável por preparar o aluno para construir um pensamento crítico-reflexivo e para um processo de constante busca pelo conhecimento. Nesse sentido, uma das tarefas importantes do professor é a de ensinar como se chegar até a informação e “não distribuir certezas, mas instigar dúvidas; não inculcar a aceitação passiva do estabelecido, mas instrumentalizar para a contestação [...]” (SILVA; CUNHA, 2002, p. 82).

A capacidade de compreender e gerar conhecimento são vitais no universo acadêmico. É dever de todo educador refletir, discordar, repensar e pesquisar acerca de questões de ordem teórico-prática, com o cuidado de não tomar como verdade absoluta as realidades apresentadas, mas analisá-las visando gerar conhecimento que

possa refletir na melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, na formação profissional.

Nesse aspecto, o processo de ensino e aprendizagem deve ser baseado na atividade de pesquisa, permitindo o exercício da reflexão numa ação compartilhada entre professores e os futuros profissionais. A sociedade moderna espera que a formação profissional esteja embasada numa proposta pedagógica na qual as disciplinas ofertadas permitam esse exercício da reflexão, desconstrução e reelaboração de procedimentos metodológicos “a partir de (re) leituras de textos técnico-científicos e de elaboratos a partir de uma mundividência não-pronta, não-acabada e aberta a críticas e modificações” (DUARTE, 2006-2007, p. 150).

Reflexão ampla, planejamento e envolvimento científico devem ser premissas básicas das ações didático-pedagógicas nos cursos de Arquivologia. Trata-se de uma área em ascensão que tem sido impulsionada, principalmente, pelo aumento da produção documental e pelo crescimento das tecnologias de comunicação dos últimos tempos. Sousa (2010) afirma que a Arquivologia experimenta um bom momento, na atual sociedade brasileira, no que diz respeito às bases que sustentam o ensino e a pesquisa, cabendo às Universidades um papel importante na melhoria do ensino e da pesquisa em Arquivologia.

Mas quais seriam essas bases? Que escolhas têm sido feitas para sustentar teoricamente as disciplinas de caráter fundamental? O referencial teórico arrolado nas disciplinas serve para dar suporte ao ensino dos conteúdos temáticos e, de certa forma, indicam as opções teóricas feitas pelos professores. Conseqüentemente, é possível, a partir da análise dessa bibliografia, conhecer como um determinado assunto tem sido apresentado ao aluno e, em se tratando de conceitos básicos, é fundamental que o futuro profissional tenha a compreensão clara dos aspectos que os tornam particulares no âmbito acadêmico-científico.

Nesse sentido, é oportuna a discussão dos conceitos para uma determinada área, sobretudo aquelas que buscam se firmar no universo científico, como é o caso da Arquivologia/Arquivística¹. Para este estudo destacamos, dentre os diferentes conceitos da área, dois deles que julgamos de suma importância, em razão do destaque que recebem na literatura arquivística. Um deles é o termo “arquivo”, cuja

¹ Os termos Arquivística/Arquivologia, nesta tese, serão utilizados como sinônimos, embora existam trabalhos que, fundamentados em discussões teóricas, defendam um ou outro termo. No Brasil, o termo Arquivologia é o mais utilizado. Para maiores detalhes, consultar Heredia Herrera (1993).

noção tem sido objeto de ampla discussão e fazer uma reflexão acerca das controvérsias existentes, é salutar para promover a compreensão do seu significado; o outro termo é “informação arquivística” que aparece com frequência na literatura, a partir da década de 1980, mas que ainda não se tem muita clareza acerca do seu significado. Seria um significante pobre de significado ou, um rótulo de moda?

Assim sendo, o objetivo geral desta tese foi de analisar as concepções de arquivo e informação arquivística que têm permeado o ensino de Arquivologia no País.

Para tanto, elencamos como objetivos específicos:

- ✓ Identificar quais bases teóricas fundamentam a concepção de arquivo e informação arquivística;
- ✓ Identificar o referencial teórico utilizado pelas escolas brasileiras de Arquivologia, nas disciplinas introdutórias da área;
- ✓ Conhecer a compreensão dos professores das disciplinas fundamentais dos cursos de Arquivologia do Brasil, acerca dos conceitos mencionados.

Surgiu, então, uma primeira dificuldade: Como analisar toda a literatura que aborda os conceitos destacados? Tornou-se, portanto, imprescindível optarmos por um parâmetro exequível e consistente que, de fato, contribuísse para uma análise dos trabalhos publicados na área. Caso contrário, correríamos o risco de tornar a tarefa inacabada.

Optamos, assim, pela análise da literatura arrolada pelas escolas de Arquivologia do Brasil, as quais são responsáveis pela formação de profissionais que atuarão no mercado de trabalho, em nível teórico-prático. Atualmente, são 16 escolas no Brasil, distribuídas nos estados de São Paulo, Amazonas, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. É um *lócus* privilegiado, onde interagem aqueles que participam do processo educacional, desenvolvendo e adquirindo conhecimentos e habilidades, visando a entender e a agir na realidade que os cerca.

Para a análise da literatura utilizada pelas escolas de Arquivologia, foi necessário recorrer à grade curricular dos cursos de modo a identificar, dentre as disciplinas oferecidas, aquelas que introduzem os alunos no universo conceitual da Arquivologia, e que são denominadas de formas diversas pelas escolas.

Foi um longo caminho percorrido até a obtenção dessas informações. Além da dificuldade de obter informações sobre a grade curricular de alguns cursos, houve casos em que obter uma cópia dos programas das disciplinas elencadas para a pesquisa, bem como as respostas dos respectivos responsáveis pelas mesmas, foi um processo desgastante.

1.1 Percurso Metodológico

Para atingir os objetivos da pesquisa, os procedimentos teóricos e operacionais foram escolhidos de maneira a garantir sua validação científica. Assim, passaremos a seguir a expor os fundamentos teóricos e procedimentais que sustentaram a discussão do problema proposto.

1.1.1 Caracterização da pesquisa

O ser humano construiu seu caminho ao longo do tempo, fruto da necessidade que lhe é inerente em descobrir sobre o mundo que o cerca. No campo científico e tecnológico foram muitas as conquistas advindas do conhecimento adquirido por meio da pesquisa. O termo conhecimento tem origem na palavra francesa “connaissance” que significa “naissance = nascer com” (MICHEL, 2005, p. 14-15) e, de acordo com o autor, é possível afirmar que uma pessoa adquiriu conhecimento sobre algo quando ela for “[...] capaz de reunir experiências, percepções sensoriais próprias e lembranças, ideias formando novos conceitos”.

Em relação a um objeto ou fenômeno é possível se ter diferentes tipos de conhecimento: dogmático, empírico, filosófico e científico. O conhecimento científico, especificamente, é obtido com base na ciência e requer uma postura investigativa, de análise e de crítica, e na escolha de um método apropriado. A escolha desse método é feita considerando as propriedades do objeto ou fenômeno que será estudado em uma investigação científica.

No âmbito das ciências sociais, Michel (2005, p. 23) afirma que

o objeto é histórico, o que significa dizer que as entidades estudadas nas ciências sociais sofrem desgaste temporal, modificam-se com o passar do tempo [...]. Os grupos sociais, as instituições, as leis, as visões de mundo são específicos de um momento, de um espaço; são transitórios, passageiros, estão em constante dinamismo, e, potencialmente, tudo pode ser transformado.

A Arquivística, tal como uma ciência social, admite diferentes tipos de pesquisa e uma variedade de métodos, cada qual apropriado a um tipo de problema. Assim, o objeto, os objetivos e o referencial teórico dessa pesquisa conduzem para uma abordagem metodológica do problema de natureza quali-quantitativa, tendo por base a interpretação da literatura arquivística e da percepção dos sujeitos em relação aos conceitos teóricos selecionados e o tratamento dos resultados obtidos com o uso de recursos métricos.

A pesquisa em questão de natureza bibliográfica e documental, busca identificar na literatura arquivística nacional e internacional utilizada pelas escolas brasileiras, os aspectos que caracterizam os conceitos de arquivo, de documento de arquivo e de informação arquivística, de modo a evidenciar como se posiciona a teoria frente às exigências da sociedade da informação.

Também com base nos objetivos propostos, classificamos essa pesquisa como sendo de natureza aplicada e descritiva. Danton (2002, p.10) define a pesquisa descritiva como um tipo de pesquisa que “observa, registra e analisa os fenômenos, sem manipulá-los”, ou seja, “procura descobrir a frequência com que ocorre, sua natureza, suas características, sua relação com outros fenômenos”. Esse tipo de pesquisa tem o intuito de descrever as características de certa população ou de um fenômeno.

1.1.2 Recursos procedimentais

No tocante aos recursos procedimentais, partimos de uma ampla pesquisa bibliográfica que teve o objetivo de respaldar teoricamente a pesquisadora no desenvolvimento da fase descritivo-analítica. Para tanto, buscamos a literatura técnico-científica de cunho arquivístico que abordasse os tópicos selecionados. Nesse momento, as principais fontes consultadas foram os portais como o Capes, Scielo, Unesco, sites oficiais de Associações de Arquivistas, de Instituições arquivísticas, entre outras. A partir desses foi possível obter um conjunto de textos escritos por autores nacionais e estrangeiros que compõem a comunidade científica da área e que podem ser consultados ao final deste trabalho, no item Referências. Foram também objeto de estudo, as referências constantes dos programas das disciplinas que foram apontadas pelos professores no questionário como sendo aquelas utilizadas para o ensino dos conceitos de “arquivo” e “informação arquivística”.

Assim, é possível uma síntese do quadro teórico analisado da seguinte forma: para o estudo da história/evolução do conceito de arquivo ao longo dos anos utilizamos Muller, Feith e Fruin (1973), Tanodi (1975, 1979), Tanodi Chiapero (1987), Castro, Castro e Gasparian (1988), Lodolini (1988), Koselleck (1992), Heredia Herrera (1993), Lodolini, (1993), Mendo Carmona (1995ab), Lopes (1996), Vazquez (1996), Ketelaar (1996), Rousseau e Couture (1998), Fonseca (1999), Fuster Ruiz (1999), Delmas (2001), Ketelaar (2001), Thomassen (2001), Arévalo Jordán (2002), Bellotto (2002), Schellenberg (2002), Silva et al. (2002), Sousa (2002), Tschan (2002), Alberch i Fugueras (2003), Moreno (2004), Reis (2006), Heredia Herrera (2007), Marques (2007), Cruz Mundet (2008), Hora, Saturnino e Santos (2010) e Sousa (2010).

Em busca de uma melhor compreensão da trajetória da Arquivística até sua consolidação como uma disciplina no contexto da Ciência da Informação, foram estudados Muller, Feith, Fruin (1973), Tanodi (1975), Castro, Castro e Gasparian (1988), Lodolini (1988), Jardim e Fonseca (1992), Duranti (1993), Heredia Herrera (1993), Lodolini (1993), MacNeil (1994), Romero Tallafigo (1994), Bearman (1995), Mendo Carmona (1995ab), Ruíz Rodríguez (1995), Cook (1996ab), Martín-Pozuelo (1996), Ketelaar (1996), Vázquez (1996), Cook (1997), Pinheiro (1997), Rousseau e Couture (1998), Nuñez Fernández (1999), Thomassen (1999), Delsalle (2000), Cook (2001), Delmas (2001), Japiassu e Marcondes (2001), Menne-Haritz (2001), Ribeiro (2001ab), Rumschöttel (2001), Thomassen (2001), Arévalo Jordán (2002), Bellotto (2002), Ribeiro (2002), Rondinelli (2002), Schellenberg (2002), Silva et al. (2002), Alberch i Fugueras (2003), Araújo (2003), Fredriksson (2003), Menne-Haritz (2003), Smit (2003), Moreno (2004), Fonseca (2005), Duchein (2006), Masson (2006), Marques (2007), Marques e Rodrigues (2007), Castro (2008), Cruz Mundet (2008), Fonseca (2008), Marques (2008), Rabello (2009), Rodríguez López (2009), Marques e Rodrigues (2009), Santana e Mena Mugica (2009), Bellotto (2010), Castro e Rodrigues (2010), Eastwood e MacNeil (2010), Murguia (2010), Silva e Guimarães (2010), Tognoli (2010) e Marques e Rodrigues (2011).

Para explorar os aspectos relativos à informação arquivística, adotamos os seguintes autores: Dahlberg (1978), Campbell (1989), Buckland (1991), Koselleck (1992), Oliveira (1992), Dollar (1993), Camargo e Bellotto (1996), Lopes (1996), Bellotto (1998ab), Jardim e Fonseca (1998), Marcondes (1998), Marinho Junior e Guimarães e Silva (1998), Rousseau e Couture (1998), Fonseca (1999), Jardim (1999ab), Miranda (1999), Carvalho e Longo (2002), Ribeiro (2002), Silva e Ribeiro

(2002), Kemoni, Wamukoya, Kipang'at (2003), Le Coadic (2004), Calderon et al. (2004), Jardim e Fonseca (1998), Brito (2005), Fonseca (2005), Cornelsen e Nelli (2006), Leão (2006), Moreno (2006), Oliveira (2006ab), Silva (2006), Andrade (2007), Indolfo (2007), Louzada (2007), Moreno (2007), Nascimento e Flores (2007), Silva (2007), Fauvel e Valentim (2008), Moraes e Fadel (2008), Nascimento e Flores (2008), Silva (2008abc), Rabello (2008, 2009), González de Gómez (2009) e Sousa (2009, 2010) e Silva (2010).

Outro recurso utilizado foi a pesquisa documental, que é bastante similar à pesquisa bibliográfica. No entanto, a principal diferença entre ambas está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Porém, chamamos a atenção para o fato de que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Foram analisados os programas das disciplinas e os questionários enviados aos professores. Inicialmente, é preciso que apresentemos como foi realizada a identificação das disciplinas e dos respectivos professores. Na maioria dos casos, fizemos uma busca nos sites dos cursos. Quando isso não foi suficiente, fizemos contato por e-mail e/ou telefone com a coordenação do curso, para obter cópia da grade curricular dos cursos de Arquivologia. Com isso foi possível conhecer o conjunto de disciplinas oferecidas pelos diferentes cursos e, com base nessa informação, fizemos uma seleção prévia das disciplinas que interessariam a esta pesquisa.

Posteriormente, foram feitos contato por e-mail e/ou telefone com a coordenação para obtermos informações sobre os professores responsáveis por essas disciplinas para que pudéssemos entrar em contato. Assim, esses professores foram contatados visando se certificar se o ensino dos tópicos mencionados era efetivamente tratado na disciplina e, em se confirmando tal fato, solicitávamos aos mesmos, uma cópia do conteúdo programático, no qual consta, entre outras informações, a bibliografia utilizada. O conjunto de todas as referências arroladas pelas instituições de ensino encontra-se discriminado no Apêndice A.

1.1.3 Recursos para coleta e tratamento dos dados

A coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos e complementares. Primeiramente, analisamos o referencial teórico utilizado nas disciplinas (Apêndice B) visando estudar a concepção dos teóricos acerca dos conceitos mencionados e, num outro momento, analisamos as respostas obtidas dos professores por meio de questionário (Apêndice C), que representam suas concepções acerca também dos conceitos de arquivo e informação arquivística.

Os questionários foram enviados por meio eletrônico e, após serem preenchidos, também foram devolvidos por via eletrônica. Cabe ressaltar, porém, que a morosidade que envolveu essa etapa pode ser atribuída a diversos fatores, dentre eles: a necessidade de, em algumas situações, entrar em contato com a instituição para acessar a grade curricular do curso e, ainda, a demora na obtenção das respostas dos professores, justificada pelo excesso de trabalho, problemas de ordem pessoal, entre outros.

O questionário, composto por quatro questões abertas, solicitava aos professores que explicitassem o que entendem por “arquivo” e “informação arquivística” e também, que indicassem quais os itens constantes da bibliografia arrolada nos programas das disciplinas, eram utilizados com os alunos para a discussão conceitual de arquivo e informação arquivística. Outra questão, especificamente, indagava se os professores entendiam, ou não, o arquivo como sistema de informação. Nesse caso, após a realização do exame de qualificação, avaliamos as ponderações da banca e percebemos que essa questão demandaria uma discussão de dimensão diferente da proposta nesta pesquisa, razão pela qual, optamos por desconsiderá-la.

A análise do referencial teórico indicado pelos professores possibilitou que construíssemos o conhecimento acerca da concepção dos teóricos a respeito do assunto em questão e que será apresentado, em detalhes, no capítulo 5. Da mesma forma, foi analisada a concepção dos professores que ministram as disciplinas de caráter fundamental dos cursos de Arquivologia, especificamente em relação aos conceitos “arquivo” e “informação arquivística”.

A concepção dos professores foi analisada e confrontada com o posicionamento encontrado no referencial teórico, de modo a identificar as tendências teóricas que permeiam o ensino arquivístico do País. Para essa construção foi importante, primeiramente, o uso da análise de conteúdo que é balizado pelas fronteiras

da linguística tradicional e da hermenêutica. Entre ambas, está o grupo de métodos lógico-semânticos que permite uma classificação lógica a qual segue parâmetros mais ou menos definidos e cuja análise se baseia em definições que são problemas da lógica. Os critérios que nortearam a operação de classificação das definições atribuídas pelos professores foram definidos, a priori, segundo os elementos constitutivos dos conceitos: natureza, objeto e objetivos.

A identificação das tendências científicas foi obtida a partir do uso do recurso métrico conhecido como análise de cocitação. Esse recurso permitiu explorar a estrutura científica de um campo do conhecimento e, nesta pesquisa, propiciou o conhecimento de aspectos pontuais da área arquivística.

Com base na lista de referências indicadas pelos professores como sendo aquelas utilizadas para a discussão dos conceitos de arquivo e de informação arquivística, construímos um quadro (Apêndice D) que evidencia o número de planos de disciplinas, de trabalhos e de citações que cada autor recebeu e com base nesse quadro elaboramos a matriz de cocitação (Apêndice E).

A partir dessa matriz de cocitação foram construídos diagramas e mapas representacionais de uma estrutura composta por grupos de autores que estão na mesma linha de pensamento ou relativamente próximos. Essas estruturas simbólicas foram baseadas na contagem de vezes que os autores são citados, simultaneamente, em um mesmo trabalho.

A construção das redes foi possível a partir do uso da ferramenta MDS - *multidimensional scaling* - disponível no *software Ucinet*, que dispõe proximamente na figura, os autores com alta similaridade de cocitação e distancia os autores com baixa similaridade em termos de cocitação.

Segundo Mattos e Dias (2010), “apesar das limitações, as citações configuram-se como importantes documentos para investigar o estado atual de um campo do conhecimento”. Existem diferentes formas de cocitação², mas nesta pesquisa a aplicação do método considerou para a contagem todos os autores referenciados. Cabe salientar que definimos como nota de corte o número de três trabalhos.

O uso desse método possibilitou o desenho do quadro teórico que sustenta o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de arquivologia do Brasil e os

² Para maiores detalhes sobre as formas possíveis de cocitação buscar em Rousseau e Zucala (2004).

dados resultantes da aplicação desse método foram discutidos e os resultados apresentados no capítulo 5, em forma de gráficos.

No que se refere ao cenário da pesquisa, tem-se o ensino de Arquivologia, que se materializa em diferentes regiões do País, perfazendo um total de quinze cursos. Porém, dois cursos (UNESP/Marília e UFMG) não participaram dessa pesquisa. No caso da UNESP/Marília foi uma opção, baseada no fato de o orientador da pesquisa ser docente do curso de Arquivologia, mais especificamente da disciplina ligada à temática da tese. No caso da UFMG, apesar da nossa insistência, não foi possível obter a resposta ao questionário encaminhado por e-mail, aos docentes indicados como responsáveis pelas disciplinas por nós selecionadas, em razão de que suas ementas previam o ensino dos fundamentos básicos da área arquivística.

Ao todo foram selecionadas quinze disciplinas que são ministradas nas séries iniciais, com uma carga horária que varia entre 54h e 90h. Suas ementas denotam que essas disciplinas têm o objetivo de inserir o aluno no contexto teórico do mundo arquivístico (Quadro 1).

Foi possível identificar, ao todo, duzentos e trinta e sete itens referenciados, conforme consta do Apêndice A. Dentre esses destacamos o(s) item(ns) usado(s) especificamente, para abordar esses conceitos em destaque (Apêndice B), num total de setenta e três referências.

Vale ressaltar que em um dos planos de disciplinas, na Bibliografia, o professor indicava duas referências utilizadas, como sendo dois números da Revista Arquivo & Administração. Nesse caso, optamos por analisar todos os artigos publicados nos referidos fascículos. Com exceção de dois trabalhos apenas³ que não puderam ser obtidos, todos os demais trabalhos foram analisados pela pesquisadora com o objetivo de averiguar a abordagem dada pelos autores aos conceitos de arquivo e informação arquivística. Todas essas informações e também a perspectiva dos professores entrevistados serão apresentadas em detalhes no capítulo 5.

³ Os trabalhos a que nos referimos estão referenciados no Apêndice B, como sendo os de número 32 e 52.

Quadro 1 – Disciplinas de fundamentos básicos e suas respectivas ementas

Disciplina/Instituição	CH	Ementa	IES
Fundamentos da Arquivologia, Biblioteconomia e da Ciência da Informação	68	Princípios e teorias da Ciência da Informação e da Arquivologia. Conceitos básicos que fixam o perfil, a posição e a função da Arquivologia no campo da Ciência da Informação.	UFBA
Introdução à Arquivologia	60	Origem e conceito. Estudo e evolução da Arquivologia. Ciclo vital dos documentos. Princípios da Arquivística. A atuação profissional do arquivista em instituições públicas e privadas. A informação, a documentação e o conhecimento. A interdisciplinaridade em Arquivologia	UNIRIO
Introdução ao Estudo da Arquivologia	60	Não consta no programa recebido e nem no site do curso	UFSM
Fundamentos Arquivísticos	90	Não consta no programa recebido e nem no site do curso	UFSM
Fundamentos da Arquivística	60	Arquivologia: conceituação e consequências. Interdisciplinaridade com a Ciência da Informação e áreas afins. Terminologia arquivística.	UFPB
Introdução à Arquivologia	60	Conceitos gerais: arquivo e arquivologia – objeto, campo de atuação; classificação e tipos de arquivo; História da Arquivologia; Profissão do arquivista; legislação básica; Noções de ética arquivística; Ciência da Informação; Áreas afins da Arquivologia.	UFES
Introdução à Arquivologia	60	Arquivologia: conceituação, evolução, doutrina. O aparecimento do arquivista e suas consequências. Relações com a Ciência da Informação. Áreas principais da terminologia arquivística. Aspectos profissionais e técnico-científicos da área. Legislação e ética.	UNB
Fundamentos da Arquivologia	60	Conceituação, importância, objeto do arquivo. Evolução histórica dos arquivos. Relação com outras ciências. Classificação dos arquivos. Bibliografia arquivística. Terminologia e legislação arquivística.	UFRGS

Continuação...

Epistemologia da Ciência da Informação	60	Ciência da Informação e sociedade. Abordagem histórico-conceitual da Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia. Profissionalização: legislação, código de ética e órgãos de classe. Formação e prática profissional. Mercado de trabalho.	UFAM
Fundamentos da Arquivologia	54	Conceituação, importância, objeto do arquivo. Evolução histórica dos arquivos. Relação com outras ciências. Classificação dos arquivos. O profissional arquivista. Bibliografia arquivística. Terminologia e legislação arquivística.	FURG
Fundamentos da Ciência da Informação e Arquivologia	60	Princípios e teorias da Ciência da Informação e Arquivologia.	UEL
Fundamentos Arquivísticos I	60	Histórico da construção do saber arquivístico; as características da informação arquivística; principais conceitos; terminologia.	UFF
Fundamentos Arquivísticos II	60	Não consta no programa da disciplina nem no site do curso.	UFF
Introdução à Arquivologia	80	Histórico da construção do saber arquivístico; as características da informação arquivística; principais conceitos; terminologia; legislação arquivística; a organização das instituições arquivística no Brasil; organizações internacionais na área arquivística; o estado da arte da pesquisa em Arquivologia.	EPB
Introdução à Arquivologia	72	Arquivologia: natureza e função dos Arquivos. O documento arquivístico. Princípios, métodos e técnicas da Arquivologia. Os diferentes tipos de Arquivos.	FSC

Esperamos que a pesquisa em tela possa, de alguma forma, contribuir também para a reflexão acerca da formação de profissionais dispostos à superação dos limites determinados por uma concepção arraigada em parâmetros tradicionais que poderiam, de certa forma, limitar o potencial do arquivo como fonte de informação.

A pesquisa encontra-se estruturada nos seguintes capítulos, conforme apresentamos a seguir:

No capítulo 2, apresentamos as dimensões histórica e conceitual do termo arquivo, e também uma síntese a respeito da trajetória da Arquivística/Arquivologia em direção à construção de uma identidade. Dessa forma, destacamos desde o período da Antiguidade até a atualidade, quais foram os principais aspectos que contribuíram para que o arquivo chegasse à posição que assume atualmente junto à sociedade. Também aborda a Arquivística/Arquivologia como área que é alvo de discussões acerca da sua cientificidade e que, atualmente, experimenta uma mudança de paradigma.

O capítulo 3 tem por função apresentar como a área define e caracteriza o documento de arquivo e a informação arquivística. Sobretudo, relativo a esse último termo, pretendemos destacar qual a noção dos teóricos da área acerca dos elementos que a caracterizam como uma das dimensões do objeto da Arquivística.

No capítulo 4, esboçamos a configuração do ensino arquivístico praticado no Brasil, em termos de escolas e de tendências teóricas. Foram destacadas as disciplinas que abordam os conceitos básicos da área, em especial os conceitos de arquivo e informação arquivística e o referencial teórico que sustenta o ensino.

No capítulo 5, apresentamos os dados coletados e analisados à luz do referencial teórico da área que fundamentou a reflexão acerca da perspectiva dos professores quanto aos conceitos mencionados e da literatura citada no programa das disciplinas fundamentais dos cursos de arquivologia no Brasil.

2 ARQUIVO, ARQUIVOLOGIA, ARQUIVÍSTICA

2.1 O arquivo na perspectiva histórica

O título do capítulo guarda uma relação bastante complexa entre os arquivos e a teoria que se propõe a sustentar as suas práticas. A formação do arcabouço teórico, atualmente identificado como Arquivística ou Arquivologia, foi sendo construído *pari passu* às práticas desenvolvidas nos arquivos, de modo que estes cumprissem a sua função. Cabe destacar que, concomitantemente à relativa instabilidade social, característica da evolução da humanidade, a função dos arquivos sofreu alterações substanciais decorrentes do desenvolvimento social e das respectivas necessidades informacionais.

É possível afirmar que os arquivos são o resultado das atividades humanas, razão pela qual a sua história é influenciada pelo desenvolvimento social e, portanto, não deve ser contada à parte da História em geral (MENDO CARMONA, 1995a). Porém, compreender a trajetória dos arquivos não é uma tarefa fácil; exige a superação de algumas dificuldades como a de encontrar fontes que façam essa síntese e superar a dispersão historiográfica que acarreta na produção de resultados bibliográficos desiguais e fragmentados. Soma-se a isso o caráter multidisciplinar que envolve esse assunto, tornando ainda mais difícil a construção de uma síntese a respeito.

Ao longo do tempo, a história dos arquivos é contada por vários autores e, mesmo correndo o risco da redundância, optamos por fazer uma síntese analítico-histórica desse percurso, como forma de contextualizar o surgimento da Arquivística enquanto campo do conhecimento.

Inicialmente, foi preciso “garimpar” e identificar, na literatura existente, trabalhos que façam esse registro. Constatamos que autores de diferentes partes do mundo registraram a história dos arquivos e como surgiu a disciplina Arquivística, resultando em fontes bibliográficas de larga monta. Assim sendo, selecionamos, dentre as fontes existentes, trabalhos que julgamos de maior expressividade na área e que normalmente são utilizados pelas escolas brasileiras como referencial teórico, tais como: Mendo Carmona (1995a), Rousseau e Couture (1998), Silva et al. (2002). O conjunto dessas obras permite uma compreensão abrangente da história dos arquivos e de suas funções nas diferentes civilizações.

Nesse sentido, pretendemos destacar algumas características de cada período histórico em relação ao surgimento dos arquivos, a respeito do qual, aliás, não há consenso: há quem afirme que os arquivos surgiram no período pré-histórico, quando as pessoas registravam nas paredes das cavernas e grutas informações a respeito de seu cotidiano (HORA, SATURNINO, SANTOS, 2010); outros preferem relacionar o surgimento dos arquivos à escrita e, portanto, afirmam que os arquivos apareceram na civilização do Médio Oriente, há seis mil anos (SCHELLENBERG, 2002; MARQUES, 2008; SILVA et al., 2002; REIS, 2006).

Sem dúvida, a invenção da escrita marcou a história dos arquivos e não só isso: também viabilizou o acompanhamento da evolução do suporte, do tipo de informação registrada, bem como dos métodos de trabalho e das funções das pessoas responsáveis pela gestão da informação (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 29).

Partindo, então, do entendimento que a escrita é o fator determinante para o estudo dos arquivos, apresentamos a proposta de Silva et al. (2002) que defendem uma “perspectiva diacrônica” para estudar a história dos arquivos, a partir da qual se busca compreender os arquivos desde o surgimento da escrita, no berço das civilizações pré-clássicas, passando pela prática greco-romana até a prática medieval e moderna quando, na opinião dos autores, tem-se a configuração da Arquivística como disciplina.

A trajetória dos arquivos é contada por alguns teóricos, tendo por base critérios específicos; outros utilizam períodos históricos clássicos (ver Quadro 2) que, conforme denuncia Moreno (2004), não se trata de um procedimento metodológico consensual. Os teóricos como: Mendo Carmona (1995a) define cinco períodos; Casanova (1928) e Bautier (1968) definem quatro períodos; Brenneke (1968), Sandri (1970) e Lodolini (1991) destacam três períodos e, por fim, Cruz Mundet (2008) e Romero Tallafigo (1994) estabelecem apenas dois períodos.

Nesse contexto, Bautier (1968) se baseou nos períodos tradicionalmente usados pela história, ou seja, Idade Antiga (Arquivos dos Palácios), Idade Média (Tesouros Documentais – de Chartes), Idade Moderna (Arquivos como arsenal das autoridades) e Idade Contemporânea (Arquivos como laboratórios da História). Sandri (1970) e Lodolini (1991) apontam três períodos, sendo o primeiro desde a Antiguidade até o início do século XVIII, caracterizado pelo conceito de arquivo patrimonial e administrativo e a importância do valor jurídico dos documentos; o segundo vai do século XVIII até metade do século XIX, ocasião em que o arquivo é marcado pelo conceito historicista e pelo valor histórico dos documentos que prevalece. Por fim, o

terceiro período compreende o final do século XIX e parte do século XX no qual cresce o volume documental e há uma integração entre o conceito administrativo e histórico, advindos de períodos anteriores (MORENO, 2004).

Quadro 2 - A trajetória do conceito de arquivos

Período histórico	Autores
Idades - Antiga (palácios) - Média (Tesouros documentais – de Chartes) - Moderna (arquivos como arsenal da humanidade) - Contemporânea (arquivos como laboratórios da História)	Casanova (1928) Bautier (1968)
- Antiguidade até início do séc. XVIII (arquivo patrimonial e administrativo) - Sec. XVIII até metade séc. XIX (arquivo como conceito historicista e valor histórico dos documentos) - Final do séc. XIX e parte séc. XX (crescimento volume documental e integração conceito administrativo e histórico)	Sandri (1970) Lodolini (1991)
- Antigo Regime - Novo Regime (após Revolução Francesa)	Romero Tallafigo (1994)
Idades - Antiga (Arquivos dos Palácios) - Mundo greco-romano (arquivos públicos) - Média (tesouros de cartas) - Moderna (arquivos do estado) - Contemporânea (arquivos nacionais)	Mendo Carmona (1995a)
- Período pré-arquivístico (Antiguidade até meados séc. XX) - Período de desenvolvimento arquivístico (Arquivística como disciplina)	Cruz Mundet (2008)

O mesmo ocorre entre os autores espanhóis: Cruz Mundet (2008) sinalizada como período pré-arquivístico, que engloba desde a Antiguidade até meados do século XX, e o período de desenvolvimento arquivístico, no qual a Arquivística é situada como disciplina que objetiva responder as necessidades de preservação da documentação gerada por diversas organizações. Romero Tallafigo (1994) apresenta esses períodos em termos de Antigo Regime e de Novo Regime, tendo como divisor de águas a Revolução Francesa (MORENO, 2004) e, ainda, Mendo Carmona (1995a) estabelece cinco períodos, baseando-se na evolução da Arquivística, a saber: Idade Antiga (arquivos dos palácios), Mundo greco-romano (arquivos públicos), Idade Média (tesouros de cartas), Idade Moderna (arquivos de estado) e Época Contemporânea (arquivos nacionais).

De qualquer forma, o fato de cada autor adotar critérios distintos para a delimitação dos períodos pelos quais passam os arquivos, não compromete o

entendimento da sua história. Constatamos que os fatos registrados permitem uma relativa compreensão do contexto político, social e jurídico que influenciaram a construção desse conceito. Assim, não nos detivemos em marcar com exatidão cronológica essa periodização, mas em contextualizar esse percurso a partir de alguns elementos histórico-sociais.

A história dos arquivos é marcada pelo seu intenso envolvimento com a administração e com a necessidade da humanidade em criar e preservar a memória coletiva que se materializa em registros documentais. Esses registros permitem a consolidação de “garantias individuais/coletivas como instrumento básico do cidadão contra o poder avassalador da administração pública” (MARINHO JÚNIOR; GUIMARÃES E SILVA, 1998, p. 18). Também são os registros que possibilitam a preservação da memória individual e coletiva, fonte de informação valiosa para o desempenho administrativo e o desenvolvimento da humanidade e, como tal, os cuidados e métodos de organização e preservação são imprescindíveis.

A concepção de Silva et al. (2002, p. 48) é de que mesmo nas civilizações pré-clássicas os arquivos “não eram concebidos como meros depósitos ou reservas inertes de placas de argila”, mas constituíam um complexo sistema de informação que possuía uma estrutura organizacional na qual os documentos (placas) passavam por um processo seletivo pautado tanto pelo seu valor informativo como “pela pertinência e rigor de sua integração sistêmica”.

Nessa obra (SILVA et al., 2002), os autores apresentam, de forma detalhada, alguns dos arquivos mais importantes desde a Antiguidade, tendo por exemplo, documentos elaborados em placas de argila e organizados segundo critérios específicos. Nessa fase, destacam o valor instrumental dos arquivos quando mencionam a conquista da cidade de Mari pelos babilônios, ocasião em que o rei Hammourabi retém as correspondências do arquivo do Palácio, o que explicaria o fato de os arquivos ficarem nos templos e palácios das antigas civilizações, cumprindo com a finalidade, eminentemente prática e administrativa, de servir ao governo e garantir o seu poder.

Para tanto, nos arquivos se guardavam os documentos seguindo a ordem determinada pela estrutura administrativa. No Palácio de Ebla, na Síria, por exemplo, a disposição dos documentos seguia um sistema baseado numa rede de depósitos de arquivo, sugerindo o que conhecemos atualmente como princípio da organicidade dos documentos, segundo o qual a organização desses reflete a estrutura, as funções e as atividades do seu produtor.

Os primeiros arquivos, portanto, já reuniam características que se tornaram clássicas ao longo do tempo como, por exemplo, os aspectos orgânicos da estrutura arquivística, o cuidado com a identidade e a autenticidade dos documentos. Embora as práticas administrativas determinassem as regras para a organização dos documentos, de modo a preservar sua organicidade (SILVA et al., 2002), é importante destacar que, nesse período, a administração era bastante simplificada e a autoridade política emanava de poder único, o que favorecia a concentração dos arquivos apenas em um ambiente.

No mundo greco-romano encontramos heranças muito valiosas para o desenvolvimento da prática arquivística. Entre elas destacamos o desenvolvimento administrativo que promove a descentralização dos arquivos, embrião do que temos atualmente como sistema arquivístico. Também é nesse contexto que se desenvolve o conceito de arquivo público como uma instituição vinculada ao Estado, o que garante fé pública aos documentos sob sua custódia (MENDO CARMONA, 1995a, p. 20).

A literatura arquivística registra que os primeiros arquivos do Estado foram criados por volta de 460 a.C. por Éfialtes e ficavam localizados nas dependências do Senado, local onde eram guardados os documentos reunidos pelo referido órgão. Também nessa época, os templos e palácios funcionavam como depósitos de documentos expedidos pelo governo. Porém, com o desenvolvimento da esfera administrativa, cada magistratura passa a ter seu “*archeion*”, nome dado ao local onde se redigiam e conservavam os documentos produzidos pelas autoridades (MENDO CARMONA, 1995a, p. 20). Os documentos, que na época eram produzidos em papiro, eram instalados em casulos feitos de tijolos e devidamente identificados, demonstrando certo grau de maturidade no que diz respeito às técnicas arquivísticas (SILVA et al., 2002).

Por volta do ano 350 a.C. se criou o “*Métrôon*” ou “Templo de Cibele”, uma entidade respeitável para guardar os documentos de caráter legislativo, judiciário e financeiro e também os documentos de valor diferenciado no âmbito privado, como o “Testamento de Epicuro” (SILVA et al., 2002, p. 59, ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 33).

Nas cidades mais importantes, os “*tabulários*” eram os responsáveis pelo recolhimento de toda legislação, jurisprudência e documentação da administração da província. Pelo vínculo que mantinham com o Estado, esses arquivos garantiam aos documentos, ali depositados, a fé pública (MENDO CARMONA, 1995a). Nessa época,

os depósitos não tinham mais o caráter exclusivo de patrimônio do soberano; a partir de então, se permitia a utilização dos arquivos por parte dos cidadãos, como garantia de seus direitos e obrigações.

A criação do primeiro arquivo, enquanto tal, aconteceu em 509 a.C. e levou o nome de “*Tabularium*”. O arquivo do Imperador chamado de “*Tabularium caesaris*” dispunha de arquivistas (*tabulari*) e auxiliares de arquivo (*adjutores tabulariorum*). Sob a custódia desse, ficavam os códices e os “*tabulae*”, considerados documentos mais importantes. Havia ainda os Edis e os tribunos da plebe, responsáveis pelos armazenamento dos demais documentos públicos. Esses últimos, com o passar do tempo, foram extintos sob a alegação de que o arquivamento praticado pela plebe era deficiente (SILVA et al., 2002).

Devido a um sentido prático mais aguçado, os romanos experimentavam a evolução do Império, momento em que foram criadas “oficinas” que tinham um papel burocrático a cumprir. Essas oficinas eram responsáveis por ofícios diferentes, e cada qual possuía seu arquivo, inclusive com dependências separadas, respeitando a procedência dos fundos (CENCETTI, 1971).

Na prática greco-romana, os arquivos estavam presentes nas atividades da administração pública e privada com a função de organizar, guardar e dispor, para consulta, os documentos, ainda que de modo controlado. Os arquivos também podiam ser encontrados na sociedade em geral, dentro das agremiações, colégios sacerdotais ou confrarias de origem profissional e também em certos ambientes domésticos ou empresariais.

A despeito de conhecer como eram os arquivos greco-romanos, nos apoiamos em Cruz Mundet (2008, p. 25-26) que relata as principais características daqueles arquivos:

- ✓ Criação de uma identidade própria para os arquivos;
- ✓ Designação das pessoas institucionalmente responsáveis por sua custódia e serviços específicos;
- ✓ Utilização dos arquivos como fonte de informação para o governo, e o estabelecimento pelo Direito romano do valor probatório do documento escrito;
- ✓ Garantia de autenticidade dos documentos conservados em arquivos públicos;

- ✓ Aquisição do caráter público pelos arquivos;
- ✓ Criação e conservação dos documentos em razão das necessidades do governo e da administração.

Com a queda do Império Romano, o documento escrito entra em decadência e o ideal da vida privada cresce em detrimento do bem comum. Os fatores sociais, econômicos, jurídicos, entre outros, afetam diretamente os arquivos, que perdem o caráter público, oportunizando à Igreja e às instituições públicas se posicionarem com destaque em relação à custódia e à preservação de documentos, tais como os títulos de propriedade. Também contribui para isso o fato de a religião estar baseada na palavra escrita e existir uma predisposição da Igreja para a guarda e custódia dos códices e documentos, que nesse caso, adquiriam fé pública (MENDO CARMONA, 1995a).

O termo arquivo, no entanto, somente se consolida na passagem do Mundo Antigo para a Idade Média (SILVA et al., 2002). Nesse período, o arquivo assume a responsabilidade de preservar os documentos antigos e a instabilidade política e social, somada à fragilidade dos suportes, marcariam profundamente os arquivos, inclusive com a perda quase que total dos mesmos.

De acordo com Gagnon-Arguin (1998), é nessa época que ocorre a implantação de uma autoridade autônoma, advinda do parcelamento dos territórios, a partir dos quais os reinos se tornaram maiores e as autoridades se firmaram, dando espaço ao desenvolvimento de novas estruturas administrativas. Nesse sentido, a queda do Império Romano influenciou diretamente a concepção que se tinha de administração; a ideia de bem comum foi superada pela concentração do poder nas mãos do Estado. Ao mesmo tempo, a igreja se fortaleceu e se posicionou como lugar seguro e de poder.

Ao longo de toda a Idade Média, o documento é bastante valorizado como fonte de conhecimento e são vários os interesses e expectativas que se tem dos arquivos o que, na opinião de Cruz Mundet (2008, p. 35, tradução nossa)⁴, foi extremamente positivo para o desenvolvimento da Arquivística, pois “desde os finais do século XVI, ao longo do século XVII e do XVIII surge uma série de estudiosos que fazem do documento e do arquivo objetos de sua atenção”.

⁴N.T. “desde finales del siglo XVI, a lo largo del XVII y del XVIII surge una serie de tratadistas que hacen del documento y del archivo su centro de atención” desde finales del siglo XVI, a lo largo del XVII y del XVIII surge una serie de tratadistas que hacen del documento y del archivo su centro de atención”.

Também é a partir do século XV que os arquivos passam a ser vistos sob uma ótica instrumental e não mais meramente administrativa. Cresce também a relação do arquivo com a memória, levando o arquivista à consciência do conteúdo informacional presente nos documentos, que vai além do que previa o seu produtor (SILVA et al., 2002, p. 78).

Mais tarde, no século XVII, os arquivos são vistos como instituições de grande importância para o governo e administração. Há consciência, de modo geral, que os documentos são instrumentos de informação e que o Estado tem o direito de usá-los como forma de exercer poder interno e externo e afirmar seus direitos. O envolvimento do Estado com os arquivos é marcado pela emissão de normas e regulamentos de como deveriam ser desenvolvidas as atividades práticas de organização de documentos.

Nesse período, alguns teóricos se dedicam às questões de Paleografia e Diplomática, buscando averiguar a autenticidade de documentos “solenes” (constitutivos de direitos, obrigações, situações políticas, econômicas e patrimoniais), outros, se aplicam a estudar os aspectos relativos à conservação de documentos “solenes” e correntes. De acordo com Cruz Mundet (2008), esses trabalhos são importantes porque pela primeira vez os problemas concretos e as possíveis soluções, são discutidos evidenciando a necessidade de gestão de documentos na administração pública.

O final do século XVIII foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos. Sobretudo nas últimas décadas, foram muitas as agitações políticas, às vezes chegando ao ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia. Alguns historiadores chamam esse período de "era da revolução democrática", de que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão.

A partir da Revolução Francesa ocorrem muitas mudanças na Europa, especialmente no âmbito dos arquivos, e essas se expandem aos outros continentes. É nesse contexto que a realidade dos arquivos é alterada nos seguintes termos: estruturam-se os arquivos em um sistema nacional; o conceito de arquivos de Estado é alterado para arquivos nacionais; e, ainda, os documentos de instituições extintas passam a incorporar os arquivos históricos e ficam à disposição para consulta (CRUZ MUNDET, 2008). Surgem os primeiros passos para uma divisão dos arquivos em históricos e administrativos e isso marcará de forma bastante significativa a profissão do arquivista,

o qual passa a se dedicar com afinco aos arquivos históricos, deixando a gestão administrativa à margem da sua atividade profissional.

Com o estímulo para a criação de arquivos nacionais, as dificuldades de organização e conservação da massa documental tornam-se um grande desafio. Dessa forma, a Arquivística é acionada a responder às novas demandas e, durante toda a primeira metade do século XIX, os avanços ocorrem no campo prático.

Porém, os avanços conquistados no século anterior se consolidam no século XX e também cresce a produção bibliográfica na área. Nessa época as necessidades da Administração passam a exigir um redimensionamento da profissão arquivística para que ocupe um “vazio arquivístico” até então existente (CRUZ MUNDET, 2008, p. 43).

A análise dos arquivos a partir de uma perspectiva histórica é bastante peculiar. Num tempo mais remoto, os arquivos ocuparam lugares nobres como os templos e palácios, cujos vestígios encontrados são um testemunho do volume considerável de documentos produzidos naquela época e da forma de organização exercida pela sociedade, revelando a importância que se atribuía aos documentos, no âmbito administrativo. É possível afirmar que no mundo greco-romano o desenvolvimento administrativo alcançado desencadeia a propagação dos arquivos para atender às necessidades específicas dos órgãos governamentais.

Mais tarde, são criados os arquivos estatais como locais onde seriam guardados os documentos gerados pelos níveis governamentais, que ainda poderiam servir aos interesses de instituições e autoridades responsáveis pelo seu surgimento (MENDO CARMONA, 1995a). Tal condição só foi superada com o nascimento do conceito de “Soberania Nacional”, após a Revolução Francesa. A partir de então, o arquivo passa a ser considerado como “*garantia de direitos dos cidadãos e jurisprudência da atuação do Estado*”⁵ (MENDO CARMONA, 1995a, p. 22, grifo do autor, tradução nossa).

Os arquivos que, até então, serviam primordialmente à Administração, passam a ter função dupla, ou seja, custodiam documentos que servem como garantia de direitos e deveres dos cidadãos e zelam pela preservação da memória, que é objeto de estudo da História (MENDO CARMONA, 1995a). Somente a partir do século XX, nos anos 1930, começa novamente a dimensão administrativa a ser retomada, impulsionada

⁵ N.T. “*garantía de derechos de los ciudadanos y jurisprudencia de la actuación del Estado*”.

pelas circunstâncias, como as enfrentadas pelos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial.

É correto afirmar que o contexto social molda o conceito de arquivo, de modo que esses se constituam em órgãos capazes de atender às expectativas e interesses da sociedade em relação aos documentos produzidos para registrar e comprovar fatos e atos ou para preservar a memória. Os arquivos, por sua vez, desempenham um papel bastante importante na evolução social e econômica, seja como instrumento para o exercício do poder ou como garantia dos direitos dos cidadãos ou, ainda, como órgão responsável pelo registro da memória coletiva.

Mas, que compreensão tem-se do conceito de arquivo? Como os diferentes autores entendem este conceito? Pretendemos, a seguir, fazer uma reflexão do significado deste conceito e de como a Arquivística/Arquivologia se constituiu como o campo do conhecimento que pretende embasar teoricamente suas práticas.

2.2 Dimensão conceitual do arquivo

Qualquer palavra é composta por um conjunto de letras ou sons de uma língua e que associada a uma ideia, pretende representar o pensamento humano. Uma mesma palavra dá origem a novos conceitos e cada conceito é único porque configura um momento concreto, uma situação histórica única (KOSELLECK, 1992).

Nesse âmbito, entende-se por conceito “a representação simbólica de natureza verbal [...] (ÂNGULO MARCIAL, 1996) ou “qualquer unidade de pensamento [...] que pode ter o seu conteúdo semântico reexpresso pela combinação de outros conceitos, que podem variar de uma língua ou de uma cultura para outra” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, 1992). De maneira objetiva, pode-se afirmar que um conceito é composto por enunciados verdadeiros a respeito do objeto (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Concordamos com Rabello (2008) quando afirma que o conceito, se pensado de modo genérico, é um símbolo que representa uma abstração a respeito de uma coisa ou fenômeno observável. Nesse sentido, gostaríamos de destacar que a perspectiva de conceito mais interessante para a discussão que se pretende desenvolver, é a proposta pela Filosofia que aponta para a essência, a substância das coisas, tornando o objeto cognoscível.

Ao se definir um conceito, é necessário estabelecer um limite de tal modo que seja distinto dos “demais conceitos a fim de que apareça com clareza a quais objetos se referem” (DAHLBERG, 1978, p.106). É preciso reforçar, também, que as mensagens são construídas a partir do quadro de referências do seu autor, de acordo com as informações que ele julga serem importantes.

Dahlberg (1978, p. 102) defende que todo conceito “é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” e definido como “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”.

A construção de um conceito reflete um processo direcionado à criação de significados criados a partir de um processo de abstração e generalização, cujo resultado deve ser compartilhado entre os indivíduos. Rabello (2008, p. 17-18) defende a importância da compreensão da noção de conceito⁶ para o entendimento da formalização teórica de um universo investigativo. Segundo o autor,

é indiscutível a necessidade de conhecer os principais conceitos que alicerçam a teoria científica e, não menos importante, de apreender quais os instrumentais teórico-metodológicos orientadores, nunca deixando de relacioná-los a uma história, a uma tradição, visto que nenhum construto científico surge desvinculado de uma base filosófica.

Os conceitos são frutos de um processo de teorização de uma comunidade científica, expressando suas formas de pensamento, práticas sociais e profissionais, num determinado contexto histórico (RABELLO, 2009). Ou como prefere Oliveira (1992, p.28) “são construções culturais, internalizadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de desenvolvimento”. Porém, esses conceitos podem ser chamados “cotidianos”, desenvolvidos no decorrer da atividade prática, ou “científicos”, que são transmitidos em situações formais de ensino-aprendizagem, embora também passem por um processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1992).

Koselleck (1992, p. 138) afirma que “a palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente”. Há uma relação dialética entre conceito e contexto, de modo que

⁶ Para Rabello (2009) o conceito pensado genericamente seria “o símbolo representativo da abstração produzida pelo intelecto acerca da ideia de uma coisa ou fenômeno observável”. Por outro lado, se apreendermos o conceito dentro da lógica e da razão científica, principalmente nas ciências naturais, ele seria a delimitação necessária em que a linguagem científica se apoia para a representação da realidade mediante uma simbologia criada pelo primado da precisão, da sensibilidade e da consensualidade (intersubjetiva), para a busca pela representação dos fenômenos da realidade.

“todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Dahlberg (1978, p. 101) nos diz que “toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível (coisas, fenômenos, processos, acontecimento, atributos, etc.) pode-se falar de objetos individuais”, e quando prescindem das formas do tempo e do espaço, estamos diante dos objetos gerais, que são expressos por meio de conceitos gerais.

Os conceitos são “constituídos de elementos que se articulam numa unidade estruturada” e para a análise desses, é necessária a decomposição em enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, representada por um símbolo linguístico (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Rabello (2008, p. 25) argumenta que um conceito científico na perspectiva da lógica e da razão, procura representar os fenômenos da realidade a partir de uma simbologia caracterizada pela “exatidão, sensibilidade e consensualidade (intersubjetiva)”. Assim, um conceito científico deve-se submeter a certas condições, de modo a possibilitar a compreensão clara e distinta do objeto. Tais condições são:

- 1) controle equacional de um elemento presente em um dado sistema natural, na constituição de uma lei, por exemplo;
- 2) constituição de uma linguagem técnica e não simplesmente comum;
- 3) evidência de conceitos implícitos (complexos) em lugar daqueles explícitos (simples) originados do modelo ontológico linguístico que não demonstravam o conjunto de axiomas que os comporiam;
- 4) mensurabilidade dos conceitos científicos, assim como das leis que os interligam (VUILLEMIN *apud* RABELLO, 2008, p. 26).

Para a compreensão de determinado objeto é preciso se ter conhecimento acerca de seu significado que é assimilado a partir de suas características e de seu “*corpus* de significação” (FRANCO, 2005, p. 15).

Antes de compreendermos o significado de um objeto, tomamos consciência da sua existência; percepção que se faz imediata. Já o entendimento do conceito é algo mais demorado e envolve diferentes experiências, de modo que as faces desse objeto se apresentem e sejam compreendidas. Observa-se, assim, que significado se constrói ao longo do tempo, sob forte influência de um processo social.

Thomassen (2001, p. 374, tradução nossa), afirma que, de modo geral, as noções vagas são suficientes para as pessoas no cotidiano, porém, no âmbito profissional, mais especificamente na Arquivística, isso muda na medida em que os “os

arquivistas devem ter uma compreensão clara do que é um arquivo (ou um sistema de arquivos), de quais são suas funções e suas propriedades fundamentais, como essas se relacionam entre si e como a qualidade dos documentos e dos arquivos pode ser acessada e assegurada”⁷. Esse mesmo posicionamento é compartilhado por Heredia Herrera (2007, p. 19) que afirma ser o uso indiscriminado das palavras uma característica da humanidade, mas aos arquivistas cumpre o dever de defender um rigor terminológico que dê sustentação à disciplina arquivística rumo à sua afirmação na dimensão científica.

Outros estudiosos também entendem que a questão terminológica da área é de importância fulcral, na medida em que a convergência terminológica evita interpretações equivocadas (LODOLINI, 1993, p. 62). Um campo científico se legitima a partir da especificação do seu objeto por meio da sua adequada denominação.

Nesse sentido, esforços para a consolidação de uma terminologia arquivística acontecem desde a criação do Conselho Internacional de Arquivos que culminou no lançamento, em 1964, do primeiro instrumento terminológico intitulado: “Elsevier’s lexicon of archive terminology”.

No Brasil, esses empreendimentos tiveram início na década de 1970 quando da criação da Associação de Arquivistas Brasileiros. Na ocasião, foi elaborado um glossário e apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Mais tarde, a mesma Associação criou um Comitê de Terminologia Arquivística que, posteriormente, se uniria à Comissão de Estudos de Arquivologia da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Outra iniciativa nesse sentido foi, em 1989, quando um grupo de alunos do Curso de Especialização em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia elaborou o Dicionário de Termos Arquivísticos, sob a coordenação do professor Rolf Nagel. Mais tarde, outro grupo de especialistas do Estado de São Paulo também se mobilizou em torno dessa mesma questão, e seus esforços culminaram na edição, no ano de 1996, do Dicionário de Terminologia Arquivística.

Nessa obra, a definição do termo arquivo aparece como sendo:

1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;

⁷ N.T. “archivists must have a clear understanding of what an archive (or a record-keeping system) is, what its functions are, and its fundamental entities, how these fundamental entities relate to each other, how the quality of records and archives can be assessed and ensured”.

2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição;
3. Edifício em que são guardados os arquivos;
4. Móvel destinado à guarda de documento [...] (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5).

E, mais recentemente, o Arquivo Nacional publicou o que chamou de “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” no qual encontramos, sob o termo arquivo, a seguinte definição:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
3. Instalações onde funcionam arquivos;
4. Móvel destinado à guarda de documentos (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p. 27).

As definições refletem o conhecimento e a compreensão que os teóricos têm acerca do objeto arquivo. É uma representação conceitual particular que foi construída com base em um saber técnico-científico. Tanto a definição dicionária quanto a terminológica⁸, devem apresentar como categorias fundamentais para o seu entendimento, o gênero e a diferença específica (FINATTO, 2002).

A palavra “arquivo” foi mudando ao longo do tempo, em muito devido à evolução de suportes utilizados na elaboração dos documentos (SILVA et al., 2002). No caso dos gregos e bizantinos, o suporte preferido era o papiro e, conseqüentemente, usavam o termo “*chartophilacium*” para indicar os arquivos, que depois passou a ser empregado como “*chartarium*” e mais tarde “*cartório*”. Já os romanos se mantiveram fiéis ao termo “*archeion*”, significando não “apenas o local de depósito dos documentos, mas o espaço ou serviço onde eram preservados registros antigos, independentemente do tipo de suporte” (SILVA et al., 2002, p. 70). Como destaca Tanodi (1979, p.1), o mundo romano vale-se de toda uma gama de termos relativos à escrita, incluindo o fato de escrever, o material utilizado, e mesmo o móvel para guardar: “*grapharium, chartarium, tabularium, sacrarium, sanctuarium, scrinium, etc*”.

Sob essa ótica, é possível afirmar que alguns dos elementos que caracterizam o conceito arquivo, na atualidade, surgiram na Antiguidade; outros foram sendo agregados ao longo do tempo, em razão do uso e da compreensão que adquiriu a

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre os tipos de definição e suas propriedades indicamos consultar FINATTO (2002) e COUTO (2003).

partir do contexto social. A evolução, portanto, do conceito de arquivo, é influenciada por uma série de fatores sociais, jurídicos e, também, de investimentos científicos.

Afirma Silva et al. (2002, p. 70), que o uso da terminologia diversificada não traz confusão quanto à essência do arquivo. Trata-se apenas de “realidades semânticas distintas, para designar um ou outro aspecto mais ‘visível’ da natureza dos arquivos”. Essa visão é compartilhada por Cruz Mundet (2008) ao analisar o conceito de arquivo partindo das definições de outros especialistas e concluir que todas são coincidentes, na medida em que os aspectos constitutivos do conceito são convergentes.

Para Tanodi di Chiapero (1987, p. 165), não se trata apenas de uma questão léxica. Esse conceito enseja discussões profundas acerca de sua compreensão, porque a depender de cada língua, ele traz consigo um valor bastante distinto. É possível afirmar, inclusive, que o valor atribuído aos arquivos muda de país para país, e também nos países que possuem o mesmo idioma.

De outro modo, Lodolini (1993), Tanodi di Chiapero (1987) e Schellenberg (2002) chamam a atenção para a necessidade de uma definição de arquivo para atender às peculiaridades regionais. Para Lodolini (1993), a controvérsia está na origem e amplitude do termo arquivo. Em relação à origem, existem, basicamente, dois pontos de vista distintos entre os estudiosos da área: um que defende o nascimento dos arquivos desde a produção dos documentos pelo produtor, e o outro, que defende o nascimento dos arquivos somente quando os documentos deixam de ter utilidade para o produtor e são selecionados para guarda permanente.

De modo geral, é possível identificar três formas de abordagem do termo arquivo, o primeiro identifica o arquivo com os **documentos**, o segundo liga o arquivo ao **edifício** e aos documentos que guarda e, o terceiro, afirma que o arquivo é uma **instituição** que conserva e utiliza a “archivalía”⁹ (TANODI DI CHIAPERIO, 1987). Mais recentemente, alguns autores como Silva et al. (2002), propõem a abordagem do arquivo como um sistema de informação (social), o que vem atender ao paradigma informacional, trazido para o âmbito arquivístico como decorrência da atual conjuntura social.

⁹ A expressão “archivalía” é usada para se referir ao conjunto de documentos que são objeto de tratamento da instituição arquivo. Trata-se de “todo material escrito, gráfico (dibujos, mapas, planos), multigráfico, reprográficos, sonoro, audiovisual (películas) proveniente de una entidad, producido o recibido en función de sus actividades e, en general, relacionado con su vida administrativa, desde el momento en que cumplió su función inmediata que originó su creación, y se conserva con fines administrativos, jurídicos y científicos o culturales” (TANODI, 1979, p. 15).

Trata-se, portanto, da concepção de cada autor e, nesse sentido, Lodolini (1993, p. 79-80, tradução nossa), com base em estudo que realizou, apresenta uma síntese a respeito das diferentes visões dos autores quanto à natureza e limites do arquivo:

1. O arquivo compreende todos os documentos, desde o momento de sua produção em cada uma das entidades produtoras: também os documentos correntes fazem parte do ‘arquivo’. Esta é a condição para a existência do arquivo, que os documentos permaneçam nas entidades produtoras;
 - 1.a. os documentos passam a fazer parte do “arquivo corrente” no exato momento que são produzidos por uma entidade visando cumprir com a tramitação dos processos administrativos a que se referem;
 - 1.b. os documentos referentes a assuntos em trâmite encontram-se em fase pré-arquivística; farão fazer parte do “arquivo corrente” somente quando a tramitação for finalizada pela entidade produtora, de cada um dos processos administrativos a que se referem (TANODI);
2. o arquivo é formado somente pelos documentos que não tenham mais interesse para a entidade produtora dos mesmos e que tenham adquirido maturidade arquivística e sejam selecionados para conservação permanente: os documentos correntes não podem, portanto, de maneira alguma fazer parte do arquivo, porque entre as condições para existir o arquivo está a de que os documentos não estejam mais na instituição produtora, mas tenham sido transferidos para uma instituição arquivística encarregada pela sua conservação;
3. o arquivo é produzido somente por uma autoridade pública; não podem, portanto, existir arquivos privados;
4. arquivo é tanto aquele produzido por uma autoridade pública como também privada: também os arquivos privados são considerados arquivos no sentido pleno do termo;
 - 4.a. por arquivos privados se entendem somente aqueles produzidos por pessoas jurídicas privadas, não os produzidos por pessoas físicas ou famílias (SCHELLENBERG);
 - 4.b. por arquivos privados se entendem somente os produzidos por pessoas físicas ou famílias, não os produzidos por pessoas jurídicas privadas (ELLIS);
5. o arquivo é constituído também por material não documental, quer dizer, por manuscritos de obras literárias ou científicas¹⁰.

¹⁰ “1. el archivo comprende todos los documentos, desde el momento mismo en que son puestos en existencia en cada una de las oficinas productoras: también los papeles corrientes forman parte del ‘archivo’. Antes bien, condición para la existencia del archivo es que los papeles tienen que permanecer en la oficina que los ha producido; 1.a. los papeles entran a formar parte del ‘archivo corriente’ en el momento mismo en que son puestos en existencia en la oficina que los produce, para la tramitación de cada uno de los expedientes a los se refieren; 1.b. los papeles referentes a los asuntos en curso de tramitación se encuentran en una fase pre-arquivística; entran a formar parte del ‘archivo corriente’ sólo cuando se ha agotado la tramitación, por parte de la oficina, de cada uno de los expedientes a los que se refieren; (TANODI); 2. el archivo comprende solamente los documentos que han perdido interés para las oficinas que los han producido, han adquirido madurez archivística y han sido seleccionados para la conservación permanente: los papeles corrientes no pueden, por tanto, de ninguna manera formar parte del archivo y entre las condiciones para la existencia del archivo está la de que los papeles ya no estén

Heredia Herrera (2007) também faz um estudo exaustivo sobre como cada autor da comunidade espanhola define o termo arquivo, chegando à conclusão de que é possível identificar duas vertentes, ou seja, o arquivo entendido como conteúdo documental e o arquivo visto sob a perspectiva de uma instituição. Segundo a autora, ambas têm sido interpretadas de modo distinto. Um exemplo disso é o fato de alguns teóricos admitirem a inserção dos arquivos (instituição) na área cultural o que, segundo a autora, não se aplica adequadamente, uma vez que a função do arquivo vai além de uma instituição cultural; na verdade está vinculada também à gestão administrativa.

Na perspectiva de Heredia Herrera (2007), o estreitamento dos arquivos com a gestão administrativa favorece uma compreensão mais ampla do conceito de arquivos, porque permite a identificação correta dos elementos que o diferenciam enquanto instituição, tais como: os documentos que custodiam; as funções que exercem e o profissional arquivista.

Para Fuster Ruíz (1999, p. 110), a definição de arquivo, como vem sendo apontada nos dicionários arquivísticos, é “complicada e inexata do ponto de vista científico da Arquivística”. O termo arquivo remete a um conceito que, como tal, carece de propriedades específicas que possibilitem a análise científica do fenômeno ou objeto que esse pretende representar. Essa falta de especificidade pode ser dimensionada quando tomamos parte da definição de arquivo encontrada no Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996) onde se registra que o arquivo é “um conjunto de documentos que independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”. Que tipo de atividades e de documentos se está referindo? As palavras usadas são genéricas e podem levar a diferentes interpretações, por isso não condizem com a especificidade requerida para abordar um conceito.

O autor defende a unificação terminológica de modo a atender aos preceitos da Arquivística que, atualmente, se posiciona em busca de sua cientificidade. Essa unificação proposta por Fuster Ruíz (1999) baseia-se na integração de elementos

en la oficina que los ha producido, y hayan sido transferidos, en cambio, a una institución archivística encargada de su conservación; 3. archivo es solamente el producido por una autoridad pública; no pueden, por tanto, existir archivos privados; 4. archivo es tanto el producido por una autoridad pública como el producido por un privado: también los archivos privados son archivos con pleno título; 4.a. por archivos privados se entienden solamente los producidos por personas jurídicas privadas, no los producidos por personas físicas o familias (SCHELLENBERG); 4.b. por archivos privados se entienden solamente los producidos por personas físicas o familias, no los producidos por personas jurídicas privadas (ELLIS); 5. el archivo está constituido también por material no documental, es decir, por los manuscritos de las obras literarias o científicas”.

como conteúdo documental, instituição e local, numa única definição. Para tanto, o autor propõe que o conceito de arquivo seja constituído por elementos institucionais, documentais, estruturais, pessoais, científicos e técnicos. E, dessa forma, apresenta o que chama de “definição extensiva do conceito de arquivo”, a saber:

Arquivo é a instituição na qual se reúne um ou mais conjuntos orgânicos de documentos, de qualquer data ou suporte, produzidos, recebidos ou acumulados, como resultado do exercício da função ou atividade de uma pessoa ou entidade pública ou privada e que sejam organizados e conservados cientificamente, respeitando sua ordem natural, em um depósito que reúna as devidas condições e esteja sob a responsabilidade de um profissional capacitado, para servir ao sujeito produtor ou a qualquer pessoa, como testemunho da gestão dos atos administrativos e/ou jurídicos, ou como informação para fins científicos ou culturais (FUSTER RUÍZ, 1999, p. 110-111, tradução nossa)¹¹.

Nessa definição, o arquivo é visto sob a ótica de uma instituição que reúne e trata os documentos recebidos, visando atender aos interesses jurídicos, científicos e culturais. Destacamos que nesta perspectiva são consideradas apenas as fases intermediária e permanente do arquivo, bem como, o tratamento diferenciado que seus documentos devem receber.

Fuster Ruíz (1999) e alguns outros estudiosos também entendem que a natureza do arquivo é a instituição ou parte dela. Dupla Del Moral (1997), por exemplo, recorre à Lei 4/1993 de Arquivos e Patrimônio Documental da Comunidade de Madrid e elabora uma proposta de definição que reflete dois ângulos: Fundo de Arquivo e Centro de Arquivo. Em sua proposta, a autora utiliza dois termos distintos para identificar o local e o conjunto de documentos: o Centro de Arquivo seria o local onde são guardados os conjuntos de documentos (Fundos).

Tanodi (1979), Vázquez (1996) e Alberch i Fugueras (2003) usam o termo arquivo para se referirem à instituição responsável pela organização e tratamento dos documentos, ou ainda, ao edifício ou local onde os documentos são guardados. Esses estudiosos, em suas definições, deixam transparecer que entendem ser a natureza do arquivo formada pelo local, instituição ou unidade administrativa na qual os

¹¹ N.T. “Archivo es la institución donde se reúne uno o más conjuntos orgánicos de documentos, de cualquier fecha o soporte, producidos, recibidos y acumulados, como resultado del ejercicio de la función o actividad de una persona o entidad pública o privada, organizados y conservados científicamente, respetando su orden natural, en un depósito que reúna las debidas condiciones y atendido por personal capacitado, para servir al sujeto productor o a cualquier persona, como testimonio de la gestión de actos administrativos y/o jurídicos, o como información para fines científicos o culturales” (FUSTER RUÍZ, 1999, p. 110-111).

documentos são custodiados e recebem um tratamento adequado que garanta sua preservação.

Desse modo, observamos que Tanodi (1979) refere-se a “entidades e instituições”; aspecto que se reitera em Vázquez (1996). Essa dimensão se concretiza ainda mais quando Dupla Del Moral (1997) refere-se textualmente a um “lugar” e Alberch i Fugueras (2003), a um “edifício ou parte dele”.

Sob esse enfoque, essas definições submetem-se a um universo custodial, o qual dá ênfase aos arquivos como instituição que desempenha o papel de organizar e preservar documentos importantes para assegurar direitos dos cidadãos e também possibilitar o resgate da memória coletiva. No entanto, a estrutura não é elemento suficiente para definir a natureza do arquivo com a abrangência e complexidade que o termo requer. Entendemos que tais definições não contemplam uma parte bastante significativa do fazer arquivístico, dentre os quais destacamos a gestão dos documentos na fase corrente.

Existem outros teóricos, autores de manuais de grande relevância para a comunidade arquivística que admitem que a natureza dos arquivos seja formada por um conjunto de documentos. Destacam-se, dentre esses, Casanova (1928), Jenkinson (1922), Muller, Feith, Fruin (1973), Schellenberg (2002) e Lodolini (1988,1993).

O arquivista italiano Eugenio Casanova (1928, p. 19, tradução nossa) produziu o manual intitulado “*Archivistica*” no qual faz uma importante análise crítica das diferentes definições existentes até então e, com base nisso, elaborou uma proposta para definição de arquivo como sendo “a coleção ordenada de documentos de uma entidade ou de uma pessoa, produzida durante o curso de seus negócios e preservada para o fim de atender as necessidades políticas, legais e culturais dessa entidade ou indivíduo”¹². Nessa definição existe uma premissa básica que consiste na ordenação dos documentos de modo a se manter o vínculo entre esses e o produtor, garantindo que sirvam como elemento de prova e registro da memória.

Um dos mais importantes pensadores do século XX nas questões teóricas e práticas de arquivo foi Hilary Jenkinson, que se preocupava com a custódia dos documentos, e elaborou o Manual dos arquivos de administração com o objetivo de atender às necessidades advindas de se utilizar métodos para organizar a grande massa

¹² N.T. “la raccolta ordinata degli atti di un ente o individuo, costituitasi durante lo svolgimento della sua attività e conservata per il conseguimento degli scopi politici, giuridici e culturali di quell’ente o individuo”.

documental gerada durante o período da Primeira Guerra Mundial. Jenkinson se propôs, ainda, a estudar a natureza e características dos documentos arquivísticos, a fim de chegar a uma compreensão dos princípios arquivísticos que poderiam, por sua vez, orientar a criação de arquivos do presente e do futuro. Em sua obra, define arquivo como

[...] um documento para pertencer aos Arquivos é aquele que foi produzido no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele pertence, e posteriormente foi preservado por essa instituição para ser utilizado como informação pela pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e seus legítimos sucessores (JENKINSON, 1922, p. 11, tradução nossa)¹³.

Nessa definição, o autor destaca a história custodial e também a estrutura orgânica dos documentos acumulados a partir de um processo natural, ou seja, decorrentes das atividades, quando seus produtores não estariam considerando o uso futuro dos documentos. Esta definição reforça as qualidades imputadas aos arquivos como sendo a imparcialidade e a autenticidade (TSCHAN, 2002)¹⁴.

Para os holandeses, o arquivo é um

conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um dos seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

O Manual holandês foi elaborado tendo por princípio que a organização dos documentos deveria ser pautada na estrutura do órgão produtor. Para seu tempo, foi uma obra inovadora, mas Silva (2007, p. 6) alerta que a obra está limitada pelo tempo no que diz respeito à “tipologia documental, práticas de acondicionamento e modelos institucionais que são características de uma época”. Também Cook (1996a, p. 3) assinala que o Manual tem suas limitações no que diz respeito às questões de avaliação

¹³ N.T. [...] a document which may be said to belong to the class of Archives is one which was drawn up or used in the course of an administrative or executive transaction (whether public or private) of which itself formed a part; and subsequently preserved in their own custody for their own information by the person or persons responsible for that transaction and their legitimate successors (JENKINSON, 1922, p. 11)¹³.

¹⁴ Existem controvérsias a respeito dessas qualidades dos arquivos. Assim, cabe esclarecer o entendimento de Jenkinson a respeito dessas qualidades. O autor identifica a imparcialidade dos arquivos com o fato de que a geração dos documentos está ligada à intenção quando da sua produção que é livre de suspeitas e de preconceitos levando em consideração os interesses pelos quais esses documentos são usados. Em relação à autenticidade, Jenkinson afirma que a garantia de tal característica ocorre, na medida em que as instituições produtoras têm interesse em proteger esses documentos visando garantir a preservação da memória artificial (EASTWOOD; MACNEIL, 2010, p. 9).

e seleção documental, mas afirma a sua importância justificando que nesta obra tem-se a primeira sistematização de uma teoria arquivística europeia com a previsão de uma metodologia para o tratamento documental em arquivos.

É inegável a importância desse Manual, projetado no cenário internacional a partir do qual se iniciou o desenvolvimento de uma teoria arquivística com base na análise de ideias sobre o que seriam os arquivos, quais seriam suas características essenciais e propriedades comuns (COOK, 1996b). Porém, concordamos que a concepção de arquivo está prejudicada pelas questões apontadas por Silva (2007).

Ainda em relação às definições de arquivo, destacamos também a posição de Schellenberg (2002, p. 41, tradução nossa)¹⁵, que entende arquivo como “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que são avaliados como sendo de preservação permanente porque são importante como fonte de informação e para fins de pesquisa, sendo assim, são depositados ou selecionados para depósito em instituições arquivísticas” (TCHAN, 2002, p. 180). Trata-se de uma definição na qual a natureza do objeto é formada pelo conjunto de documentos oriundos de diferentes instituições e que apresentam valor para se manterem em arquivos permanentes. Fica evidente, portanto, a prevalência dos arquivos como instituições de custódia de documentos de caráter permanente, o que submete a arquivística à condição de ciência auxiliar da investigação histórica.

De acordo com Lodolini (1993, p. 24-25, tradução nossa), os arquivos nascem naturalmente, decorrentes de atividade prática, administrativa e jurídica e se definem como um “conjunto de documentos, unidos entre si por um vínculo original, necessário e determinado, a partir do qual cada documento condiciona e é condicionado pelos demais”¹⁶.

Essa mesma linha de raciocínio é preconizada pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, órgão máximo da área em nível internacional, que na década de 80 apresenta sua definição para arquivos como sendo o

conjunto de documentos de qualquer data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica ou por qualquer organismo público ou privado no exercício de suas atividades, conservados por seus criadores ou sucessores para suas

¹⁵ A primeira edição do livro de Schellenberg é datada de 1973, porém existem as reimpressões em 1974 e 2002. N.T. “those records of any public or private institution which are adjudged worthy of permanent preservation for reference and research purposes and which have been deposited or have been selected for deposit in an archival institution”.

¹⁶ N.T. “conjunto de documentos, unidos entre sí recíprocamente por un vínculo original, necesario y determinado, por el que cada documento condiciona los demás y es por los demás condicionado”.

próprias necessidades ou transferidos a instituições arquivísticas (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 93-94).

A proposta do CIA revela um novo horizonte aos arquivos, diferentemente do que propunham alguns autores como Schellenberg (2002), que admite que os arquivos não são constituídos apenas por documentos de caráter permanente mas, também, por documentos que ainda estão em poder dos seus produtores, ou seja, os arquivos correntes e intermediários.

Podemos observar, a partir das definições de arquivo aqui apresentadas, que os documentos se destacam como elemento fundamental e são produzidos por pessoa física ou jurídica, de natureza pública ou privada, como consequência natural de uma atividade, visando atender às necessidades informacionais da administração e também do público em geral. Esses documentos devem ser mantidos de tal modo organizados que a relação orgânica entre eles seja preservada (CRUZ MUNDET, 2008).

Acerca de considerar a natureza dos arquivos como sendo constituída pelo conjunto de documentos, destacamos o posicionamento de Sousa (2002, p. 13) que formula uma crítica em relação a essa abordagem, por entender “que proporciona uma fragilidade que pode custar a própria sobrevivência da disciplina, pois a torna dependente do caráter físico e material do objeto”.

De outro modo, Lopes (1996, p.32) defende a valorização do conteúdo informacional dos documentos. Para ele, o arquivo deve ser entendido como

Acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); e produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos.

Relativamente às informações orgânicas, Lopes (1996, p. 26) afirma que se trata de “uma categoria abstrata que se materializa quando é registrada e representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos”. Essa categoria também é denominada de “informação arquivística” e, da forma como está sendo considerada, integra o arquivo ao universo informacional, oportunizando sua valorização pela atual sociedade da informação como suporte para a tomada de decisão. No entanto, esse conceito, da nossa perspectiva, ainda carece de maior aprofundamento teórico e é o que pretendemos explorar no próximo capítulo.

É fato que o processo de globalização oportunizou aos arquivos alcançar outra dimensão junto à sociedade, ou seja, foram projetados como bem comum que deve ser preservado e disponibilizado aos cidadãos, para responder às suas necessidades informacionais. Dessa forma, os arquivos foram responsabilizados pelo tratamento de uma parcela importante de informações geradas no âmbito das organizações, de modo a garantir a satisfação das necessidades informacionais da sociedade, utilizando-se de recursos metodológicos condizentes com a realidade.

Nessa ênfase, Rousseau e Couture (1998) estabelecem que os parâmetros dizem respeito à preponderância da informação registrada com características arquivísticas; a necessidade de se buscar parcerias com outras disciplinas sem, contudo, haver subordinação; e ainda, a importância de se investir na pesquisa e na formação de profissionais qualificados para solucionar os problemas arquivísticos que se apresentam no cotidiano.

Segundo Delmas (2001), a sociedade contemporânea tem influenciado o repensar dos arquivos e da disciplina que se propõe a estudá-los. A respeito das discussões de natureza epistemológica da área que têm permitido avançar na concepção do conceito de arquivo e também sobre como as características da pós-modernidade afetam os arquivos com suas tendências intelectuais, Cook (2001) promove uma discussão que se coaduna com o pensamento de Koselleck (1992, p. 140) ao defender a “história dos conceitos”, ou seja, um conceito é “único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar através dela inteligível”.

Para Silva et al. (2002, p. 213), o arquivo não é uma mera soma de fundos e serviços, mas “uma unidade integral e aberta ao(s) contexto(s) dinâmico(s) e histórico(s) que a substancializa(m)”. Como proposta para o conceito de arquivo, o autor indica que se trata de

um sistema semi(fechado) de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores.

Silva et al. (2002), ao posicionarem o arquivo como um sistema de informação, admitem a necessidade de discutir, de maneira interdisciplinar, todas as implicações decorrentes desse posicionamento, ou seja, as disciplinas que lidam com o

processo informacional, nos mais diferentes ambientes, devem fazer uso da investigação científica.

De igual modo, Nuñez Fernández (1999) afirma que os arquivos são sistemas de informação e que os debates interdisciplinares são essenciais para o desenvolvimento da área, mas em função das especificidades dos sistemas arquivísticos, o autor defende a participação ativa dos profissionais da Arquivística no mundo contemporâneo, que exige uma abordagem transdisciplinar no trato da informação, de modo que se possa atender com eficácia aos diferentes usos propostos. Para o autor, existem dez características que diferenciam o arquivo como sistema de informação de qualquer outro tipo de sistema de informação. São elas:

- ✓ A organização programada e hierarquizada da informação;
- ✓ O método arquivístico como fator de acesso a informação;
- ✓ O determinismo da produção documental sobre a informação;
- ✓ Um sistema de informação limitado pelas medidas cautelares de conservação e preservação de originais;
- ✓ Uma informação limitada entre o direito de acesso e as limitações a esse direito;
- ✓ Uma informação seletiva em função dos processos próprios de tratamento arquivístico da documentação;
- ✓ Uma informação deficitária em função da tradicional relação desproporcional entre os fundos e recursos nos arquivos;
- ✓ Um sistema de informação necessitado de normalização;
- ✓ Um sistema de informação homologado por um sistema de qualidade;
- ✓ Formas de comunicar a informação como peculiaridade dos arquivos como sistemas de informação: a comunicação (NUÑEZ FERNÁNDEZ, 1999, tradução nossa)¹⁷.

¹⁷ N.T. “La organización programada y jerarquizada de la información; El método archivístico como factor de acceso a la información; El determinismo de la producción documental sobre la información; Un sistema de información limitado por las medidas cautelares de conservación y preservación de originales; Una información acotada entre el derecho de acceso y las limitaciones a ese derecho; Una información selectiva en función de los procesos propios del tratamiento archivístico de la documentación; Una información deficitaria en función de la tradicional relación desproporcional entre fondos y recursos en los archivos; Un sistema de información necesitado de normalización; Un sistema de información homologado por un sistema de calidad; Formas de comunicar la información como peculiaridad de los archivos como sistemas de información: la comunicación” (NUÑEZ FERNÁNDEZ, 1999).

Dentre essas características citadas por Nuñez Fernández (1999), existem aquelas que com o passar do tempo vêm sendo lapidadas, como é o caso da normalização, que no presente século tem uma condição um pouco diferente do que há alguns anos. O empenho da comunidade arquivística na elaboração de normas para a descrição arquivística é um avanço importante para a área, principalmente no tocante à disponibilização da informação para o público em geral. Por outro lado, a questão do *déficit* de informação como consequência da desproporcionalidade entre recursos e documentos, também cabe em outros sistemas de informação, como por exemplo, as bibliotecas.

Outros estudiosos defendem os arquivos como unidades de informação, cujo propósito básico é promover a articulação entre as pessoas e as diversas fontes de informação, tendo por base as necessidades e o perfil dos usuários que é influenciado pelo meio que vive (BARRETO et al., 1997).

Assim, a compreensão conceitual dos arquivos por parte dos autores analisados, pode ser sintetizada da seguinte maneira: **arquivo= instituição** (Fuster Ruíz, 1999; Dupla del Moral, 1997; Tanodi, 1979; Vázquez, 1996; Alberch i Fugueras, 2003); **arquivo = conjunto documental** (Casanova, 1928; Jenkinson, 1922; Muller, Feith e Fruin, 1973; Schellenberg, 2002; Cruz Mundet, 2008); **arquivo=informação/sistema de informação** (Lopes, 1996; Nuñez Fernández, 1999; Silva et al., 2002; Barreto et al., 1997).

Como foi possível identificar, desde sua origem até a atualidade, os arquivos percorreram um longo caminho; o fato é que eles surgem em decorrência da necessidade de registrar e comprovar a realização de atividades humanas, sobretudo no âmbito das organizações. Essas organizações foram sendo emolduradas pelas profundas transformações sociais que, conseqüentemente, impulsionaram um movimento de busca pelo domínio das propriedades e dos elementos constituintes dos arquivos.

Entendemos que nos arquivos, a informação registrada em documentos receberá um tratamento adequado e esses documentos devem ser organizados de acordo com princípios arquivísticos, desde seu nascimento junto ao organismo produtor, até seu destino final. Amplia-se, portanto, o campo de atuação do profissional de arquivo e também a função dos arquivos na sociedade contemporânea.

Compreender a complexidade que envolve as práticas arquivísticas na atualidade e oferecer uma formação profissional condizente, exige o desenvolvimento de um aporte teórico que traduza as necessidades informacionais da sociedade e sustente

a realização de práticas eficientes e eficazes. Nesse sentido, os fatores sociais que outrora conduziram a Arquivística pelo caminho do empirismo, mais recentemente, têm pressionado para que o seu fazer esteja pautado em um conjunto de princípios teóricos amplamente difundidos.

2.3 Arquivologia x Arquivística: a trajetória em busca de uma identidade

A Arquivística tem sido levada a firmar sua identidade e para isso faz-se necessário fixar seu objeto e métodos e desenvolver uma linguagem própria, de tal forma, que lhe seja permitido relacionar-se com as demais áreas do conhecimento, com igualdade de condições. A literatura revela, ainda, inconsistências no que diz respeito à natureza desse campo do conhecimento e de suas inter-relações com outras áreas.

O termo “*Archivística*” teve na Espanha, com Antonio Matilla Táscon, seu primeiro estudioso referindo-se à ciência dos arquivos, cabendo a Tanodi, sua propagação. A denominação Arquivologia teria surgido no século XIX, “como uma técnica empírica para arranjo e conservação dos arquivos”. Termos como Arquivologia, Arquivonomia e Arquivoeconomia também foram utilizados na Espanha para referir-se às instalações e questões acerca da administração dos arquivos (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 27-28).

A denominação Arquivística foi consagrada, em nível internacional, por meio da publicação do Dicionário de Terminologia Arquivística, pelo Conselho Internacional de Arquivos, que define a área como

Disciplina que trata os aspectos teóricos e práticos das funções arquivísticas. O termo inglês “Archives Administration” é conceituado como o estudo teórico e prático dos princípios, procedimentos e problemas relacionados às funções dos arquivos (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2009, p. 380, tradução nossa)¹⁸.

Apesar de ainda existirem controvérsias quanto ao uso dos termos Arquivística e Arquivologia para a designação da área, a maioria dos profissionais opta pelo termo Arquivística. Cruz Mundet (2008, p. 56) comenta que o termo Arquivística é uma influência dos autores americanos e que embora a literatura registre as duas opções, o termo Arquivística é uma aceção universalmente reconhecida. De acordo com

¹⁸ N.T. “disciplina que trata los aspectos teóricos y prácticos de las funciones archivísticas. El término inglés Archives Administration se conceptúa como el estudio teórico y práctico de los principios, procedimientos y problemas concernientes a las funciones de los archivos” (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2009, p. 380).

Rodríguez López (2009, p. 383), o termo “Arquivística” é usado praticamente em toda a Europa, mas nos países da América Latina, é mais frequente o uso do termo Arquivologia para designar a ciência da organização e conservação dos arquivos.

No Brasil, autores como Castro, Castro e Gasparian (1988), Rondinelli (2002), Smit (2003) e Fonseca (2005) reiteram o uso do termo Arquivologia, provavelmente como reflexo da denominação legal dos cursos universitários da área. Nos países hispânicos, mantêm-se três denominações: Arquivística, Arquivologia e Arquivonomia. No que se refere ao termo Arquivonomia, parece haver consenso que não se aplica “como denominação global” para a área.

Essa mesma dualidade ocorre, por exemplo, no mundo latino, quando se tem Biblioteconomia/Bibliotecología ou, no mundo anglo-saxão, entre Librarianship e Library Science. Assim, faremos o uso do termo Arquivística/Arquivologia como sinônimos, conforme indica o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005), evitando entrarmos num confronto lexical que não é objetivo desta pesquisa. Até porque, Vázquez (1996, p. 124, tradução nossa) afirma que o termo Arquivística, se usado como substantivo pode ser considerado como sinônimo de Arquivologia referindo-se ao “campo da Arquivologia a partir do qual se aplicam os seus princípios às tarefas profissionais e se experimenta novos métodos”¹⁹.

Cabe salientar, porém, que a discussão em torno do termo Arquivística/Arquivologia é gerada em função da necessidade de acomodação das novas perspectivas para os arquivos, frente às mudanças sociais, econômicas e administrativas. Representa uma evolução que incide sob a função dos arquivos, afetando os procedimentos desempenhados pelos arquivistas que, por sua vez, são impulsionados a contribuir no processo de desenvolvimento teórico da área.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p. 37), sob o verbete Arquivologia, está a definição de uma “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, preservação e utilização dos arquivos [...], também chamada de Arquivística”.

Mas, quando surge a Arquivística/Arquivologia? É difícil determinar precisamente o momento do seu nascimento. Existem posicionamentos distintos entre os teóricos da área. Para Silva et al. (2002, p. 94), isso ocorre a partir do século XVI,

¹⁹ N.T. “campo de la Archivología a la que corresponde aplicar los principios de ella a las tareas profesionales y experimentar nuevos métodos”.

período no qual as rotinas arquivísticas são embasadas por normas e princípios gerais. O autor defende a ideia de que “o ‘saber’ e a ‘prática’ estavam intimamente ligados desde as civilizações mais antigas. São duas realidades indissociáveis, mesmo na fase em que tal ‘saber ainda não encontrava suporte em textos regulamentares”.

Duranti (1993, p. 9) defende que os primeiros sinais do nascimento da doutrina arquivística são encontrados na obra de Jean Mabillon, sobre *Diplomática*, publicada em 1681, quando se tratou da natureza e o relacionamento dos documentos com o seu produtor. Esse mesmo posicionamento é compartilhado por Mendo Carmona (1995a) para quem as primeiras doutrinas da Arquivística seriam encontradas na obra dos diplomatas, demonstrando esse vínculo original, que foi alterado somente com o surgimento do princípio de “procedência”, em 1841, que passou a validar o tratamento dos conjuntos de documentos, a partir da estrutura institucional. Esse princípio é considerado a base da disciplina arquivística e para Cruz Mundet (2008, p. 53), é a partir da consolidação do princípio da procedência que nasce a Arquivística.

Por outro lado, autores como Lodolini (1990), Heredia Herrera (1993), Thomassen (1999), Silva et al. (2002), Schellenberg (2002) e Cruz Mundet (2008), creditam ao Manual de Muller, Feith e Fruin, datado de 1898, os atributos do que identificaria a Arquivística como uma disciplina (FONSECA, 2008).

Ribeiro (2002, p.98) afirma que a Arquivística é “um ‘produto’ recente, cujo nascimento remonta apenas a duas centenas de anos atrás, ou seja, a uma época que tem como marco inicial o acontecimento que, a vários níveis, alterou significativamente o mundo contemporâneo – A Revolução Francesa”. Desse momento em diante, a Arquivística vem se configurando como uma área em constante expansão desencadeada pela mudança na função dos arquivos, que passou de um lugar que apenas cuidava da conservação dos documentos, a um serviço importante no âmbito cultural e científico.

Durante longo período, o desenvolvimento dos arquivos ocorreu de forma linear, sem grandes rupturas, procurando-se resolver os problemas que apareciam, isto é, “buscando soluções pragmáticas para problemas que se iam revelando, ‘inventando’ métodos e modelos de organização de base lógica, racional e funcional, respondendo com procedimentos ajustados à complexidade das situações” para atender com eficácia às necessidades dos usuários (RIBEIRO, 2001a, p. 2).

Com o passar do tempo, as condições sociais, econômicas, tecnológicas e políticas mudam a forma de pensarmos as soluções para os problemas enfrentados pelas áreas de conhecimento. No caso dos arquivos, MacNeil (1994, p. 7) indica uma

mudança de paradigma, quando comenta que tem sido necessário um re-exame da teoria arquivística, mais particularmente sobre a natureza dos “*records*”, bem como sobre o papel social das instituições arquivísticas frente às mudanças em relação aos direitos dos cidadãos.

Santana e Mena Mugica (2009, p. 3) se apoiam em Bearman (1995) e Menne-Haritz (2003) para apresentarem sinteticamente os dois momentos que marcam a evolução da Arquivística. Em ambos os períodos, as autoras destacam algumas características principais em relação ao objeto, objetivo e metodologia utilizada no tratamento dos documentos. Para essas autoras, o primeiro momento é marcado pela sistematização do pensamento arquivístico e vai desde o Manual holandês até os anos 1980 e é denominado como “etapa do paradigma estatal”.

Dentre as características do primeiro momento, estão o fato de serem aceitos como documentos arquivísticos apenas os documentos produzidos e recebidos por entidades vinculadas ao Estado; do documento físico ser tratado como objeto físico, fixo e textual com a finalidade principal de servir de fonte documental para o desenvolvimento da pesquisa histórica e, por último, da Arquivística se preocupar essencialmente em solucionar problemas relacionados à classificação e à descrição dos documentos (SANTANA; MENA MUGICA, 2009). O outro momento se caracteriza por uma mudança de paradigma e vai, desde a década de 1980 até os dias atuais, sendo identificado, pelos teóricos da área, de maneiras diferentes. Nesse período, novas mudanças acontecem devido aos intensos debates teórico-práticos promovidos no seio da Arquivística, provocados pelo surgimento das tecnologias de informação e comunicação e da influência das ideias pós-modernas no desenvolvimento das ciências (SANTANA; MENA MUGICA, 2009).

Santana e Mena Mugica (2009, p. 12) destacam algumas características que marcam essa época, tais como: mudança no posicionamento do princípio de procedência como um “conceito virtual e flexível que reflete as funções e processos realizados pelo produtor, dentro e por meio da constante evolução das organizações [...]”; a ordem original dos documentos passa por uma intervenção conceitual de software de modo a atender diferentes propósitos e usos; os elementos que formam os documentos de arquivo deixam de ser fixos e passam a ficar dispersos em locais distintos, portanto, o conceito de documento fixo se submete a uma nova perspectiva, ou seja, de um dado conceitual ‘objeto’ controlado por metadados.

Na opinião de Thomassen (1999), no entanto, a publicação do Manual holandês marca a primeira ruptura na Arquivística. A partir de então, se reposiciona a análise de documentos individuais proposta pela Diplomática, para uma análise de conjunto de documentos vinculados ao órgão produtor e à instituição de custódia. Isso leva a Arquivística a ser vista como ciência auxiliar da História. Um novo momento para a área irá ocorrer na etapa pós-moderna, a partir da qual a Arquivística, na perspectiva do autor, passaria a ser considerada como ciência, com o mesmo nível de autonomia de outras ciências da informação ou da História.

Por um período relativamente longo, a Arquivística se preocupou com os métodos e técnicas de organizar os documentos de arquivo. Trata-se do período que tem sido denominado de Arquivística tradicional ou, como prefere Ribeiro (2002), período sob qual a área esteve sob o paradigma histórico-tecnicista que foi firmado no final do século XIX.

A respeito desse período, Ribeiro (2002, p. 100-101) faz uma síntese acerca dos seus pilares:

- ✓ criação de ‘arquivos históricos’ concebidos para conservar, gerir e possibilitar o acesso à documentação, essencialmente de carácter patrimonial, cuja finalidade primeira é a de fonte para a historiografia;
- ✓ Existência de um organismo estatal coordenador da política arquivística, voltada acima de tudo para a salvaguarda e difusão do património documental;
- ✓ Fundamentação teórica assente na noção oitocentista e instrumental de ‘fundo’, considerado este como o objecto da disciplina, já que é entendido, as mais das vezes, como sinónimo de ‘arquivo’;
- ✓ Princípios ditos ‘teóricos’ baseados na evidência e no pragmatismo – os conhecidos ‘princípio de respeito pelos fundos’ ou ‘princípio da proveniência’ e ‘princípio da ordem original’ -, não passíveis de confirmação ou refutação pelo trabalho de investigação científica, uma vez que não se inserem num contexto de teorização cabalmente fundamentado;
- ✓ Adopção de pretensas ‘teorias’ como base de opções práticas meramente operatórias, como seja a chamada ‘teoria das três idades’, a qual tem servido para justificar separações artificiais do todo que são os arquivos, aduzindo a aplicação de técnicas e métodos diferenciados no tratamento da informação de diferentes idades, como se de realidades distintas se trate;
- ✓ Valorização da componente técnica de uma forma excessiva, tendendo a confundir operações e procedimentos como, por exemplo, a descrição arquivística com o método da disciplina e enfatizando a normalização, numa perspectiva redutora, que muitas vezes provoca desvios grosseiros na própria representação da realidade dos arquivos;

- ✓ Assunção do ‘documento’ como objecto material constitutivo do arquivo, patente nas expressões ‘gestão documental’ ou ‘ciências documentais’, o que denota uma perspectiva com uma forte carga patrimonialista e historicista (não esqueçamos a frase ‘a História faz-se com documentos’), que não se ajusta aos novos desafios postos pela sociedade da informação, em que actualmente se inserem os arquivos.

Atualmente, se admite uma relação próxima entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Em comum, essas disciplinas têm o fato de trabalharem com a informação registrada, considerada como objeto de estudo da Ciência da Informação/CI (SMIT; BARRETO, 2002) e que também pode ser de natureza arquivística. O relacionamento entre essas áreas, de acordo com Fonseca (2005), resultou em algumas conquistas especialmente para a Arquivologia, dentre as quais, destacamos: a inserção nos programas de pós-graduação da área de Ciência da Informação e o aumento da produção científica, disseminada por meio de canais formais, impressos e eletrônicos.

Fonseca (2005) admite falar em interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Entretanto, os termos em que ocorre esse relacionamento entre essas áreas não repousam em bases consensuais, conforme Marques e Rodrigues (2007, p. 5) destacam:

Silva et al. (1999) e Mariz (2004), por exemplo, concebem-nas sob o enfoque sistêmico dos arquivos; Jardim e Fonseca (1995) constataam uma frágil interação entre as duas disciplinas, apontando relações mais voltadas para a pluridisciplinaridade; Pinheiro destaca que as relações interdisciplinares estabelecidas entre a Arquivística e a Ciência da Informação resultam de um “equivoco entre interdisciplinaridade e aplicações” (1999, p. 174-175); Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para reforçar as relações entre a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, sob o enfoque do objeto comum das três áreas – a informação registrada. Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2006) mapeia os esforços dessa instituição, ao longo do tempo, para a aproximação e possível harmonização dessas áreas. Em termos institucionais, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 1984, reconhece a Arquivologia como uma das subáreas da área *Ciência da Informação* no Brasil (CNPq, 1984) e, mais recentemente, propõe uma classificação que diferencia, nitidamente, a Arquivística da Ciência da Informação.

Por interdisciplinaridade, Japiassu e Marcondes (2001, p. 105) entendem desde uma “simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da

organização da pesquisa” e, dessa forma, é possível admitir que haja entre a Arquivística e a Ciência da Informação, uma relação dessa natureza.

A Ciência da Informação é definida como uma ciência social e interdisciplinar por natureza (PINHEIRO, 1997, p. 1)²⁰ cujo objeto, na opinião de Smit e Barreto (2002, p. 21), é a informação registrada e, diferentemente de outro tipo de informação, é mantida como estoques informacionais em razão de sua utilidade ou missão e que “passa a ter uma existência institucional e, portanto, social”. A sua condição de ciência social ganha notoriedade, no século XIX, com a incorporação dos princípios baconianos e o método cartesiano em suas reflexões, permitindo a construção de uma forma de conhecimento historicamente conhecida como “ciência moderna” (ARAÚJO, 2003).

Rabello (2009, p. 12), ao comparar a Ciência da Informação em relação a outras ciências, afirma que se trata de uma ciência relativamente nova e que “a recente criação e institucionalização somada à premência hodierna de pesquisas na área da informação expressam a sua pertinência social e disciplinar à medida que ainda se observam inúmeras possibilidades investigativas”. A nosso ver, uma das alternativas para a concretização desse campo investigativo decorre justamente do seu relacionamento com outras disciplinas, dentre as quais destacamos a Arquivística.

Da mesma forma que alguns autores, como Silva et al. (2002) e Masson (2006), defendem que a Arquivística é uma disciplina aplicada, inserida no âmbito da Ciência da Informação, outros, como Cruz Mundet (2009), consideram que a Arquivística deve ser enquadrada nas Ciências da Administração, em vez das Ciências da Informação, uma vez que a função dos arquivos está ligada à função administrativa. Lodolini (1993), por exemplo, afirma que a Arquivística tem um conteúdo bastante amplo e que colocá-la entre as ciências da informação, representa um retrocesso.

Somos levados a admitir que se trata de uma nova fase para a Arquivística que, de acordo com Rodríguez López (2009, p. 379), passou por três momentos distintos: como ciência auxiliar da História [...]; como ciência auxiliar da Administração e, finalmente, como uma parte integrante das ciências da informação. Mendo Carmona (1995a) coloca nos seguintes termos os momentos pelos quais a área passou: até a Idade Média se praticava a Arquivística empírica e, no período

²⁰ Na sua origem, a Ciência da Informação não estaria incluída na esfera das ciências sociais. Tal inserção ocorreu devido à necessidade de superar limites e impasses metodológicos, visando um pensamento pautado pela complexidade. Esses desdobramentos são apontados por Araújo (2003) quando discute a natureza da ciência da informação enquanto ciência social.

compreendido entre os séculos XVI a XVIII, a Arquivística é vista como uma doutrina jurídica em virtude do destaque que se dá aos aspectos jurídicos dos arquivos e também, como disciplina de caráter auxiliar, voltada para as necessidades de investigação da Paleografia e a Diplomática. Somente na metade do século XX, a Arquivística se consolida como campo do saber e os fatos que contribuíram para que isso ocorresse, na opinião da autora foram: a propagação de manuais, o desenvolvimento da administração, o uso de diferentes tecnologias na produção e reprodução de documentos, entre outros.

Mas, existe outra questão que, a nosso ver, precede essa discussão sobre o tipo de relação da Arquivística com outras áreas do conhecimento: trata-se de sua identidade enquanto campo do saber. Afinal, a Arquivística é uma ciência ou disciplina? Na literatura arquivística há quem defenda tanto um quanto outro posicionamento e, é nossa intenção, discorrer sobre os argumentos apresentados na defesa de ambos, com o propósito de compreender em que se baseiam os autores.

De modo geral, os termos ciência e disciplina ganham diferentes definições. A palavra Ciência vem do latim “*scientia*” e significa conhecimento. Sob a ótica positivista, define-se ciência como qualquer conhecimento ou prática sistemática e, mais restritamente, um sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico, assim como ao corpo organizado de conhecimento conseguido através de tal pesquisa. Não é uma tarefa fácil definir ciência, e são muitos os tratados sobre o assunto que abordam essa dificuldade.

Nagel (1972, p. 35) entende que “a ciência expõe suas propostas cognitivas ao confronto repetido com dados observacionais criticamente comprovativos, procurados sob condições cuidadosamente controladas”. Cabe à ciência discutir os princípios básicos dos fenômenos que ocorrem na natureza, descobrir as causas desses fenômenos e como eles influenciam nossa vida. Portanto, ciência é sinônimo de conhecimento, o qual se utiliza de técnicas especializadas para analisar, interpretar e fazer inferências na realidade (MICHEL, 2005, p. 9).

Tanodi (1960, p.13-14) afirma que a configuração de uma ciência depende do cumprimento de alguns requisitos, quais sejam:

1. Ter um campo específico de investigação, um objeto;
2. Tal objeto deve ser investigado com um fim determinado: procurar o conhecimento pelas causas ou estabelecer leis universais, ou investigar uma verdade;

3. Para atingir seu objetivo, toda ciência deve ter um método próprio.

Até a metade do século XIV, as ciências “técnicas” ou artes, eram os nomes atribuídos ao que se convencionou, mais recentemente, chamar de disciplinas. De acordo com Pineau, existem dois campos semânticos para a palavra disciplina. Um deles estaria ligado à noção de ordem, regras, ou seja, vinculado à noção de submissão a regras; o outro estaria ligado à origem latina da palavra “*discere*”, que significa aprender, portanto, vinculado à noção de aprendizado de uma parcela do conhecimento. (SOMMERMAN, 2003). Nesse caso, o termo disciplina tem uma conotação curricular ou científica e sua aplicação pode ser vista em Bourdieu (2001) e Morin (2005).

Para Bourdieu (2001), a disciplina é um campo até certo ponto estável e delimitado, que tem um nome reconhecido no âmbito escolar e, socialmente, está vinculada a instituições e laboratórios, a departamentos universitários, a revistas, a instâncias nacionais e internacionais, entre outros requisitos. Dessa forma, a disciplina está inserida no universo do conhecimento como uma categoria, já que “institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia”. Tal autonomia é fixada por meio de uma “delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias” (MORIN, 2005, p. 105).

Nessa perspectiva, também podemos citar a definição dada por McGarry (1999, p. 146), para quem a disciplina é “um campo organizado de investigação à qual se dedica uma comunidade formada por pessoas qualificadas”. Também nesse caso, o termo disciplina remete à ideia de conhecimento disponível em uma dada ciência, e que conta com o apoio de um conjunto de atividades organizadas para a sua produção, com relativa dependência e autonomia de ação em relação à ciência à qual está vinculada. O objetivo da disciplina é facilitar, tanto a apreensão dos conhecimentos desse estrato da ciência, quanto a sua aplicação.

Destacamos, a partir da leitura e análise de textos elaborados por alguns teóricos expoentes da literatura arquivística, os argumentos usados para justificar seus respectivos posicionamentos em relação à natureza da Arquivística. Dentre os teóricos que defendem a área com uma configuração de ciência, destacamos Vázquez (1996, p. 123-124, tradução nossa), para quem a “Archivologia” como ciência da administração dos documentos e arquivos que tem como objetos de estudo “[...] os documentos de

arquivo e a “archivalía”, os arquivos e os sistemas de arquivos, os arquivistas e as associações de arquivistas, a Arquivologia como ciência, seu campo, relações, usuários e método”²¹.

Outra renomada autora é Heredia Herrera (1993) que entende a Arquivística como a ciência que tem por objeto os arquivos e cuja finalidade é fornecer informações aos produtores dos documentos e também aos cidadãos em geral. Utiliza-se de procedimentos e tarefas como recolhimento, conservação, organização e disseminação dos documentos para atingir ao fim proposto. O mesmo posicionamento também é defendido por autores como: Casanova (1928), Mendo Carmona (1995b), Schellenberg (2002), entre outros. Como argumentos na defesa de tal posicionamento, estes autores pontuam a existência de método, de princípios universais com uma conexão sistemática, como o princípio da procedência e, ainda, uma literatura científica considerável em diferentes línguas (CRUZ MUNDET, 2008, p. 58).

Há quem diga, no entanto, que se trata de uma “ciência emergente” como Tanodi (1960), Thomassen (1999) e Cruz Mundet (2008). Cruz Mundet ao defender que a Arquivística é uma ciência emergente, toma por base a existência de um objeto – os arquivos, considerados em suas duas dimensões – fundos documentais e seu entorno; e de um método, “[...] composto por um conjunto de princípios teóricos e procedimentos práticos, cuja evolução constante a moldam com maior nitidez dia a dia”²². E por fim, possibilita que a informação documental seja recuperada para uso (CRUZ MUNDET, 2008, p. 61, tradução nossa).

Um avanço quando comparamos com o posicionamento de Arad (1982), quando afirmava que não existiriam modelos universais e projetos significativos e a investigação científica, não era substancial. O autor afirmava que a literatura arquivística existente era descritiva e o número de trabalhos comparativos e analíticos publicados, era insignificante.

Esse cenário muda a partir da década de 1990, quando foram feitos investimentos teóricos na área e, embora ainda se perceba que a área tenha carência da parte científica, no sentido mais estrito de ciência, autores como Rousseau e Couture

²¹ N.T. “[...] los documentos de archivo y la archivalía, los archivos y los sistemas de archivos, los archiveros y las asociaciones de archiveros, la Archivología como ciencia, su campo, relaciones, usuarios y método”.

²² N.T. “[...] compuesto por un conjunto de principios teóricos y procedimientos prácticos, cuya evolución constante la perfilan con mayor nitidez día a día”.

(1998), Bahmer (1968), Ducharme e Rousseau (1980), apregoam a Arquivística como uma disciplina (CRUZ MUNDET, 2008).

Para Rousseau e Couture (1998, p. 284), a Arquivística é uma disciplina responsável pela gestão da informação orgânica (arquivos). De acordo ainda com Couture (1994, p. 6), a arquivística “[...] reúne princípios e métodos que regem a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação dos arquivos”. As convicções da autora se baseiam nas reflexões de renomados estudiosos da Arquivística, Jacques Mathieu e Martine Cardin, que categorizam os elementos constitutivos de uma disciplina em duas ordens: cognitiva e profissional. No nível cognitivo, os elementos indicados são os princípios e métodos, a experiência e a produção científica disseminada em publicações científicas, bem como o reconhecimento de uma especificidade e um valor simbólico. Já no âmbito profissional, os elementos principais são a existência de associações de classe, o reconhecimento legal da profissão e o mercado de trabalho.

Atualmente, estamos diante de um panorama da área que busca um aprofundamento das questões de ordem teórica, uma exigência para a construção de uma identidade forte. Os teóricos se dividem. Há quem defenda a configuração de ciência para a Arquivística, outros que da mesma forma defendem seu posicionamento no rol das disciplinas (Quadro 3). Cabe destacar que não fizemos distinção entre aqueles que a defendem como disciplina científica sob profundas transformações e também os que a identificam como uma disciplina marcada pelo empirismo.

Quadro 3 - Abordagens em relação à configuração da Arquivística

Configuração da área	Autor	Argumentos
Ciência	Casanova (1928), Tanodi (1960), Heredia Herrera (1993), Mendo Carmona (1995b), Vázquez (1996), Thomassen (1999), Schellenberg (2002) e Cruz Mundet (2008).	Princípios universais Literatura científica Objeto próprio (arquivos) Métodos próprios
Disciplina	Bahmer (1968), Tanodi (1979), Ducharme e Rousseau (1980), Arad (1982), Couture (1994), Jacques Mathieu e Martine Cardin (<i>apud</i> Couture, 1994), Rousseau e Couture (1998).	Princípios e métodos próprios Normas Publicações Formação profissional, Associações profissionais

Diante dos argumentos usados para marcar os posicionamentos, é possível notar que a natureza da disciplina é caracterizada pela aplicabilidade dos conhecimentos gerados e do seu reconhecimento profissional.

No Brasil, de modo geral, vem se desenvolvendo o posicionamento de que a Arquivística se insere no rol de disciplinas que, pela proximidade com a Ciência da Informação, participa na produção de conhecimento aplicável totalmente a um tipo de instituição, denominada de arquivos. Conhecimento que, atualmente, tem sido amplamente disseminado por meio de textos publicados em periódicos científicos e, também, em eventos, realizados em diferentes países, especialmente os do continente americano e europeu, cujas temáticas, em grande parte, refletem a necessidade de contribuir para o fortalecimento do corpus teórico da área.

Os canais formais de disseminação da produção científica da área vêm conquistando cada vez mais espaço, talvez como reflexo do contínuo esforço para o fortalecimento da atividade científica. Muitas das inovações e recentes reflexões no país são atribuídas à arquivística quebequense, que tem se mostrado uma das mais atuantes, tanto do ponto de vista científico como de produção teórica.

Em trabalho recente acerca da participação do Canadá, na trajetória da Arquivística, Tognoli (2010) destaca os elementos históricos e conceituais da natureza da Arquivística como área do conhecimento. Também discorre sobre as três abordagens distintas oriundas do Canadá, relativas às perspectivas de organização do conhecimento arquivístico, identificadas como: Arquivística Integrada, Arquivística Funcional ou Pós-Moderna e Diplomática Arquivística.

A Arquivística Integrada surgiu no Canadá, no final da década de 1980, e propõe a “reintegração da disciplina, em que a Arquivística deve abordar o ciclo documental completo, dos documentos correntes aos permanentes”. A Arquivística Funcional ou Pós-Moderna, desenvolvida no Canadá na parte inglesa, tem como foco os “processos e os contextos de criação dos documentos, e as relações dos usuários com os criadores dos documentos” (TOGNOLI, 2010, p. 13). Tal proposta teve a contribuição do inglês Hugh Taylor (1987-88) que incentivou os arquivistas a outro olhar sobre a proveniência de forma a reavivar o termo e seu sentido, bem como a adotarem uma “nova forma de historiografia social” que permitisse esclarecer a forma e o motivo pelo qual os documentos foram criados (TOGNOLI, 2010, p. 68).

Por fim, a Diplomática Arquivística que é projetada a partir dos trabalhos de Luciana Duranti, “engloba todo o corpo teórico e metodológico da Diplomática Clássica, e seu foco é a evidência documental” (TOGNOLI, 2010, p. 14).

Para Tognoli (2010, p. 112), tanto a Arquivística Integrada quanto a Diplomática Contemporânea não têm a intenção de causar “rupturas dos princípios e

conceitos propostos desde o nascimento da Arquivística enquanto disciplina”. Porém, a Arquivística Funcional ou Pós-Moderna “busca, por meio de rupturas, enriquecer e integrar a disciplina na realidade documental atual”.

Como é possível perceber, a área já avançou muito até a entrada do século XXI; no entanto, ainda são necessários maiores investimentos no campo teórico, para que o conhecimento arquivístico possa atender às demandas que surgem com o desenvolvimento social, econômico e político. Na sociedade contemporânea, as práticas realizadas nos arquivos precisam do respaldo técnico-científico, de forma que garantam o atendimento às necessidades informacionais, originadas de realidades sociais muito distintas daquelas no passado. Em todo ambiente, as tecnologias de informação tornam-se imprescindíveis para a realização das atividades humanas e sua proliferação exige mudança de estratégias e de metodologias por parte da Arquivística, o que impulsiona a área na direção da construção de um novo paradigma, o pós-custodial.

Cook (1997) defende a necessidade de reconhecer as mudanças de padrões no discurso arquivístico e incorporá-las às práticas arquivísticas e, com base nessa premissa, sugere repensar conceitos teóricos básicos para o futuro, apontando cinco temas: mudança na própria razão porque os arquivos existem; na forma de garantia de evidência de atos e transações a partir da preservação da autenticidade e confiabilidade dos documentos; nas fontes que alimentam a teoria arquivística que até então eram os documentos individuais e passou a ser os processos ou o contexto de sua criação; a necessidade dos arquivistas intervirem para a manutenção das provas de evidência e confiabilidade dos documentos, e, por fim, o entendimento de que a teoria arquivística não deve ser vista com um conjunto de leis científicas imutáveis.

Nesse contexto, a Arquivística se propõe a refletir teoricamente sobre suas práticas, visando superar as dificuldades advindas da multiplicidade de suportes e das mudanças no comportamento dos usuários, constantemente expostos às novas tecnologias de comunicação desde a mais tenra idade.

Outra perspectiva em relação à Arquivística acentua a técnica em detrimento da ciência. Ribeiro (2002, p. 105) alerta que a Arquivística precisa ser “repensada e (re) construída” sob pena de “não vencer o empirismo e o estatuto de disciplina técnica que a tem caracterizado”. A autora defende o paradigma científico-informacional no qual a Arquivística estaria inserida na Ciência da Informação, tendo como objeto a informação de caráter social. Tal paradigma pode ser sintetizado a partir de três aspectos: eleição da “informação social” como objeto de estudo, uso da teoria

sistêmica como ferramenta para compreensão do fenômeno informação e a aplicação do método quadripolar²³.

Com base na literatura científica analisada, nossa compreensão é de que é possível defender a Arquivística como disciplina, entendendo que essa deve basear-se na existência de amplo referencial teórico compatível para sustentar suas práticas e de instrumentos terminológicos que, mesmo tendo que superar alguns problemas, respondam pela divulgação adequada dos resultados advindos de suas atividades. É necessário, ainda, que especialistas da área sintam-se responsáveis pelo avanço das discussões teóricas, de modo a promover constantes reflexões à medida que avança a sociedade.

Neste sentido, a proposta do próximo capítulo é explorar como tem sido tratado o conceito de documento de arquivo e também de informação arquivística, esse último atualmente encontrado na literatura como uma das dimensões do objeto de estudo da área que, a nosso ver, ainda carece de aprofundamento teórico.

²³ Para maiores informações sobre o método quadripolar ver a obra de Silva e Ribeiro (2002).

3 O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O documento é uma fonte de informação e, ao longo dos anos, tem sido também objeto de estudo de diversos teóricos, especialmente da Ciência da Informação. Trata-se de um objeto que, pela sua natureza e objetivos diversos, requer constantes investimentos teóricos e práticos, capazes de indicar o tratamento adequado para torná-lo disponível. Essa disponibilidade, no entanto, encontra seus limites impostos, entre outros fatores, pela produção documental exacerbada, pela limitação legal, bem como pelas restrições impostas pelo mundo dos negócios.

No campo arquivístico, a literatura registra diversas experiências que discutem o processo de tratamento dos documentos de arquivo e que resultaram em êxito, consolidando o arcabouço teórico da abordagem dita tradicional. Nessa perspectiva, o documento de arquivo é o objeto de estudo privilegiado. No entanto, recentemente, tem surgido na literatura arquivística a discussão sobre uma mudança de paradigma²⁴ (FONSECA, 2005) da área e a emergência de conceitos como o de “informação arquivística”, o qual vem requerendo a posição de objeto da Arquivística.

Pretendemos, nesse capítulo, discorrer sobre como os conceitos de documento de arquivo e de informação arquivística tem sido compreendidos, de forma a contribuir para a ampliação do debate sobre o objeto de estudo da Arquivística.

3.1 A origem do termo documento

A etimologia da palavra documento é consensual entre os estudiosos que afirmam sua origem do verbo “*docere*” e carrega o significado de ensinar ou instruir. Trata-se de um conceito polivalente que, na área de Arquivologia, é compreendido como “Unidade constituída pela informação e seu suporte” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 28).

²⁴ “Thomas Kuhn (1922-1996), norte-americano, físico, historiador e filósofo da ciência, desenvolveu sua teoria acerca da história da ciência entendendo-a não como um processo linear e evolutivo, mas como uma sucessão de paradigmas (modelos) que se confrontam entre si. Ele define paradigma como ‘modelo ou padrão aceitos’. Em seu livro: A estrutura das revoluções científicas (1962), Kuhn sustenta a tese de que a ciência se desenvolve durante certo tempo a partir da aceitação, por parte da comunidade científica, de um conjunto de teses, pressupostos e categorias que formam um paradigma, ou seja, um conjunto de normas e tradições dentro do qual a ciência se move e se orienta. Os paradigmas adquirem seu *status* porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves” (NEVES, 2002, p. 146).

Rodríguez Bravo (2002, p. 77, tradução nossa), ao realizar um estudo etimológico do termo documento, indica autores espanhóis que afirmam haver correspondência semântica entre os verbos “*docere*” com “*documentum*”. No latim, a palavra “*documentum*” tanto pode ser entendida como algo que transmite conhecimentos como o que testemunha acerca de fatos. Nesse último caso, trata-se de um “instrumento empregado pelo homem com o propósito de conhecer seu passado, compreender a realidade presente e ajudá-lo a projetar esse conhecimento em suas ações futuras²⁵”.

O surgimento do documento é reflexo das necessidades do ser humano, tanto para garantir que as experiências vividas pelos antepassados sirvam de orientação para as ações futuras, como também para regulamentar as relações interpessoais ou atender as aspirações de natureza espiritual, intelectual e de lazer. Portanto, a história do documento é marcada por fatores religiosos, políticos, administrativos e literários (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002) e, ao longo do tempo, seu significado sofre variações. Num determinado momento da história, estava diretamente relacionado ao ensino de valores morais e éticos, outras vezes, como meio ou instrumento para conhecer fatos do passado (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002).

Na sociedade contemporânea, o documento é identificado como a informação registrada em um suporte, proposição com a qual, aliás, a maioria dos especialistas concorda. Porém, a complexidade escondida por detrás dessa afirmativa tem levado vários teóricos a empreender esforços no sentido de compreender melhor suas nuances. López Yepes (2010), admite que a definição de documento ainda não está finalizada. O autor propõe a criação de uma teoria epistemológica que se configure como uma ciência do documento e, como tal, seja capaz de realizar o estudo integral da natureza dos documentos.

No final do século XIX e início do século XX, a Europa vivia um movimento que congregava pesquisadores, cientistas, bibliotecários e bibliógrafos que buscavam alternativas para responder ao aumento da produção impressa do conhecimento, ocasionado pelo desenvolvimento dos meios materiais de produção e o aumento do consumo. O movimento, conhecido como “Movimento Bibliográfico”, teve como seus principais representantes Paul Otlet e Henri La Fontaine e contribuiu, entre outras coisas, com a ampliação do conceito de documento, a estruturação das redes

²⁵ N.T.: “instrumento empleado por el hombre con el propósito de conocer su pasado, comprender la realidad presente y ayudarle a proyectar esse conocimiento em sus acciones de futuro”.

internacionais de cooperação para o recolhimento e disseminação da informação; o estabelecimento de sistemas de tratamento e recuperação da informação, como compreendidos atualmente e a consolidação da Documentação enquanto campo de estudo.

Os estudos de Otlet sem dúvida deixam lastros e, em particular, para Suzanne Briet e Michael Buckland, foram fonte de inspiração para dar sequência a novos estudos. Guimarães (2008, p. 35) afirma que a compreensão de Briet a respeito do documento segue na direção de que esses são “evidência concreta ou simbólica, registrada e conservada, visando a representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Nesse sentido, Briet defende que a compreensão do documento, no sentido pleno do termo, é condicionada por fatores temporais e espaciais.

A proposta de Buckland para a construção do conceito de documento é primorosa para a área. O autor argumenta que no documento existem “três pressupostos fundamentais: a materialidade (decorrente do registro), a intencionalidade (que lhe conferirá valor evidencial ou probatório, em diferentes níveis) e o tratamento (como forma de garantir sua inteligibilidade e sua socialização)” (*apud* GUIMARÃES, 2008, p. 35).

Nesse contexto, o documento é posicionado como objeto de estudo da área da Documentação (ou Ciência da Informação)²⁶, a qual se propõe a realizar atividades que possam disseminar a informação ao maior número possível de pessoas. Dessa forma, o documento que é entendido, basicamente, como uma informação registrada em um suporte, admite distintas abordagens e abre caminho para reflexões sobre sua natureza e propriedades distintas.

Vejamos, pois, como essa configuração documental é abordada na Diplomática, que ao desenvolver-se em direção à gênese documental, se aproxima da Arquivística como um recurso imprescindível para a compreensão e organização dos conjuntos orgânicos de documentos.

²⁶ É importante registrar que há quem discorde do posicionamento que defende a Ciência da Informação como uma evolução decorrente da área da Documentação. Maiores informações a respeito desse assunto podem ser encontradas em Pinheiro (2005).

3.2 O documento sob a perspectiva da Diplomática como subsídio à dimensão arquivística

A despeito dos usos e objetivos de cada área, o documento é posicionado ora como objeto de estudo, ora como uma fonte de informação. Isso irá definir, de fato, as formas de análise, tratamento e organização desses documentos, na ótica das diferentes atividades humanas que se modificam ao longo do tempo.

López Yepes (2010) ao abordar o conceito e a evolução do documento contemporâneo, afirma que o estudo a respeito da natureza do documento tem, basicamente, duas perspectivas a serem seguidas: uma delas é de cunho antropológico e cultural, a partir da qual o documento é tratado como um instrumento criado pelo homem com a finalidade de registrar fatos, ideias, sentimentos, informação entre outros, que estão além da sua capacidade de memória.

Outra perspectiva é a histórico-jurídica, para a qual o documento é percebido como prova genuína de um fato histórico ou jurídico. Ambos os casos, perpassam as diversas áreas que estudam ou utilizam o documento como fonte de pesquisa/informação, das quais destacamos neste estudo a Diplomática e a Arquivística. A confluência dos instrumentos teórico-metodológicos de ambas as disciplinas oferecem a oportunidade de compreensão do documento arquivístico a partir de uma visão mais abrangente, ou seja, permite adentrar o universo contextual do documento em busca de conhecer sua gênese.

A Diplomática é um campo de estudo que tem atuado como instrumental na análise de documentos de caráter governamental e/ou notarial “eivados de fé pública” e que, portanto, cumprem uma diagramação e construção material própria do contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação (BELLOTTO, 2004a, p. 45).

A origem da palavra Diplomática²⁷ está relacionada à palavra diploma, que significa que um escrito era dobrado em duas partes e que na Antiguidade Clássica, se referia a “documentos escritos em duas tábuas, unidas por uma dobradiça, chamadas dípticos” (RONDINELLI, 2002, p. 42). Nasceu em razão da necessidade de “sistematização de procedimentos documentais que foram frutos dos questionamentos advindos da *crítica documental*, a qual carecia de um maior rigor formal vislumbrado

²⁷ Duranti (1995) afirma que esse termo vem do latim “*res diplomatica*” que se refere ao trabalho cujo tema foi análise crítica das formas do diploma (RABELLO, 2009, p. 104).

pelo cientificismo” (RABELLO, 2009, p. 103, grifo do autor). Atualmente, tem função importante junto às disciplinas como a Arquivologia, Direito e a História. Especialmente na Arquivologia, a aplicação dos seus métodos é essencial porque proporciona uma análise documental consistente e a representação do conhecimento arquivístico.

A Diplomática tem por objeto de estudo o “testemunho escrito sobre um fato de natureza jurídica, redigido de acordo com certas formalidades destinadas a conferir-lhe autoridade, fé e força probatória”²⁸ (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 83, tradução nossa), ou como entende Rabello (2009, p. 111), “uma informação registrada e objetivada em um suporte seguindo certas regras linguísticas e estruturais convencionadas pelo uso e pela demanda documental”, denominado de documento diplomático.

Essa classe de documento consiste na materialização de um ato jurídico ocasionado por um fato administrativo ou jurídico de origem pública, na forma escrita. Como tal, o documento tem uma forma constituída por caracteres internos e externos, a partir dos quais é possível “diferenciar a autenticidade, falsificação, procedência e forma de transmissão”. Essa forma reflete as estruturas políticas, legais, administrativas e econômicas, entre outros aspectos que modelam o contexto de produção e constituem uma parte do documento (RABELLO, 2009), fundamental para a representação do conteúdo do documento de arquivo.

Com base nesses aspectos, a Diplomática procura identificar a autenticidade²⁹ do documento, que é um atributo que atesta que o documento foi escrito segundo as práticas de um determinado tempo e lugar, indicados no texto e firmados com os nomes das pessoas competentes para criá-los (DURANTI, 1994, 1995). Aqui é preciso assinalar que a autenticidade do documento de arquivo, no entanto, implica não apenas na análise do documento propriamente dito, mas também, em se tomar alguns cuidados arquivísticos quando do seu trâmite e também com a identificação correta de sua procedência.

²⁸ N.T.: “testimonio escrito sobre un hecho de naturaleza jurídica, redactado con arreglo a ciertas formalidades destinadas a conferirle autoridad, fe y fuerza probatoria”.

²⁹ Autenticidade é defendida por Duranti (1994, p. 51) como o vínculo ao “continuum da criação, manutenção e custódia”. Portanto, os documentos criados são autênticos, tendo-se em mente a necessidade de agir através deles e por isso, devem ser mantidos com garantias para futuras ações ou para informação. Os documentos são autênticos quando “mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados”.

O percurso da Diplomática é marcado pelas constantes mudanças no âmbito científico e administrativo. Rabello (2009) cômico dos riscos eminentes da tarefa de resgatar a trajetória da Diplomática a partir de um referencial previamente selecionado, empenha-se nessa tarefa e o faz com propriedade. Então, nos servimos dessa construção para destacar que a consolidação da área como disciplina autônoma ocorre em quatro fases, a saber: a fase empírica que se estendeu até o final do século XVII; a fase marcada pela busca da cientificidade no processo da crítica documental; a fase da inserção na academia e, por último, a fase em que houve a aproximação com a Arquivística, logo após a II Guerra Mundial. Nessa última fase, a Diplomática oferece todo o arcabouço teórico e metodológico que dá condições da Arquivística promover o gerenciamento do documento de arquivo (RABELLO, 2009).

Com o surgimento dos documentos contemporâneos, no entanto, os estudiosos foram impelidos a investigar novos recursos metodológicos que auxiliassem no cumprimento do objetivo da área. Duranti e MacNeil (1996, p. 47) afirmam que embora a Diplomática tivesse um corpo de conceitos e métodos originalmente desenvolvidos nos séculos XVII e XVIII, com o passar do tempo, evoluiu “para um sistema sofisticado de ideias sobre a natureza dos documentos, sua origem e composição, suas relações com as ações e pessoas a eles conectadas e com o seu contexto organizacional, social e legal”.

Dessa forma, a Diplomática passa a empregar seus princípios e métodos para a análise dos documentos contemporâneos, consistindo numa “reinvenção da Diplomática pela Arquivologia, com o objetivo de melhor compreender os processos de criação dos documentos da burocracia moderna” (RONDINELLI, 2002, p.45). Tognoli e Guimarães (2009) defendem que essa disciplina agora se divide em Histórica e Arquivística, sendo essa última utilizada para auxiliar os arquivistas na compreensão do processo de gênese dos documentos contemporâneos.

A Diplomática se une à Arquivística em prol de melhorar a análise do conteúdo desses conjuntos, que segundo Rodrigues (2008, p. 200), é representada pela ação (registro) e a estrutura (fórmula que a valida). São informações imprescindíveis para determinar “o contexto em que foi produzido o documento e seu fluxo posterior no ambiente dos sistemas”, incluindo o arquivístico. Portanto, a relação entre a Diplomática e a Arquivística se configura como sendo essencial a ponto de se constituir em pré-requisito para a formação do arquivista com capacidade de reflexões críticas (RODRIGUES, 2008, p. 193).

Como pudemos observar, o eixo principal entre a Diplomática e a Arquivística é o documento, ou mais especificamente, a busca por uma compreensão abrangente das tipologias documentais em toda a sua complexidade.

Nessas condições, a Diplomática tem contribuído, sobremaneira, na identificação de tipologia documental em arquivos (RODRIGUES, 2009) e para organização do conhecimento arquivístico (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009). A utilização do método diplomático em prol da Arquivística torna possível compreender o contexto de produção do documento e a história da administração, ou seja, permite a análise dos documentos a partir das relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor.

No campo da Arquivística, realiza-se o estudo teórico e prático dos princípios e dos procedimentos relacionados às funções dos arquivos que, por sua vez, são formados pelo conjunto de documentos produzidos em decorrência da necessidade de registrar as funções/atividades de uma instituição, pública ou privada, ou ainda, de uma pessoa ou família.

O documento pode ser definido como um “conjunto constituído por um suporte e a informação, utilizada para fins de consulta ou como prova”. E, mais especificamente, se denomina de documento de arquivo, aquele que “contém uma informação independentemente de sua data, forma e suporte material, produzido ou recebido por qualquer pessoa física ou jurídica e por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício de suas atividades”³⁰ (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 83, tradução nossa).

Os documentos gerados pela administração, de modo geral, assumem formas variáveis e constituem diferentes tipos documentais, imprescindíveis para o desempenho das atividades administrativas e cumprimento das funções organizacionais. Para extrair o máximo do seu potencial informativo, dentre outras coisas, é necessário conhecer a estrutura física desses registros e se cercar de métodos que garantam maior agilidade e eficiência no acesso e recuperação da informação e, ainda, a preservação do contexto de produção.

Na Arquivística, a discussão acerca do documento se desenrola sob influência das tendências do desenvolvimento administrativo que se configura pela

³⁰ N.T.: “conjunto constituído por un soporte y la información que contiene, utilizable con fines de consulta o como prueba”. [...] “contiene una información independentemente de su fecha, forma y soporte material, producido o recibido por cualquier persona física o moral y por cualquier servicio o organismo público o privado, en el ejercicio de su actividad”.

introdução maciça das tecnologias na execução das atividades cotidianas, pelo crescimento da massa documental e, também, pela mudança no perfil dos usuários da informação. Nesse contexto, a Arquivística procura encontrar soluções para seus problemas, partindo de um conhecimento teórico mais amplo acerca das propriedades desse objeto de estudo, e com isso, conquistar seu espaço no âmbito administrativo e acadêmico-científico.

Inúmeras discussões promovem a caracterização desse objeto e a consequente identificação das suas propriedades e dos princípios que determinam sua abordagem e tratamento. Porém, a dinâmica social traz constantes mudanças na configuração do documento, assim como na multiplicidade de canais de informação, proporcionada pelas tecnologias de comunicação e informação. Nesse cenário, visualiza-se, ainda, um aumento na produção documental e a valorização da informação, trazendo consequências para os processos de tratamento e organização dos documentos e das informações nas organizações, o que tem impulsionado a Arquivística para um novo momento.

Mais recentemente, a área se concentra na organização e conservação dos documentos enquanto conjunto organicamente estruturado, configurando uma mudança na sua história como área do conhecimento (NUÑEZ FERNÁNDEZ, 1999). Sob essa ótica, é importante reconhecer que elementos o identificam como documento de arquivo.

3.3 O documento de arquivo: características e princípios

Os documentos, produzidos pelas instituições públicas e privadas, carregam em si mesmos uma variedade de elementos que os configuram como registro único das atividades/funções desempenhadas por aquelas e, como tal, podem ser categorizados e analisados visando a diferentes propósitos.

Galende Díaz e García Ruipérez (2003) afirmam que o conceito de documento é amplo e admite diferentes possibilidades de classificação, como exemplo: diplomáticos, notariais, históricos e administrativos. Tais categorias não são excludentes entre si e estão inseridas no conjunto de documentos que integram os arquivos.

No Brasil, a expressão “documento de arquivo”, no Dicionário de Terminologia Arquivística, remete ao termo “arquivo” e, no Dicionário de Terminologia

Arquivística, editado pelo Arquivo Nacional, o termo não é mencionado. Nesse último, existe apenas um verbete para “documento” o qual é definido como uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p.73). Essa definição segue, de certa forma, a linha de raciocínio do Conselho Internacional de Arquivos/CIA, o qual define o documento de arquivo ou documento arquivístico como “a combinação de um suporte e a informação registrada nele, que pode ser utilizado como prova ou para consulta” (CRUZ MUNDET, 2008, p. 111-112).

Encontramos na literatura arquivística, no entanto, vários autores que definem o documento de arquivo com base em aspectos mais ou menos consensuais. Não é o caso de reproduzir todas as definições encontradas, mas apenas algumas para dar início à análise das características desse tipo de documento. Gutiérrez Muñoz (1982, p. 20, tradução nossa), por exemplo, concorda que os documentos de arquivo são gerados de modo seriado e orgânico e, como tal, são definidos como “aqueles que foram produzidos ou reunidos por indivíduos ou por instituições em razão das suas funções e atividades que eles registram para atingir determinadas objetivos”³¹. Heredia Herrera (1993) define documento de arquivo como aqueles que são produzidos ou recebidos por uma instituição durante a realização de suas atividades e conservados como meio de prova ou fonte de informação.

Para Tanodi, documento de arquivo é um suporte contendo um texto, o qual é fruto da execução de uma atividade administrativa, realizada em cumprimento de seus objetivos e função (GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003). Para Vázquez (1996, p. 13, tradução nossa), o documento de arquivo também é “um suporte modificado por um texto que surge como resultado de uma atividade administrativa e que tem por finalidade comunicar uma ordem, provar algo ou simplesmente transmitir uma informação, útil para o trâmite”³².

Quando se define o documento de arquivo como um suporte que contém uma informação (um texto) e que foi produzido, recebido ou reunido em razão das funções/atividades da instituição, isso poderia nos levar a entender que está incluído,

³¹ N.T.: “los que han sido producidos o reunidos por individuos o por instituciones en razón de las funciones y actividades que ellos despliegan para conseguir determinados fines”.

³² N.T.: “un soporte modificado por un texto a él adherido que surge como resultado de una actividad administrativa y tiene como fin impartir una orden, probar algo o meramente transmitir una información, útil para el trámite”.

nessa categoria, todo tipo de documento que contém informação e que seja produto das atividades organizacionais.

De acordo com Bellotto (1998b, p. 52), o que diferencia um documento e o tipo de informação que contém é “justamente sua natureza, seus objetivos e seu uso”. Ainda segundo a autora, é o caráter probatório e testemunhal e também o vínculo originário com os demais documentos e com a entidade produtora que diferenciam esse tipo de documento. Também são características desse documento, a proveniência e a organicidade (BELLOTTO, 2010). Nesse sentido, a especificidade do documento de arquivo é marcada pelo fato de esse ser naturalmente elaborado em decorrência das atividades administrativas, tanto do setor público quanto do privado. Sobre esse aspecto também concorda Rodríguez Bravo (2002) quando afirma que o documento de arquivo possui um caráter testemunhal devido ao fato de sua origem ser involuntária. O documento surge como uma consequência natural dos procedimentos administrativos executados e, dessa forma, revela, de modo privilegiado, fatos/informações acerca da administração.

É importante salientar que o conceito de documento de arquivo requer, entre outros aspectos, garantir sua especificidade e, para Rodríguez Bravo, significa descobrir sua “alma orgânica”, ou seja, seu vínculo com outros fundos, séries ou processos e por ser produto do exercício das funções legais de uma organização (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002). A autora propõe que um aspecto distinto nesse tipo de documento seria a sua “rentabilidade”, ou seja, ele é capaz de instrumentalizar uma única atividade prática e servir, simultaneamente, de testemunho e informação. Assim, dentre os elementos conceituais que determinam a especificidade do documento de arquivo estão a sua origem e sua inter-relação com outros documentos da mesma procedência (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002). A autora indica, ainda, o caráter seriado do documento de arquivo, como sendo um aspecto que o distingue dos demais tipos de documentos. No entanto, essa característica vem sendo questionada em razão de que quando se realiza o mapeamento de processos administrativos, nem sempre essa seriação documental está presente.

O documento de arquivo, pela perspectiva da Arquivística, possui características próprias e integra “conjuntos internamente inseparáveis”, os quais testemunham o funcionamento de uma entidade e constituem a base sob a qual os princípios arquivísticos se desenvolvem e direcionam a Arquivística à categoria de disciplina científica.

Essa dimensão de conjunto em um contexto funcional é regida, por sua vez, por princípios arquivísticos que preservam as especificidades do documento de arquivo, tais como: a proveniência, a unicidade, a organicidade e a indivisibilidade, como destacam Camargo e Bellotto (1996):

Proveniência – Instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda de documentos (p. 63);

Unicidade – Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem (p. 76);

Organicidade – Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas (p. 57);

Indivisibilidade arquivística ou integridade arquivística - Característica derivada do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido (p.45).

Cruz Mundet (2008, p. 97) relaciona as especificidades do documento de arquivo da seguinte maneira: possuem um caráter seriado, originam-se no processo natural das atividades organizacionais e, ainda, seu valor está no fato de pertencer a um conjunto que se inter-relaciona. Dentre as especificidades indicadas pelo autor, as que se referem ao fato de os documentos originarem-se no desenvolvimento das atividades administrativas e pertencerem a um conjunto inter-relacionado, em nossa opinião, são as que realmente caracterizam esse tipo de documento, porque o caráter seriado também pode ser visto nos documentos bibliográficos, como os periódicos.

Assim, o que diferencia um documento de arquivo de outro documento qualquer, é o fato de ter sido produzido a partir de atividades repetitivas, decorrentes do cumprimento de uma função organizacional e compor um conjunto documental de valor inestimável porque revela, de modo particular, a instituição que o gerou. Podemos acrescentar a isso o fato de os documentos de arquivo não serem submetidos a publicação e, portanto, não se manifestam em múltiplos exemplares, são únicos (HEREDIA HERRERA,1993).

Bellotto (1998b) entende que os objetivos e o uso podem determinar a especificidade do documento de arquivo e nesse sentido, a depender da fase em que se encontram, serão usados para finalidades distintas. Os documentos de arquivo podem ser usados como fonte de informação nas investigações de diversas naturezas nas mais diferentes situações servindo como elemento de prova/testemunho do funcionamento de

uma instituição, mas também, servem à administração como fonte de informação privilegiada para o processo de tomada de decisão.

Conforme Fuster Ruiz (1999), os documentos de arquivo podem ser identificados a partir de duas classes: os de natureza jurídica, que garantem direitos e deveres e os de natureza administrativa, que embora não tenham caráter jurídico, servem de testemunho autêntico e verdadeiro. Na condição de documentos tradicionais (geralmente em suporte papel), foram objeto de vários estudos e os métodos de tratamento e organização a esses aplicados foram bastante discutidos e delineados ao longo de décadas, trazendo certo nível de estabilidade de ordem teórico-prática para os arquivistas.

Diante dos posicionamentos que se evidenciam na literatura analisada, os traços distintivos do documento de arquivo, foram sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4 – Traços distintivos do documento de arquivo

Documentos de arquivo	Traços distintivos
Heredia Herrera (1993)	Origem natural, unicidade, não passíveis de publicação.
Romero Tallafigo (1994)	Origem natural, testemunho ou prova.
Vázquez (1996)	Origem natural, prova.
Fuster Ruiz (1999)	Testemunho, natureza jurídico-administrativa.
Rodríguez Bravo (2002)	Origem natural, caráter seriado, inter-relação entre documentos de igual procedência.
Cruz Mundet (2008)	Caráter seriado, produção natural, inter-relação com outros documentos.
Bellotto (2010)	Caráter probatório e testemunhal, vínculo obrigatório e originário com a entidade produtora, proveniência, organicidade.

No entanto, algumas dessas características têm sido colocadas à prova pela conjuntura atual. O mundo está em constante mudança e, atualmente, estamos experimentando o período identificado por Cook (2001, p. 7) como “pós-modernismo” que, entre outras coisas, apregoa a contestação de verdades universais baseadas em princípios científicos.

Nesse sentido, Eastwood e MacNeil (2010) apresentam correntes teóricas que contestam as características de naturalidade, inter-relacionamento e unicidade que compõem o núcleo da abordagem tradicional de arquivo, privilegiada no continente europeu. Em uma perspectiva diferente, os arquivos são considerados produtos sociais e, como tal, sofrem influências em sua origem, natureza e propriedades.

Partindo do entendimento de que existe uma interdependência em relação às discussões entre arquivo e documentos de arquivo, os autores fazem uma reflexão a respeito das características de autenticidade e imparcialidade dos arquivos e ponderam que o conhecimento é verdadeiro até que se busquem outras respostas. Nesse sentido, defendem que os arquivos “não são fontes verdadeiras, mas traços de pensamentos, expressão e atividades que foram interpretados para servir a interesses e propósitos específicos”³³ (EASTWOOD; MACNEIL, 2010, p. 18, tradução nossa). não são fontes da verdade, e sim traços, se pensados, expressão e atividade que tem que ser interpretados para servir à interesses e propósitos específicos”

Diante dessas reflexões os autores destacam a concepção dos arquivos como fruto de uma ação humana carregada de intenções as quais estão impregnadas pelas necessidades e circunstâncias da organização produtora, fatores que colocam à prova a naturalidade do próprio processo de produção documental.

Assim, é possível compreender que as estratégias e metodologias até então desenvolvidas para o tratamento dos documentos, em especial, nos arquivos, vem sofrendo alterações. Também muda o papel do arquivista que passa de guardião “passivo” de documentos para responsável pela memória coletiva (COOK, 2001). No discurso teórico arquivístico, o foco passou do produto para ao processo, da estrutura para a função, do arquivo para o tratamento, do documento para o contexto de produção, do resíduo natural da atividade administrativa para a construção consciente e atividade mediática da memória social.

Soma-se a esse cenário a dinamicidade imposta pelo desenvolvimento tecnológico na criação dos documentos, em ambiente eletrônico, criando novos desafios para a Arquivística, especialmente no que diz respeito à manutenção da proveniência e a preservação dos documentos, e, ainda, a valorização da informação como recurso indispensável, sobretudo, no segmento administrativo.

Nesse sentido, a construção/adequação de conceito como o de documento é afetada de modo a se ajustar à realidade. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos passa a entender o documento de arquivo como

[...] a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos

³³ N.T.: “are not sources of truth but rather traces if thought, expression, and activity that have to be interpreted to serve specific interests and purposes”.

suficientes para servir de prova dessas atividades (BRASIL. Arquivo Nacional, 2004, Art. 1º, § 1º).

As implicações decorrentes, especialmente da aplicação das tecnologias de comunicação e informação no que diz respeito ao universo documental, têm incitado a Arquivística a buscar novas respostas para vencer aos desafios interpostos ao arquivo.

3.4 A configuração do documento de arquivo na sociedade contemporânea

A vida moderna tem, em sua dinâmica, necessidades especiais que requerem uma constante adaptação do ser humano. A aceleração do tempo, o excesso de informações e de atividades com as quais nos deparamos diariamente, tem seus reflexos, igualmente, em nosso modo de viver. Esses são traços marcantes da sociedade do século XXI.

Com relação à informação e à comunicação, o cenário se caracteriza pelo aumento da produção de documentos em suportes variados usados no registro das informações geradas e, ainda, pela extrema velocidade com que essas são produzidas e veiculadas para além dos limites fronteiriços. Basta apenas um toque no teclado do computador e pronto, acessamos um universo informacional fantástico, que pode ter sido acionado para esclarecer uma simples dúvida do dia a dia, ou mesmo para descobrir a cura de um grave problema de saúde.

Em meio a esses avanços, a sociedade tem podido contar com o trabalho de profissionais da área da informação que buscam desempenhar a função mediadora entre as fontes de informação e aqueles que precisam dela. Ocorre que, assim como o perfil do usuário é influenciado pelas conjunturas sociais, as formas de registro, os processos de tratamento e organização do documento também sofrem mudanças na medida em que a sociedade evolui. Isso desafia os profissionais da informação à busca pela capacitação de forma que possam dominar as ferramentas utilizadas no tratamento e organização do conteúdo informacional.

Os arquivos devem garantir que os documentos gerados sejam preservados como testemunho e prova incontestável dos procedimentos administrativos. Nesse sentido, tanto os documentos originados em ambiente eletrônico, como os tradicionais (escritos), devem ser submetidos aos princípios arquivísticos. Importa, contudo, dizer que os documentos de arquivo são constituídos por uma informação registrada em um suporte, analógico ou digital e se caracterizam como tal, na medida

em que são produzidos em decorrência da função/atividades de uma entidade e, como tal, devem ser preservados durante o seu ciclo de vida.

Do ponto de vista do documento tradicional, a configuração do documento de arquivo e a forma de tratamento/preservação foram por muito tempo o foco principal da discussão na literatura arquivística. Atualmente, esse foco tem sido compartilhado com os documentos eletrônicos e as implicações para seu tratamento e organização no âmbito arquivístico.

Considerando que em relação às definições de documento eletrônico ainda não há consenso, convém primeiramente esclarecer nossa posição a respeito. Para tal, buscamos respaldo em Marcacini (1999), que define documento eletrônico como sendo “uma sequência de bits que traduzida por um programa de computador, seja representativa de um fato”. Nesse sentido, Furlaneto Neto e Bellinetti (2008) entendem que documento eletrônico está sendo colocado como gênero de uma classe de documentos, na qual o documento digital seria a espécie.

O documento eletrônico tem algumas peculiaridades que tornam a manutenção da sua fidedignidade e autenticidade uma tarefa mais complexa (INNARELLI, 2007, p. 23). Por exemplo, pode ocorrer a qualquer tempo a separação do suporte e do conteúdo quando se realiza o processo de migração da mídia para prevenir um possível dano ou em razão da “obsolescência tecnológica”. Na opinião de Rodríguez Bravo (2002), o fato de ser possível copiar o documento sem que ocorra perda de qualidade, torna obsoleto o conceito diplomático de autenticidade.

Por outro lado, em matéria de preservação do documento eletrônico, surgem outras questões problemáticas, como a incompatibilidade de alguns parâmetros institucionalizados para os documentos não eletrônicos. Um exemplo é a preservação realizada por meio de atividades de acondicionamento, conservação, armazenamento e restauração dos documentos. No ambiente eletrônico, essas atividades continuam sendo realizadas, porém, com um direcionamento mais acentuado no acesso do que na garantia da integridade física do documento.

O documento eletrônico é formado por hardware, software e informação armazenada em um suporte. Nesses casos, os documentos são gerados “por meio de sistemas informatizados através de dados contidos em sistemas gerenciadores de bancos de dados, por processo de digitalização e/ou diretamente com uso de um software ou sistema específico” (INNARELLI, 2007, p. 26-27). Nesse caso, Rodríguez Bravo

(2002, p. 172, tradução nossa) afirma que o suporte “é necessário para que o documento exista, embora não faça parte do seu significado”³⁴.

Em sua obra, Rodríguez Bravo faz uma extensa análise a respeito do documento, desde o momento de seu surgimento até sua configuração eletrônica, trajetória que é determinada pelo fato de o documento ser produto da evolução social. Especificamente sobre as características do documento eletrônico, a autora apresenta a visão de vários autores, que pretendemos sintetizar nos seguintes termos:

- ✓ a produção é feita por meio de códigos binários;
- ✓ tanto a produção quanto a leitura requer o uso de máquinas;
- ✓ possui interatividade ilimitada;
- ✓ circulação depende da energia em bits;
- ✓ estrutura do documento não é sequencial;
- ✓ é manipulável mais facilmente;
- ✓ pode ser modificado, acessado, transportado e multiplicado com mais facilidade;
- ✓ permite o acesso à distância;
- ✓ difusão ampliada pelas redes permitindo acessos múltiplos e simultâneos;
- ✓ difícil normalização e controle.

Trata-se de uma realidade que tem movimentado os estudiosos da ciência da informação, em busca de soluções apropriadas. Cotidianamente, surgem problemas com relação à confiabilidade dos suportes, à interferência do ambiente na preservação das mídias digitais, às perdas de documentos fundamentais para a preservação da memória da humanidade.

Portanto, a partir das especificidades do documento eletrônico, é possível constatar que a responsabilidade do profissional de arquivo ganhou novos contornos e que o uso da tecnologia de informação e comunicação para a produção e consequente manutenção dos documentos é um processo irreversível. Esse fato trouxe certa fragilidade ao processo de preservação do documento, mas também permitiu a valorização do conteúdo e a agilidade no acesso à informação. Nesse aspecto, o teor do documento agora é facilmente manipulado, acessado e comunicado em tempo real. Por outro lado, o usuário desempenha um papel mais ativo no processo de localização,

³⁴ N.T.: “es necesario para que el documento exista, pero ya no forma parte del significado del documento”.

identificação e uso da informação. Tudo isso interfere diretamente na atuação dos arquivistas, exigindo a utilização de novos procedimentos que sejam capazes de garantir a aplicabilidade dos princípios arquivísticos.

Em síntese, a aplicabilidade dos princípios arquivísticos sustenta um tratamento específico que visa atender aos objetivos da Arquivística como disciplina científica e, em relação aos documentos contemporâneos, esses princípios estão sendo revisitados. Alguns embates foram superados nesse âmbito, mas outros, como a preservação eletrônica, ainda necessitam investimentos teóricos. O fato é que essa e outras questões movimentam a categoria profissional seja com a participação em eventos, publicação de material bibliográfico, realização de pesquisas, entre outros.

De qualquer modo, o documento de arquivo seja eletrônico ou não (escrito) em sua essência é uma informação registrada, mas que tipo de informação o arquivo tem sob sua responsabilidade?

3.5 A questão da informação arquivística: traços distintivos

Certamente, na Sociedade da Informação é impossível negar a informação como um recurso primordial. Essa sociedade, em particular, tem experimentado um tipo de relação bastante complexa com as organizações, sobretudo no que se refere à recuperação da informação. Valentim (2007, p. 16) apoia-se em Morin e Le Moigne (2000) para afirmar que a Sociedade da Informação depende do desenvolvimento organizacional, assim como as organizações dependem do desenvolvimento social, pois os atores são os mesmos, por isso esse universo é constituído de certa “complexidade auto-eco-re-organizadora”.

Informação é uma palavra cuja raiz vem do latim *informare*, que significa “ação de informar”, e tem recebido, por parte dos estudiosos de diferentes campos do conhecimento, múltiplas definições. Após a Segunda Guerra Mundial, qualquer coisa que viesse a ser transmitida pelos canais elétricos ou mecânicos denominava-se de “informação”. Muitas vezes, essa palavra tem sido usada de modo indiscriminado, um uso geral que a torna vaga, na maioria dos casos, significando apenas algo dito ou comunicado.

No campo da Ciência da Informação existem correntes teóricas que defendem uma "abordagem mentalista"³⁵, para as quais “a informação é concebida como algo que está presente na mente em estado de compreensão, seja essa compreensão proveniente da leitura de um documento ou de outros meios” (FROHMANN, 2008, p. 21). Outros, como Frohmann (2008), são da opinião que a informação deve ser vista sob o prisma da materialidade e isso é fundamental para informação de cunho social e público. O autor apresenta a materialidade da informação utilizando-se da perspectiva de Foucault quando discute os enunciados e as propriedades para sua medição (massa, inércia e resistência).

Não é o caso aqui de se aprofundar em uma discussão acerca do conceito de informação, pois certamente, existem muitas outras perspectivas de análise e muitos outros caminhos teóricos para a definição e abordagem do conceito de informação. A intenção é assumir o conceito de informação que usaremos como base, para então traçar um panorama acerca de como tem sido apresentado o conceito de informação, no âmbito arquivístico.

Nesta linha de raciocínio, destacamos Buckland (1991) e Smit e Barreto (2002). Em Buckland (1991), encontramos o respaldo necessário para identificar a melhor forma de abordagem da informação. Para esse autor, o conceito de informação pode ser abordado de três maneiras: **(1)** como processo, ato de informar alguém, o que gera mudanças; **(2)** como conhecimento, acerca de fatos ou eventos particulares; **(3)** como coisa, atribuído para objetos da mesma forma que os dados o são para os documentos considerados como informação. Assim como sinais, dados e textos, outras representações e registros do conhecimento teriam sempre presente a substancialidade e concepção da informação-como-coisa. O conhecimento da informação-como-coisa para Buckland (1991, p.19, tradução nossa), teria um propósito importante no que se refere aos estudos e entendimento da informação, na perspectiva da comunicação e do conhecimento:

tal avaliação de “informação-enquanto-coisa” pode ser útil para trazer forma a este campo amorfo e para se evitar limites simplistas e exclusivos baseados em tradições acadêmicas do passado.³⁶

³⁵ Correntes das ciências da cognição teriam contribuído para estabelecer algum vínculo entre digitalidade e imaterialidade, tal como quando são estabelecidas relações de equivalência entre representações mentais, conteúdos e formas proposicionais, a lógica formal e os algoritmos computacionais (HAVELANGE, 2001 *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p.119).

³⁶ N.T.: “that examination of "information-as-thing" might be useful in bringing shape to this amorphous field and in avoiding simplistic, exclusive boundaries based on past academic traditions”.

A proposta acima mencionada atende aos requisitos exigidos pela Arquivística no tocante à configuração de seu objeto de estudo, porque garante a substancialidade que é colocada como condição *sine qua non* para os arquivos.

Da mesma forma, para Smit e Barreto (2002, p.21) o objeto informação, que está circunscrito ao universo do profissional da informação “[...] faz parte do cotidiano de toda a humanidade, mas que se diferencia daquela “informação” do senso comum na medida em que o mesmo foi registrado e pode ser socializado”. O registro garante a portabilidade no espaço e permanência no tempo e é sob esses aspectos que se fundamenta todo fazer da Arquivística. Entendemos que a materialidade é fundamental no âmbito arquivístico e, como tal, também concordamos com Bellotto (1998b), que a informação é uma matéria que precisa passar por um processo de comunicação para que chegue a um receptor que irá usá-la.

Diante desses esclarecimentos a respeito da perspectiva que estamos adotando acerca do conceito de informação, acreditamos ser possível adentrar no terreno do que buscamos entender por “informação arquivística”. Estamos conscientes de que é uma tarefa que impõe riscos inerentes e que alguns especialistas têm se empenhado em realizar, mas é perfeitamente cabível a produção de novas reflexões. Assim sendo, iremos procurar contribuir nesse sentido, trazendo à tona elementos que têm sido apresentados como aqueles que caracterizam e identificam esse conceito como sendo específico do ambiente arquivístico.

Primeiramente, é preciso identificar de onde vem a proposta desse conceito para a área. Conforme já destacamos anteriormente, a Arquivística tem alguns desafios a serem vencidos. De modo geral, é possível afirmar que existe uma tendência mais conservadora que “encontra acolhida nos arquivos públicos europeus” e outra mais contemporânea que é representada pelas “escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá” (JARDIM; FONSECA, 1998). Nessa última perspectiva, há um distanciamento dos conceitos tradicionais de arquivo e passa-se a valorizar o conteúdo informacional dos documentos (GARCIA; SCHUCH JUNIOR, 2002).

Ribeiro (2002, p. 101) identifica que a partir dos anos 1980, algumas verdades até então incontestes têm sido colocadas à prova, expondo as “fragilidades e a inadequação da ‘teoria’, em face de uma realidade social e informacional que dá contexto aos arquivos”. Neste sentido, a autora destaca algumas das contribuições de diferentes partes do mundo, visando à construção de um novo modelo conceitual que

seja compatível para se conseguir estudar um objeto “singular e multifacetado, com auxílio de um método consistente para construir esse conhecimento em toda a sua complexidade”.

Alguns autores, como MacNeil (1994), Delmas (2001), Ketelaar (2001), Cook (2001), Menne-Haritz (2001) e Ribeiro (2002) afirmam que a Arquivística vem experimentando uma mudança de paradigma que se caracteriza pelo entendimento do arquivo como sistema; pela assimilação da perspectiva integradora das várias idades do arquivo; pela valorização da organicidade como elemento primordial do arquivo; pelo uso da análise funcional para compreensão do fluxo informacional no seio das organizações e, ainda, pelo reconhecimento da informação social como objeto de trabalho da área. Como tal, a informação se confirma como uma das dimensões do objeto de estudo da Arquivística.

É o que pensa Heredia Herrera (1993, p. 31), para quem o objeto de estudo da Arquivística tem tripla dimensão: arquivo, documentos e informação; Bellotto (2002, p. 5) de modo um pouco distinto, separa o objeto da área a partir de uma perspectiva física e intelectual. Na primeira classe, o objeto é colocado como tendo três dimensões: o arquivo (conjuntos documentais), o documento em si mesmo e o arquivo como entidade. Na condição de objeto intelectual está a informação, “ou mais precisamente, os dados que possibilitam a informação”.

Rousseau e Couture (1998), afirmam que a informação é um recurso que deve ser organizado e tratado da mesma forma que os recursos humanos, materiais ou financeiros de uma instituição e, como tal, sua importância vem crescendo na medida em que aumenta a complexidade da sociedade e das organizações. Identificar onde encontrar as informações para melhorar os resultados dos processos administrativos, é um desafio constante das organizações da sociedade moderna. Esse desafio passa, necessariamente, por reconhecer no que consiste a informação na qual trabalha o arquivista.

Numa organização qualquer, é importante considerar que a informação seja pensada “como um todo gerido sistematicamente, coordenado, harmonizado, objecto de uma política clara tal como de um programa alargado de organização e de tratamento” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 62). Mas, é fato também que o contexto organizacional concentra uma diversidade de profissionais que lidam com a informação e, a integração entre esses, passa pelo profundo conhecimento de cada profissional a respeito do seu objeto de trabalho. Então, qual seria a real participação do

arquivista nesse contexto? Essa questão leva imediatamente a outra: que tipo de informação está sob a responsabilidade desse profissional?

A compreensão desse cenário se concretiza a partir de leituras da literatura, como por exemplo, Rousseau e Couture (1998), que analisam como a Arquivística deve se apresentar no processo de gestão da informação nas organizações, e indicam os traços principais da informação de caráter arquivístico que iremos apontar mais adiante para discussão.

Antes, porém, queremos registrar que a literatura da área já soma um significativo número de trabalhos que, desde os anos 1980, mencionam a expressão “informação arquivística”. Na literatura brasileira, destacamos alguns autores: Lopes (1996); Bellotto (1998a); Marcondes (1998); Marinho Junior e Guimarães e Silva (1998), Jardim e Fonseca (1998); Jardim (1999ab); Fonseca (1999); Calderon et al. (2004); Jardim e Fonseca (2004); Brito (2005); Cornelsen e Nelli (2006); Leão (2006); Moreno (2006); Oliveira (2006ab); Andrade (2007); Indolfo (2007); Moreno (2007); Santos e Toutain (2007); Nascimento e Flores (2007, 2008); Santos, Innarelli, Sousa (2007); Silva (2008a, 2010); Sousa (2009); Costa, Silva, Ramalho (2010); Viana (2011). Alguns desses autores assumem a expressão como sendo própria da área, outros a definem com base, principalmente, naquilo que lhe é mais peculiar, ou seja, o fato de serem geradas em decorrência das atividades realizadas por uma organização. Outros autores usam denominações como: informação orgânica (Carvalho e Longo, 2002, Louzada, 2007), informação arquivística governamental (Silva, 2008c), informação orgânica arquivística (Sousa, 2009).

Silva, (2010, p.12, grifo do autor) assinala que “a expressão *informação arquivística* emerge na literatura da área, nos anos 1980, estabelecendo a *abordagem informacional* que inscreve o arquivo na dinâmica da importância que assume a informação na contemporaneidade”. Para Lopes (1996), até a década de 1990, o conceito “informação arquivística”³⁷ era pouco conhecido na literatura mundial

³⁷ Acerca do conceito de informação arquivística Bellotto, levanta a seguinte questão: a informação contida nos arquivos é administrativa ou jurídica, ou contábil, ou científica, ou técnica, ou religiosa, ou militar etc. porque esse é o conteúdo dos documentos que se acham nos arquivos, segundo a especificidade desses arquivos, sejam da área governamental, jurídica, militar etc. e, portanto, o que chamamos “informação arquivística” seria porque a informação está no arquivo? Será que alguém denomina os ensinamentos que estão em um livro de medicina, de arte barroca ou de astrofísica como “informação biblioteconômica”, ou “informação bibliotecária” ou “informação bibliográfica”? (Essas informações foram obtidas por meio de contato pessoal com a pesquisadora). Maiores informações a respeito do posicionamento da autora sobre esse assunto também podem ser obtidas por meio de Bellotto (1998a).

especializada. Esse conceito começa a surgir timidamente, mas no século XXI, já é possível notar na literatura arquivística, certa frequência do termo “informação arquivística”, o que sinaliza o “deslocamento paradigmático do objeto de estudo: do arquivo para a informação arquivística” (SILVA, 2007, p. 3).

No entanto, Lopes (1996, p. 28) alerta que existem riscos quando se propõe um conceito novo para uma determinada área e argumenta que ao se colocar a informação arquivística como objeto de estudo da Arquivística, “é preciso detalhar sua natureza, peculiaridades (próprio, característico) e propriedades (qualidade especial, caráter)”. Para tanto, o autor ao assumir o conceito de informação arquivística propõe que se entenda como uma “informação registrada de natureza, peculiaridades e propriedades arquivísticas atribuídas” (LOPES, 1996, p. 30). Fazem parte dessa categoria as informações administrativas e também as técnicas ou científicas, geradas a partir das atividades/funções de uma organização. A partir desses elementos, a questão ainda pertinente é o que realmente esse conceito representa na realidade arquivística? Quais suas principais características? Ou, ainda, o que realmente distingue uma informação “arquivística”?

Smit (2000, p. 122) afirma que na Arquivística a “informação fala sobre as instituições, suas atribuições e suas relações com os demais segmentos da sociedade ou pessoa [...]”. Lopes (1996, p. 34) entende que se trata de um tipo de informação orgânica, assim adjetivada em razão de pertencer à pessoa ou organização que a acumulou. Esse autor admite que as expressões “informação orgânica” e “informação arquivística” podem ser tratadas como sinônimos porque a característica de organicidade, nesse caso, é atribuída em razão de a informação pertencer à organização ou à pessoa que a acumulou e não exatamente em ter sido produzida no âmbito interno da organização. Assim, destaca como “subproposições” da informação arquivística:

- a) natureza atribuída da informação arquivística é específica, tratando-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um sujeito que é, ao mesmo tempo, emissor e receptor;
- b) a primeira propriedade da informação arquivística é a sua organicidade, isto é, a sua relação umbilical com o produtor;
- c) a segunda, é a sua originalidade;
- d) a terceira, é que podem ser avaliadas, de acordo com as suas idades e usos;
- e) a primeira peculiaridade da informação arquivística é a natureza limitada de seus suportes – convencionais ou eletrônicos;
- f) a segunda, refere-se à noção de acumulação de informações – produzidas ou recebidas – por um sujeito – pessoa ou organizações – com atividades e características cognoscíveis;

g) a terceira, refere-se às atividades geradoras que podem ser administrativas, técnicas ou científicas.

Mas, essas proposições distinguiriam suficientemente a informação arquivística de outros tipos de informação? A indagação é particularmente importante, porque o conceito em tela está sendo colocado na posição de objeto de estudo da Arquivística. Dentre os autores que estudam esse tema, estão os que concordam com a condição de a “informação arquivística” se configurar em objeto de estudo da área, porque entendem que esse seria forçosamente o caminho da Arquivística contemporânea, batizada de Arquivística Moderna ou Pós-custodial, a qual sugere “a análise e estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística (BRITO, 2005, p. 37).

Cruz Mundet (2008, p. 118-119) afirma que a informação arquivística pode ser identificada a partir das seguintes características: fruto de produção interna (no âmbito organizacional, ou seja, produzida em função das atividades institucionais); é previsível e possui regras para sua produção, uso e conservação. Destacamos o fato de o autor indicar a informação arquivística como sendo aquela de natureza interna, ou seja, produzida no âmbito da instituição e estão registradas em seus próprios documentos.

Isso significa afirmar que a informação arquivística está subjugada ao documento que nomeia sua materialidade e é definida por Silva e Ribeiro (2002, p. 37), como um

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada.

Silva e Ribeiro (2002), ao colocarem a informação no campo da materialidade, definem a sua socialização e, conseqüentemente, seu uso. A abordagem que sustentaria esta definição defende que a informação necessita de registro e, portanto, o uso racional desta estaria condicionado à sua representação.

Sousa (2009) indica que a informação arquivística tem como característica o fato de ser registrada em suporte material, somado ao fato de ser o resultado do cumprimento da missão da organização. “Esse tipo de informação recebe, então, o adjetivo orgânico, que a diferencia dos outros tipos de informação existentes nas organizações”. No entanto, Sousa (2009, p. 29) afirma que “nem todas as

informações orgânicas são de caráter arquivístico, pois essa qualificação é limitada em termos de suportes (convencionais ou eletrônicos).

Para Fauvel e Valetim (2008, p. 238) a informação considerada de caráter arquivístico é “aquela gerada no âmbito interno ou externo à organização, relacionada às funções, atividades e tarefas organizacionais, ou seja, a informação arquivística tem peculiaridades e características específicas que a caracterizam claramente”, porém, de acordo com os autores, a informação orgânica é um tipo de informação arquivística, sendo essa última mais ampla que a anterior.

Rousseau e Couture (1998, p. 65), por sua vez, apresentam mais atributos ao que definem como informação orgânica:

utilizada pelas unidades do organismo, quer pelo seu valor primário, a fim de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas, quer pelo seu valor secundário, a fim de efectuar pesquisas retrospectivas que põem em evidência decisões ou ações passadas (para obter um suplemento de informação relativo ao valor primário ou secundário da informação orgânica [...]).

Uma nomenclatura distinta para esse tipo de informação, que de acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 65), existirá somente nas organizações, diferentemente da informação não orgânica que existe também nas bibliotecas ou nos centros de documentação “[...] sob a forma de publicações, de bancos de dados ou de dossiers temáticos, etc.” De acordo com os autores, a informação orgânica é sempre registrada e dá origem aos arquivos organizacionais porque são informações elaboradas, enviadas ou recebidas no âmbito da missão de uma organização.

Conforme observamos na Figura 1, a distinção entre os tipos de informação consiste em, primeiramente, separar em duas categorias, quais sejam a registrada e a verbal (oral). Na categoria verbal incluem-se apenas as informações não orgânicas, que podem ser em relação à organização, de natureza externa ou interna. Assim, dentre as informações registradas, existem as orgânicas e as não orgânicas, sendo que no primeiro caso (orgânicas) encontram-se informações geradas no ambiente interno e externo à organização.

Na categoria de informações não orgânicas estão incluídas as informações verbais e também as informações registradas de natureza externa, ou seja, aquelas que poderão ser encontradas no âmbito externo à organização (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Nessa última categoria, os autores inserem as informações que

integram tanto os arquivos (fundo não institucional) como outras unidades de informação, como as bibliotecas e/ou os centros de documentação (Figura 1).

Deprendemos, portanto, que a organicidade atribuída à informação gerada no contexto organizacional está atrelada ao registro e ao modo de produção com a qual mantém um vínculo primordial.

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística no Brasil, organicidade é a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 57). A definição de organicidade, mencionada no Dicionário, aponta para a capacidade de o arquivo refletir a organização em suas diferentes dimensões, ou seja, a forma de organização e tratamento do conjunto de documentos produzidos revela as características da organização, a partir da qual foram gerados e/ou recebidos. Não se fala em propriedade dos documentos, embora isso seja uma consequência natural, nesse caso.

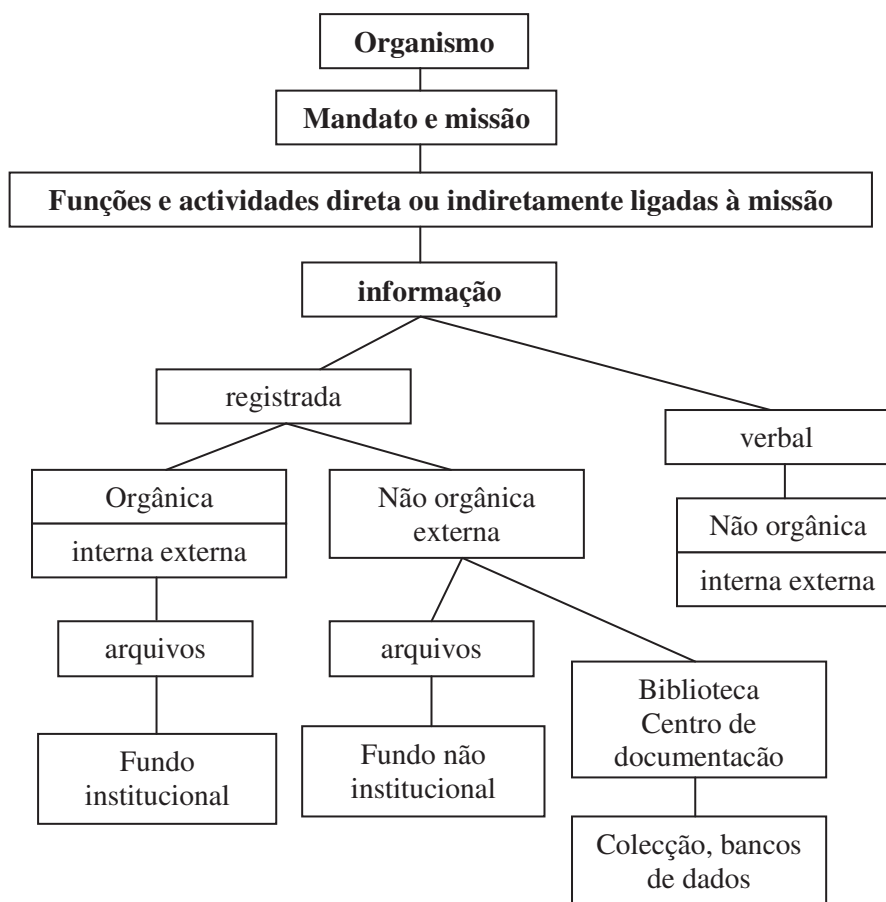


Figura 1 - Proveniência e natureza da informação no organismo

Fonte: Extraído de Rousseau e Couture (1998, p. 64)

Assim, documentos produzidos por outras instituições, mas que passam a fazer parte dos arquivos institucionais por força das atividades desenvolvidas pela organização, são considerados documentos de arquivo e portadores de informação do tipo orgânica. Partindo desta análise, podemos considerar que a expressão informação orgânica e informação arquivística, podem ser consideradas sinônimas e definem o tipo de informação gerada em decorrência do cumprimento da missão de uma organização por meio de suas atividades.

O Grupo de Pesquisas Internacional de Montreal, no Canadá (GIRA – Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique), em atuação desde 1987, reúne nomes importantes da arquivística canadense e admite que o fundamento da Arquivologia situa-se no seio da gestão da informação. A atuação desse grupo tem provocado reflexões da comunidade arquivística em geral, no sentido de melhor conhecer “as especificidades do fenômeno informacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística” (FONSECA, 2005, p. 11). Esse reconhecimento passa pela identificação correta do fenômeno informacional que ocorre nos arquivos, a partir do conhecimento rigoroso de suas especificidades, dentre elas, os conceitos básicos que sustentam o fazer arquivístico.

O referido grupo faz uma distinção importante no âmbito da gestão da informação das organizações identificando que existem informações orgânicas e não orgânicas. No primeiro, estão as informações que são elaboradas, expedidas ou recebidas no decurso das funções de uma organização. De outro modo, as informações não orgânicas são as produzidas à parte das funções da organização. Assim, as informações que interessam ao profissional arquivista seriam as pertencentes à primeira categoria, “informações registradas orgânicas” que irão criar os arquivos (FONSECA, 2005, p. 11).

No Brasil, percebemos que a maioria dos autores optou pela denominação “informação arquivística”, mas a partir de concepções distintas. Outros entendem que o conceito “informação arquivística” encontra-se num estágio de construção. E ainda outros como Bellotto (2010, p. 7) afirmam que se trata de uma expressão equivocada, “embora tenha caído no uso comum”. A autora levanta as seguintes questões:

aquela informação que está no arquivo segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística etc. Não é arquivística. Um livro ou um artigo de revista científica sobre, por

exemplo, o tratamento de câncer, por acaso é uma "informação bibliográfica ou biblioteconômica", por que está na biblioteca?"Ou ela é uma informação médica, oncológica, científica?

Nesse sentido, cabe sinalizar nossa concordância com a autora sobre a inadequação da expressão. Mas, qual seria a maneira de marcar as especificidades que envolvem o conteúdo informacional gerado no âmbito dos arquivos? No âmbito dos arquivos, as especificidades estão no conteúdo informacional dos documentos de arquivo e também na constituição dos conjuntos documentais e o que revelam acerca da instituição produtora, quando preservados de acordo com os princípios arquivísticos.

As divergências existentes em torno do termo reforçam a fragilidade que o mesmo enseja e indica a necessidade de reflexões por parte da comunidade científica arquivística em geral. Nesse sentido, entendemos que o termo "informação arquivística" somente tem sentido se de alguma forma este tipo de informação estiver caracterizada de modo que revele sua singularidade em relação a outros tipos de informação. Para tanto, nossa pretensão é apresentar uma proposta de reflexão com base nos atributos dados por Lopes (1996, p.35) à informação arquivística.

- natureza atribuída da informação arquivística é específica, tratando-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um sujeito que é, ao mesmo tempo, emissor e receptor.

Quando o autor afirma que a "informação arquivística" é acumulada ao mesmo tempo por um emissor e receptor, não parece ser exatamente um aspecto exclusivo dessa categoria de informação. Esse caso se aplicaria à informação gerada por um pesquisador e publicada como artigo de periódico, por exemplo. Portanto, tomando essa propriedade isoladamente não é possível caracterizar precisamente a informação dita arquivística.

- a primeira propriedade da informação arquivística é a sua organicidade, isto é, a sua relação umbilical com o produtor.

Conforme já foi esclarecido anteriormente, a organicidade pretendida por Lopes (1996) está baseada em entendimento distinto de que o conjunto de documentos reflete as atividades e função da entidade produtora. Nesse sentido, os documentos estão inter-relacionados e juntos testemunham a história da instituição.

Quanto às peculiaridades atribuídas à informação arquivística por Lopes (1996), destacamos "a noção de acumulação de informações – produzidas ou recebidas – por um sujeito – pessoa ou organizações – com atividades cognoscíveis" e a "natureza

das atividades geradoras que podem ser administrativas, técnicas ou científicas”. Esses elementos, levados a rigor, são genéricos e não são capazes de distinguir a informação arquivística dos demais tipos de informação existentes em uma instituição.

Bellotto (2010, p. 7) afirma que a expressão “informação arquivística” “já adquiriu proporções incontornáveis e, portanto, de erradicação quase impossível” e, assim sendo, precisa assumir significado próprio.

Conforme Finatto (2002, p. 74), “o enunciado que define uma noção, processo ou objeto é um elemento-chave na constituição e na veiculação do conhecimento especializado, tecnológico ou científico”. Destaca a autora a importância da definição terminológica na atribuição de significados de termos ou expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência.

Neste tipo de definição destacam-se duas categorias basilares que remontam à tradição aristotélica: gênero próximo e diferença específica, as quais são apresentadas da seguinte forma:

Gênero próximo é a porção da definição que expressa a categoria ou a classe geral a que pertence o ente definido. A *diferença específica* é a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) o ente definido em relação a outros de uma mesma classe.

[...]

Para que haja uma boa formulação de uma definição, é usual reconhecer como importante (e esperar) que tanto o *gênero* quanto a *diferença* dêem conta, juntos, de uma delimitação, tal que a definição possa ser aplicada a um referente particularizado (FINATTO, 2002, p. 74).

Do ponto de vista da normatização existem várias questões que devem ser observadas como a objetividade, a apresentação das características essenciais do objeto que se define, de forma a garantir a qualidade do enunciado definitório.

A expressão “informação arquivística” não possui ainda uma definição com essas características. Para Silva (2010) “as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento”.

Dessa forma, podemos entender que informação arquivística é um conjunto estruturado de representações factuais advindas das atividades realizadas por pessoa física ou jurídica, no exercício de sua função, e que são registradas em documentos de arquivo, elaborados em qualquer tipo de suporte e que têm como função servir à administração, à pesquisa e também ao cidadão na sua busca pelos seus direitos.

Este tipo de informação é, por excelência, dependente da existência de um conjunto de documentos arquivísticos e cumpre seu papel, na medida em que reflete de modo único a estrutura organizacional.

A utilização do termo, no entanto, se justifica na opinião de alguns autores, por ser “mais vantajosa à compreensão das funções arquivística, em relação ao conceito de documento” (SILVA, 2010). Desse modo, o uso dessa expressão estaria mais apropriado com a perspectiva informacional dos arquivos que vem sendo defendida por alguns especialistas no âmbito internacional.

A título de síntese, elencamos os traços distintivos do conceito de “informação arquivística” a partir da perspectiva de alguns autores nacionais mencionados anteriormente e que ao usarem a expressão informação arquivística, fazem algum tipo de comentário sobre o que entendem como tal (Quadro 5).

Cumpramos destacar que os aspectos que mais chamam nossa atenção em relação ao conceito de informação arquivística, são, primeiramente, a proliferação do termo na literatura a partir de concepções diferentes, o que para configurar um objeto de estudo de uma área deixa a desejar. Uma organização gera e recebe uma quantidade significativa de informações, que para seu processamento e uso dependem de profissionais de várias áreas trabalhando em conjunto. Por outro lado, a informação a que se pretende atribuir o caráter de arquivístico, é gerada institucionalmente servindo a diversos propósitos e requer uma abordagem consistente, capaz de gerar princípios e metodologias que auxiliem na sua compreensão enquanto objeto de estudo.

Depreende-se das propostas apresentadas que a essência dessa expressão “informação arquivística” está no fato de ser registrada em documentos que são produzidos no âmbito da instituição e, como tal, tem uma particularidade incontestável. Mas, ao examinar, mais detidamente, os elementos que se apresentam como sendo aqueles que distinguem a informação arquivística, é possível fazer um resumo da seguinte forma: esse tipo de informação se destaca em função de um conjunto de elementos que permitem identificá-la como tal, somente se assim forem considerados, ou seja, a informação pode ser entendida como conteúdos que estão registrados em documentos que foram criados, única e exclusivamente, em decorrência de uma função jurídico-administrativa desempenhada por uma instituição e como tal são mantidos.

Quadro 5 – Elementos característicos do conceito de “informação arquivística” encontrados na literatura

Autores	Traços distintivos
Jardim e Fonseca (1992)	Contida em registros materiais organicamente produzidos a partir de atividades humanas e também no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou pessoa que criou.
Lopes (1996)	Orgânica e de natureza específica. Original (relação umbilical com o produtor), limitada pelos suportes (convencionais ou eletrônicos). Geradas a partir do desenvolvimento de atividades de cunho administrativo, técnico ou científico.
Marinho Junior e Guimarães e Silva (1998)	Informação dita formal – aquela que é extraída do conteúdo dos documentos.
Bellotto (1998a)	Produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades. É orgânica e possui um caráter jurídico-administrativo, ou relativo ao funcionamento das organizações e entidades. Deve ser registrada.
Oliveira (2006b)	Representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo
Moreno (2006, 2007)	Produto de atividade institucional. Registrada em suporte. Resultado de ações e transações. Orgânica Ser registrada em determinado suporte É resultado de ações e transações da organização.
Sousa (2009)	Registro em suporte material. Resultado do cumprimento da missão organizacional.
Costa, Silva, Ramalho (2010)	Inscrita em documentos de diferentes suportes.
Silva (2010)	Unidade materializada da informação na condição documental Conteúdo do documento Representação dos documentos ou metainformação - “informação é documento”.

A propósito, quando Fonseca (1999) destaca duas dimensões para a informação, como sendo a primeira decorrente do documento arquivístico em si, e a segunda, contida no próprio arquivo, ou seja, aquilo que sua estrutura e forma revelam sobre a instituição ou pessoas responsáveis pela sua criação, o eixo comum está no fato de que no primeiro caso, e também no segundo, a necessidade do registro somada à sua forma de produção, são fundamentais para distinguir esse tipo de informação dos demais.

Assim como acontece com o termo “informação arquivística”, essa dificuldade em delimitar com precisão o objeto a que se refere, também ocorre com outros termos da área. Essa fragilidade terminológica no âmbito arquivístico tem sido

apontada como um obstáculo a ser superado, sobretudo porque a consolidação da área como disciplina científica reivindica o uso de termos inequívocos, de modo a imprimir qualidade à comunicação científica.

Isso exige reflexões, discussões que podem, a nosso ver, ser iniciadas na sala de aula, que é um terreno fértil para a construção de conhecimento. Nesse sentido, é preciso que os futuros profissionais sejam colocados em contato com essa realidade e incentivados a tornarem-se agentes ativos no processo de reflexão e construção de novos saberes.

Isso nos leva a outra questão, ou seja, pensar a realidade do ensino arquivístico brasileiro que foi construída de modo particular, ou seja, alicerçada na prática. Porém, com o passar do tempo essa configuração foi modificada pela inserção da área no âmbito da Ciência da Informação, mas ainda continua a sofrer mudanças decorrentes dos avanços da sociedade e da proliferação das tecnologias de informação e comunicação.

Para compreendermos sob quais bases o contexto acadêmico tem se constituído, achamos conveniente apresentar, no próximo capítulo, um panorama acerca das características dos cursos de Arquivologia do Brasil.

4 A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

4.1 Formação profissional do arquivista e o mercado de trabalho

O século XXI é marcado pelo mundo globalizado e o surgimento de uma nova sociedade chamada de sociedade do conhecimento. Essa globalização trouxe alterações substanciais no modo de vida das pessoas e, no trabalho, exigem-se adaptações rápidas às mudanças impostas pelas tecnologias. Para tanto, é preciso acionar a capacidade crítica e criativa das pessoas e, ainda, a disposição para estar permanentemente em processo de capacitação.

Diante desse cenário, a formação profissional se destaca como sendo o meio privilegiado para preparar o profissional com o perfil necessário para enfrentar os desafios. Constitui-se, também, em grande desafio para a educação, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e aptos, intelectualmente, a lidar com a complexidade do sistema produtivo.

A formação profissional é fruto de uma realidade desencadeada pela Revolução Industrial que induziu a um crescimento econômico acelerado e culminou no surgimento do capitalismo. As forças produtivas foram direcionadas para a maximização do lucro obtido pelos capitalistas e ocasionou, num primeiro momento, na exploração extensiva de mão-de-obra e na progressiva inserção das tecnologias, alterando as relações sociais dentro e fora do processo produtivo. Nesse contexto, as instituições educacionais foram fundamentais para que houvesse a adequação do processo cognitivo aos anseios da produção capitalista.

De acordo com Cunha (2009), a qualificação e o reconhecimento requerido do profissional para atuar junto à comunidade vêm do conhecimento obtido por meio da formação. “A formação é organizada e gerida pela profissão e constitui um dos traços característicos de cada grupo profissional” (CUNHA, 2009, p. 97). Mas, quando nos referimos à formação profissional, é preciso que se diga que, no que tange à academia, esse conceito fica longe de representar apenas o ensino do como fazer, ligado a uma concepção tecnicista e instrumentalista.

A partir da década de 1980 e, principalmente a partir dos anos 1990, o ensino profissional investe na formação de competências. A formação profissional torna-se mais centrada no desenvolvimento da capacidade de raciocínio e aprendizagem do aluno, de modo que esse saiba pensar e aprender.

A sociedade globalizada requer profissionais que tenham excelente desempenho e sejam eficientes no que diz respeito à utilização eficaz da informação e do conhecimento. É um mercado bastante competitivo onde conhecimento e competência são fundamentais. Mas, não é nossa intenção se estender nessa discussão, o que importa aqui é destacar como se configura, na atual sociedade, a formação profissional e o mercado de trabalho, especificamente, do arquivista.

Atualmente, a realidade documental/informacional merece todo tipo de investimento, principalmente no que diz respeito ao tratamento para garantir sua recuperação e atendimento às necessidades informacionais da sociedade. É nesse âmbito que o arquivista tem a oportunidade de colocar seus conhecimentos à disposição dos cidadãos e fortalecer seu valor como um profissional da informação.

Aqui cabe fazermos um parêntese para esclarecer o que entendemos por profissional de informação, o que não é uma tarefa simples, porque existem algumas questões a serem esclarecidas como, por exemplo, a falta de uma definição universal da expressão profissional da informação. Atualmente, alguns especialistas garantem que continua sendo um conceito em processo de construção (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005), porém, as discussões se multiplicam e há quem afirme que essa designação abrange um grupo de profissionais que atuam com a informação existente nos mais diferentes locais, em suportes, abordagens e momentos distintos (ALMEIDA JUNIOR, 2000, p. 32).

Ponjuán Dante (2000, p. 93) entende que se enquadram na categoria de profissional da informação “aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente a qualquer etapa do ciclo de vida da informação” e ainda “são capazes de operar eficiente e eficazmente em tudo o que é relativo à informação em organizações de qualquer tipo ou em unidades especializadas de informação”³⁸. Assim sendo, é perfeitamente cabível inserir o arquivista nesse grupo, pelo fato de a informação fazer parte do seu trabalho cotidiano, no que concordam vários autores como Muller (2004); Mason (1990) Pinto e Ochôa (2006) e Kohl (1992). Mas, a opinião de Souza (2010) é a de que o arquivista ainda ocupa um lugar periférico nesse grupo.

Ribeiro (2004) afirma que o arquivista passou de um período no qual estava preocupado apenas com a questão patrimonial e cultural para um novo momento,

³⁸ Outras definições do conceito profissional da informação podem ser nos trabalhos de GUIMARÃES (1997), VALENTIM (2002), CUNHA (2009), FONSÊCA; ODDONE (2010).

criado pela revolução tecnológica e digital, no qual considera a dinâmica da informação como de interesse do seu universo de trabalho.

Todavia, no que diz respeito ao mercado de trabalho do arquivista, a literatura deixa a desejar, especialmente no que se refere à sua prática e seus desdobramentos ou, aos próprios espaços de trabalho (SOUZA, 2010). Segundo a autora, cresce o número de vagas para arquivistas nas instituições públicas e também no setor privado, e a atuação deste profissional junto ao processo de gestão da informação orgânica já é parcialmente reconhecida como primordial, sobretudo com o advento da informática. Mas, a tarefa de alargar suas fronteiras continua e, de acordo com Cunha e Crivellari (2004, p. 41), “quanto maior o poder de abstração teórica de uma profissão, mais sólida ela será no espaço social e no sistema profissional”.

O Conselho Internacional de Arquivos define arquivista como “aquele que tem sob sua responsabilidade o controle, cuidado, conservação e administração dos documentos” (OLIVEIRA, 2010, p. 73). Nessa mesma linha de pensamento, outros autores também definem o arquivista como o profissional cuja formação universitária que lhe assegura as devidas habilidades e competências para realizar a gestão de documentos (JARDIM; FONSECA, 2003; SOUZA, 2010).

No entanto, essa formação, de acordo com vários estudiosos, possui deficiências (BELLOTTO, 2004b), tais como: a incompatibilidade do mercado de trabalho e o “mundo universitário” e, também, a “carência de maior consolidação das teorias, das normas, da evolução vertiginosa das tecnologias não acompanhada pelo mesmo ritmo no ensino e aprendizagem”.

O fato é que a técnica e o conhecimento não permanecem estáticos diante do avanço tecnológico e das mudanças na conjuntura político-econômica. E isso é o que ocorre com a profissão do arquivista que, no final do século XIX, após a Revolução Francesa, foi alvo de investimentos na formação universitária, tendo sido criadas as escolas específicas como, por exemplo, a Escola de Munique e a École des Chartes. Também participaram deste processo de profissionalização as associações profissionais, sobretudo em alguns países da Europa como a França e o Reino Unido (RIBEIRO, 2004).

Couture, Martineau, Ducharme (1999) sintetizam a história da formação profissional em arquivística em três momentos distintos: “um longo período durante o qual a arquivística foi uma amazonas solitária, uma breve fase onde a pesquisa de alianças consistia no ‘*litmotiv*’ e, enfim, o decênio atual onde revisamos estas posições”.

Por muito tempo o arquivista foi visto como um auxiliar do historiador, entretanto, as conjunturas políticas, culturais e sócio-econômicas que “mediaram as duas Guerras Mundiais”, mais especificamente, o desenvolvimento tecnológico, o crescimento da produção informacional e a valorização da informação administrativa para a gestão das instituições, ocasionam uma ruptura entre os arquivos históricos e correntes, de modo a estabelecer duas categorias de profissionais que lidam com um mesmo objeto de estudo e trabalho (RIBEIRO, 2004). Esse modelo histórico-tecnicista que sustentou por muito tempo a prática arquivística e deu a esta a robustez necessária para se diferenciar das demais, também serviu de entrave quando a Sociedade da Informação passou a colocar novos desafios advindos da evolução tecnológica.

Desde então, o seu vínculo com as escolas de biblioteconomia e ciência da informação se fortaleceu. Conforme assinalam Couture, Martineau, Ducharme (1999, p. 24), “[...] esta corrente predomina na maioria das instituições de ensino, se bem que a amarração entre as formações (arquivísticas, biblioteconomia e ciências da informação) vem suscitando vários problemas”. Mas, a aproximação entre estas áreas ainda não é uma questão muito bem resolvida, na opinião de alguns teóricos.

De acordo com Ribeiro (2004), a Unesco, juntamente com outros organismos internacionais, como o Conselho Internacional de Arquivos e a Federação Internacional da Informação e Documentação e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, posicionam-se a favor da harmonização Biblioteconomia, Arquivística e Documentação e defendem que a Arquivística encontra-se inserida nas disciplinas da informação, ou seja, na área da Ciência da Informação.

Para Ribeiro (2004, p. 110) a formação do arquivista deve estar alicerçada em suportes teórico-metodológicos da Ciência da Informação, com base nos seguintes itens:

- Combinar um conjunto de disciplinas nucleares da área da Ciência da Informação, de carácter obrigatório, com disciplinas de áreas interdisciplinares (Ciências Sociais e Humanas, Informática e Computação, Administração e Gestão), que constituem uma complementaridade indispensável;
- Anular as separações artificiais entre pretensas especializações de “Arquivo” e “Biblioteca/Documentação”, por não haver justificação do ponto de vista epistemológico, para tal distinção;
- Fazer a síntese com a área dos Sistemas (Tecnológicos) de Informação, uma vez que hoje, a tecnologia é absolutamente indissociável da Informação (na gênese, uso e preservação).

Dessa maneira, acredita a autora que o arquivista se encaixa no universo do profissional da informação e poderá atuar “em qualquer contexto orgânico produtor/manipulador de fluxo informacional” (RIBEIRO, 2004, p. 10).

Couture, Martineau, Ducharme (1999), relatam as dificuldades para o que ele chama de “harmonização” na formação destas disciplinas. Percebemos pela leitura da sua obra que a Arquivística fica entre a individualização e a harmonização, ou seja, corre paralelamente um movimento de busca de sua própria identidade, enquanto outros preconizam as semelhanças na formação das disciplinas acima mencionadas.

Embora a profissão do arquivista tenha nascido sob uma perspectiva diferente do que atualmente se pretende, essa formação vem sendo reavaliada em função de que é preciso rever os conteúdos curriculares e readequar o modelo formativo para que os arquivistas tenham condições de se ajustarem ao mercado de trabalho que os aguarda. Souza (2010) indica um conjunto de três variáveis que definem o mercado de trabalho do arquivista (Figura 2).

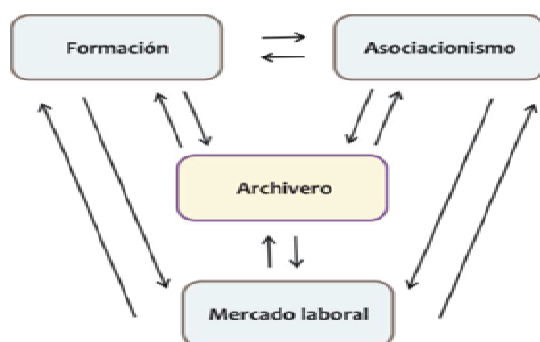


Figura 2 – Os agentes e a interação com o mercado de trabalho

Fonte: Extraída do trabalho de SOUZA, 2010, p. 70.

A formação em arquivística leva à obtenção de certas “habilidades e competências para realizar a gestão de documentos e informações arquivísticas em todas as instâncias e para qualquer pessoa”³⁹ (SOUZA, 2010, p. 105, tradução nossa). Podemos encontrar no trabalho de Rodrigues e Marques (2009), uma síntese da perspectiva dos autores espanhóis Martí Mauri e Perpinyà Morera (2008) e dos autores brasileiros Dumont et al. (2008), a respeito dessas habilidades e competências.

Com base nas competências específicas do arquivista e considerando que esse profissional “começa a se desvincular do perfil tecnicista, para assumir o de

³⁹ N.T.: “habilidades y competencias para gestionar los documentos e informaciones archivísticas en todas las instancias y para cualquier persona”.

produtor do conhecimento” (OLIVEIRA, 2010), é plausível defender que a formação deste profissional necessita estar embasada por uma fundamentação teórica rigorosa e consistente.

Não se trata apenas de adequar a formação do arquivista ao mercado de trabalho, mas vai além. Compartilhamos da concepção de Oliveira (2010) quando afirma que, a existência da universidade não deve estar atrelada a formar mão-de-obra para o mercado de trabalho e sim formar cidadãos. Nesse sentido, a programação de um curso deve ser ajustada de modo a capacitar pessoas a pensar criticamente o contexto onde se inserem e usar suas habilidades de modo criativo e eficiente em benefício do desenvolvimento social.

4.2 Panorama da formação arquivística no Brasil: elementos históricos

No Brasil, na década de 1970, despontam no cenário brasileiro os cursos de formação em Arquivologia e, na opinião de alguns especialistas, o momento era propício à criação dos cursos de Arquivologia⁴⁰. No entanto, Jardim (1995, p. 65) discorda desse favoritismo e acredita, inclusive, que foi um posicionamento precipitado em virtude da fragilidade do desenvolvimento cognitivo da época em matéria de arquivo. Esse fato, na percepção do autor, pode ter ocasionado, inclusive, os problemas de “ensino e pesquisa em Arquivologia nas universidades brasileiras” (JARDIM, 1995, p. 61).

No entanto, originalmente a formação dos arquivistas não teve vínculo universitário. “Os arquivistas eram formados pelo Curso Permanente de Arquivos (CPA), ministrado no Arquivo Nacional, desde 1960. O CPA era um curso de nível superior, reconhecido pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, teve, inicialmente, o intuito de formar funcionários para suprir as necessidades da própria instituição” (OLIVEIRA, 2010, p. 38).

A profissão de arquivista não foi reconhecida imediatamente e os primeiros cursos foram fortemente influenciados pela tradição europeia, ou seja, estavam voltados para os arquivos permanentes. Mas, na atualidade “[...] as funções dos arquivos se expandiram, com as atuações mais dinâmicas e proativas”⁴¹ (SOUZA, 2010, p. 111, tradução nossa).

⁴⁰ Ver maiores detalhes dessa perspectiva nacional em Marques (2007) e Souza (2010).

⁴¹ N.T.: “las funciones de los archivos se han expandido, con actuaciones más dinámicas y preactivas”.

No Brasil, a profissão surge devido à carência de qualificação dos funcionários do Arquivo Nacional, que forçou a criação de um curso técnico, o qual contou com a participação do eminente Prof. Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de La Sarthe, da França (MARQUES; RODRIGUES, 2010, p. 6).

[...] os cursos do AN começam a funcionar em abril de 1959, com o *Curso de Preparação do Pessoal Auxiliar de Arquivo*, o qual tem uma duração de quatro meses e volta-se para o pessoal das repartições públicas dos institutos educacionais da época. Em setembro do mesmo ano, já com a presença do professor francês Henri Boullier de Branche, acontece o *Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo*, “destinado não só aos servidores do Arquivo Nacional, como aos que terminaram o curso anterior e a todos os servidores lotados em setores de Documentação”. Aproveitando a presença desse professor, o AN ainda realiza dois cursos: um de treinamento intensivo, no primeiro semestre de 1960 e outro, no segundo semestre daquele mesmo ano, nos moldes do primeiro curso de 1959.

Com o passar dos anos, como resultado de muitos esforços e do amadurecimento da comunidade, a ideia de criação de um curso superior na área foi finalmente consolidada. Maia (2010, p. 16-17) relata que foi a partir do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1972 que

Novas vozes se ergueram em prol da concretização do sonho de implantação de cursos de nível superior e técnico para o profissional de arquivo. Dentre os ferrenhos defensores, podemos citar o Professor José Pedro Pinto Esposel, Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, nas palavras proferidas na sessão solene de abertura do Congresso, realizada nas dependências do plenário do Palácio Tiradentes, em 15 de outubro e Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional, no mesmo evento.

Destaque há que se dar para a Professora Astréa de Moraes e Castro, com a apresentação de seu trabalho na segunda sessão, realizada em 17 de outubro, no Palácio Tiradentes, sob o título “A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil”, quando faz considerações sobre sua experiência em países europeus e apresenta projeto que ofereceu ao Conselho Federal de Educação, propondo a criação do Curso Superior de Arquivos. Sugere o “*curriculum*” para o referido curso e os respectivos programas, fatos e procedimentos ocorridos e adotados em outros países e ressaltando os conhecimentos que o arquivista deve possuir tendo, por fim, anexado o parecer do Relator do projeto, Professor Vicente Sobriño Porto, na Câmara do Ensino Superior, aprovado sob o nº. 212/72, de 07 de março de 1972.

A implantação e a consolidação dos cursos de nível superior no país, contou com o apoio do Arquivo Nacional, da Associação de Arquivistas Brasileiros e das Universidades, de modo geral. O primeiro curso superior no Brasil foi criado em 1977, no estado do Rio de Janeiro, fruto de um longo processo descrito por Maia (2010)

em detalhes, que culminou na autorização do Conselho Federal de Educação para seu funcionamento, em 1972, e posteriormente, na elaboração de um currículo mínimo, em 1974. Posteriormente, o currículo mínimo foi abolido e foram estabelecidas as diretrizes curriculares básicas por meio da Resolução CNE/CES 20, em 13 de março de 2002 (OLIVEIRA, 2010).

Nestes mais de 30 anos foram abertos 16 (dezesesseis) cursos regulares de formação de arquivistas em nível de graduação, sendo que a maioria surgiu a partir da década de 1990, e outros, foram criados ainda na década de 1970 – os da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO (1977), que fora criado pelo Arquivo Nacional e em suas dependências funcionou até o ano de 1979 quando então, passou a integrar essa Universidade, o da Universidade Federal de Santa Maria (1977) e o da Universidade Federal Fluminense (1978).

Muitas são as conquistas alcançadas no campo do ensino, o panorama nacional e internacional se caracteriza pelas discussões no campo teórico, em busca de conhecimento, que é a base essencial na formação profissional. A Arquivística brasileira vem se fortalecendo a cada dia, fruto do investimento de muitos profissionais que acreditaram na relevância da área. A trajetória desse campo do saber foi contada na obra de Castro (2008), uma das pessoas que muito contribuiu com a consolidação da arquivística no Brasil.

Grande parte da literatura arquivística nacional apresenta estudos que retratam a trajetória dos cursos no Brasil, bem como a necessidade de harmonização dos conteúdos programáticos da arquivística com os demais cursos da Ciência da Informação e, mais recentemente, começam a surgir reflexões a respeito do impacto do mercado de trabalho sob a formação do arquivista (SOUZA, 2010).

Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo com a criação de vários cursos de nível superior, a demanda não chega a ser plenamente atendida, ou seja, não é possível oferecer tudo aquilo que o profissional necessitaria saber para fazer frente às exigências da sociedade contemporânea. Com relação às habilidades e o papel dos arquivistas como uma categoria inserida no universo dos profissionais da informação, Oliveira (2010, p. 46) apresenta em seu estudo um *ranking* que demonstra uma “combinação de conhecimentos técnicos multidisciplinares e habilidades pessoais” que dificilmente serão obtidos apenas cursando a graduação.

Não se trata apenas de quantidade de profissionais colocados no mercado de trabalho. A questão fundamental é discutir, principalmente, a qualidade do ensino

oferecido e, em relação a este aspecto, temos ainda algumas dificuldades. Em relação a essa questão gostaríamos de fazer uma análise parcial e, para tanto, seguimos os parâmetros delineados por Couture, Martineau, Ducharme (1999), especialmente, no que diz respeito aos elementos de organização e pedagógicos. Partimos do princípio que as dificuldades relatadas pelos autores acerca da formação do arquivista, no Brasil, não são muito diferentes das enfrentadas por outros países. Os problemas se repetem, vão desde a falta de recursos humanos especializados atuando na formação desse profissional, até a carência de um *corpus* teórico para sustentar o ensino e o desenvolvimento da disciplina arquivística com excelência.

No trabalho de doutorado de Souza (2010), foi elaborado um panorama do exercício profissional do arquivista no Brasil, que recebe uma formação diferenciada da europeia e da norte-americana. Nesse estudo foi observado que, no Brasil essa formação é caracterizada “por preparar um profissional dotado de conhecimentos teóricos e habilidades para atuar nas três fases do arquivo”⁴² (SOUZA, 2010, p. 113, tradução nossa). A autora fez um levantamento bastante minucioso acerca da formação dos arquivistas e para subsidiar nossa análise, pretendemos apresentar de forma resumida o que, a nosso ver, é essencial para entendermos melhor como os arquivistas estão sendo preparados para o mercado de trabalho.

Apresentaremos, na próxima seção, informações sobre as características dos cursos no Brasil, enfatizando elementos que dizem respeito ao sistema de ensino, tais como: o perfil do quadro docente, o conjunto de disciplinas que integram a proposta pedagógica, sobretudo aquelas que abordam os conceitos elementares para o desenvolvimento profissional de qualidade⁴³.

4.3 Escolas de arquivologia

Os cursos estão distribuídos nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, sendo a região Sul e Sudeste as que possuem maior concentração de cursos (cinco). O estado do Rio Grande do Sul possui três cursos e o Rio de Janeiro e a Paraíba, dois cursos cada, conforme discriminado no Quadro 6.

⁴² N.T.: “por preparar un profesional dotado de conocimientos teóricos y habilidades para actuar en las tres fases del archivo”.

⁴³ O projeto de doutorado de Souza (2010) consiste em uma análise acerca da formação profissional abrangendo a graduação e a pós-graduação em Arquivologia no Brasil.

Quadro 6 - Distribuição geográfica dos cursos de Arquivologia do Brasil

Região	Estado	Universidade/Sigla	Ano de criação
Sudeste	RJ	Universidade Federal Fluminense/ UFF	1978
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO	1977
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo/UFES	1999
	SP	Universidade Estadual Paulista/UNESP-Marília	2003
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG	2008
Sul	RS	Universidade Federal de Santa Maria/UFSM	1976
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS	1999
		Fundação Universidade do Rio Grande/FURG	2008
	PR	Universidade Estadual de Londrina/UEL	1997
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC	2009
Nordeste	BA	Universidade Federal da Bahia/UFBA	1997
	PB	Universidade Estadual da Paraíba/UEPB	2006
		Universidade Federal da Paraíba/UFPB	2008
Norte	AM	Universidade Federal do Amazonas/UFAM	2008
Centro-Oeste	DF	Universidade de Brasília/UNB	1990

Fonte: Elaborado a partir das informações constantes no trabalho de Souza (2010, p.116).

Souza (2010) fez um levantamento exaustivo da situação do ensino no Brasil e pôde constatar que a maioria dos cursos oferece vagas no período noturno e o sistema de ingresso é por meio do vestibular, por transferência facultativa e obrigatória, por sistemas específicos de avaliação dos alunos, ou ainda, por sistemas de cotas para negros (SOUZA, 2010).

A respeito do corpo docente dos cursos, a maioria é do sexo feminino e possui titulação mínima de mestrado ou doutorado, conforme indicado no Quadro 7. Em alguns cursos, é possível observar que ainda grande parte dos docentes de graduação tem formação em Biblioteconomia, mas essa situação vem sendo alterada. Existe, atualmente, um contingente significativo de professores com formação em outras áreas do conhecimento, compondo o corpo docente dos cursos de Arquivologia. Essa também é a realidade em termos de pós-graduação. A maioria dos docentes do curso direciona seus estudos para a área de Ciência da Informação, mas muitos estão se lançando em áreas como a Educação, a Administração e a História, entre outras.

O universo de professores com experiências em diferentes áreas do conhecimento é interessante para a formação do arquivista. Porém, é fundamental também ter no quadro docente arquivistas, o que em alguns cursos não acontece.

Considerando a extensão territorial no Brasil, o número de cursos de graduação é ainda bastante reduzido e poucos são os egressos que investem na carreira acadêmica, muitos têm preferido a atuação no âmbito empresarial. Ainda é grande o número de professores que atuam nos cursos de Arquivologia que possuem formação básica em Biblioteconomia e se por um lado esse fato pode ser preocupante, por outro, pode representar uma experiência importante, na medida em que as áreas compartilham de problemas semelhantes. Porém em um levantamento feito recentemente por Marques e Rodrigues (2008, p. 11), se percebe que esse perfil docente está mudando, fruto da própria dinâmica inscrita no cotidiano acadêmico-profissional.

Quadro 7 – Titulação dos professores de Arquivologia*

Instituição	Sexo		Titulação máxima					Observação
	F	M	G	E	M	D	PD	
UFSC	16	03		-	05	14		
FURG	07	-	01	-	05	01		
UFSM	10	06	-	-	09	06		1 sem identificação
UNIRIO	03	06	-	-	03	04		2 sem identificação
UFBA	20	07	-	-	18	09	01	
UNB	11	02	-	-	01	12	01	
UNESP	15	05	-	-	04	16	02	
UFMG	24	18	-	01	06	35	06	
UFES	08	07	-	04	02	07		2 sem identificação
UFF	18	03	-	01	08	12		
UFRGS	22	04	01	03	10	12		
UEL	12	10	-	02	07	13	01	
UEPB	08	10	-	01	07	06	01	4 sem identificação
UFPB	25	08	-	-	19	14	01	
UFAM	07	01	-	02	05	01		
TOTAL	205	93	02	14	11	16	13	9 sem identificação
					0	3		

* Os dados foram coletados em abril de 2011, a partir dos sites dos cursos.

Atualmente, é mais fácil encontrar professores que atuam no curso e são formados em Arquivologia. Um fator que contribuiu com essa situação é fruto do crescimento do número de cursos de graduação que colocam no mercado de trabalho um contingente de profissionais em condições de atuar na área acadêmica. No entanto, a maioria dos professores ainda é formada em Biblioteconomia ou em História, áreas que desde o início tem uma importante participação na história da Arquivologia.

A pesquisa, assim como a busca constante por capacitação, traz resultados bastante satisfatórios para o desenvolvimento da função do arquivista. Da

mesma forma, é preciso estar atento aos currículos, no sentido de realinhá-los com as tendências gerais do conhecimento, superando alguns conceitos que se tornam ineficazes para a atual realidade. Nesse sentido, Jardim (1992, p.257) há algum tempo já defendia que é importante não somente formar, mas “requalificar profissionais de arquivologia que possam desempenhar-se da gestão de recursos da informação, respondendo nos níveis teórico, metodológico e organizacional às diversas questões provocadas pelas novas tecnologias da informação”.

Para Sousa (2008, p. 14), a formação do arquivista deve estar pautada na construção do conhecimento, numa relação entre o saber e os pressupostos da elaboração do saber. O autor afirma que o sucesso da formação profissional depende da “articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa” e a responsabilidade das escolas de Arquivologia, a partir das competências divulgadas pelo Ministério da Educação, é a de oferecer a “formação de um profissional capaz de responder às demandas de seus contemporâneos de forma eficiente, de formular, executar e avaliar políticas, planos e projetos, e de desenvolver e utilizar novas tecnologias” (SOUSA, 2008, p. 9).

Tais competências estão explicitadas nas diretrizes curriculares que especificamente para os cursos de graduação em Arquivologia do país, estão regulamentadas por meio do Parecer CES 492/2001 (BRASIL. Ministério da Educação, 2001) e da Resolução CNE/CES nº 20, de 13 e março de 2002 (BRASIL. Ministério da Educação, 2002). Na Resolução, são explicitados os itens que devem constar no projeto pedagógico, dentre os quais, a indicação dos conteúdos curriculares de formação geral e específica que são indicados pelas Universidades. Destacamos, dentre os elementos que devem incorporar o projeto pedagógico dos cursos de Arquivologia, os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica.

As competências gerais que serão contempladas no projeto político-pedagógico dizem respeito à capacidade do profissional em:

- ✓ identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- ✓ gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- ✓ formular e executar políticas institucionais;
- ✓ elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- ✓ desenvolver e utilizar novas tecnologias;

- ✓ traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- ✓ desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- ✓ responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo (BRASIL. Ministério da Educação, 2001).

As competências de caráter específico dão conta de preparar esse profissional para:

- ✓ compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- ✓ identificar o contexto de produção de documentos no âmbito e instituições públicas e privadas;
- ✓ planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização; e,
- ✓ realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

Sob esses elementos, Sousa (2008, p. 10) indica que deve existir um equilíbrio, de forma que o núcleo básico constituído por disciplinas que poderão ser compartilhadas com os demais cursos da área de Ciência da Informação, na proporção de 50%, e também um rol de disciplinas e atividades complementares que permita uma formação diferenciada dos alunos.

Nessa linha, as Universidades brasileiras têm a liberdade de indicar disciplinas diversas para compor o projeto pedagógico que atenda às necessidades locais e regionais. Vale frisar que o aprofundamento dos rumos desses avanços no ensino da área tem sido alvo de discussões teóricas, a exemplo da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, que ocorreu em Brasília, em junho de 2010.

Os resultados desse movimento todo é uma busca pelo fortalecimento da identidade científica da Arquivologia e também o fato de que alguns paradigmas estão sendo colocados à prova. No âmbito internacional, embora a realidade da formação profissional tenha prosperado no que se refere ao número de cursos e de profissionais formados, a base dessa formação ainda se depara com alguns desafios relevantes para que a inserção deste profissional no mercado de trabalho seja plena e totalmente cabível.

Jardim (1992) acredita que a superação das lacunas na arquivologia brasileira somente será possível com a união de “profissionais de diversas instituições públicas e privadas, bem como de cursos de arquivologia”, visando a desenvolver estudos e propostas básicas, como por exemplo, no campo da gestão arquivística de documentos eletrônicos, que ainda enfrenta diferentes problemas.

Estamos, no momento, entre a busca de uma identidade específica e a constituição de um espaço comum às disciplinas da informação. Isso certamente reflete na forma como os teóricos compreendem a natureza e os objetivos dos arquivos, na atual sociedade.

Os arquivos pertencem ao rol das unidades de informação, que se apresentam como espaços de trabalho categorizados a partir do gênero documental e da natureza dos acervos. Nesse sentido, a ênfase na formação recai sobre as funções relacionadas ao processo de gestão documental e “os aspectos que dizem respeito à difusão dos acervos, aos produtos elaborados, à questão da pesquisa arquivística e dos usuários revelam, ainda, pouca relevância”⁴⁴ (SOUZA, 2010, p. 70, tradução nossa).

Por outro lado, chama a atenção Sousa (2008, p. 9) o fato de não constar nas competências do arquivista ditadas pela nova lei de diretrizes curriculares, a informação como objeto de trabalho, “apenas a Biblioteconomia incorpora a informação como objeto de trabalho, desconhecendo o termo documento”.

De qualquer forma, o importante é buscar a melhoria da qualidade de ensino e, para isso, será necessário vencer a instabilidade do ensino público e a falta de condição das universidades brasileiras em garantir as condições ideais para se atingir essa meta (SOUSA, 2008).

Aos cursos cabe a tarefa de “fornecer o referencial teórico-metodológico necessário para uma formação adequada às necessidades de certo contexto social em um dado momento histórico” (RODRIGUES, 2008, p. 183). A autora acrescenta, ainda, o reconhecimento das “fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento” passa necessariamente pelo reconhecimento do objeto de estudos da área – o documento de arquivo, e nesse sentido, a teoria tem o papel fundamental de subsidiar o aluno a identificar com clareza como esse objeto atua em diferentes ambientes organizacionais e todos os aspectos que lhe são inerentes.

⁴⁴ N.T.: “los aspectos concernientes a la difusión de los acervos, los productos elaborados, la cuestión de la investigación archivística y los usuarios revelan, aún, poca relevância”.

Como observamos, a partir da extinção do currículo mínimo criou-se um ambiente bastante flexível para se desenvolver o projeto político pedagógico. Essa liberdade tem, entre outros aspectos, um sentido maior de responsabilidade em formar um profissional em condições de assumir seu espaço na sociedade. O caminho a percorrer agora é a discussão de um currículo que equilibre as necessidades do mercado e a necessidade de formar pessoas numa perspectiva mais humanista.

É preciso, nesse sentido, considerar as questões teóricas e práticas que caracterizam a formação do arquivista e promover a articulação de ambas, já que “a prática evidencia, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem” (SOUSA, 2008, p. 11).

No aspecto teórico algumas disciplinas se destacam como responsáveis por abordar os conceitos básicos da área, criando a condição no aluno de identificar particularidades do seu objeto de estudo (arquivo/informação arquivística), a partir da qual será possível desenvolver uma prática diferenciada e de qualidade. Não restam dúvidas de que a importância da base conceitual na formação profissional do arquivista é fundamental. De fato, é essa base que irá explicar aos profissionais da informação “o porquê das práticas cotidianas que lhe ensinam a operar, mesmo que estas práticas tenham se modificado na passagem da cultura da informação oral para a cultura eletrônica e um novo arcabouço teórico seja necessário” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 13).

Nesse aspecto, as universidades são instituições que se distinguem, desde sua origem, por ser um organismo de cultura com a característica marcante de atuar na formação de intelectuais que lidam com os níveis de conhecimento complexos, ou seja, que exigem um maior grau de elaboração. Atualmente as ações dessa instituição estão sob os auspícios da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL. Ministério da Educação, 1996), que é uma legislação contendo as indicações fundamentais que garantem a organização dos sistemas educacionais do país.

Dentro dessa prática, a proposta de estruturação para os cursos de Arquivologia do Brasil têm por base um conjunto de disciplinas de caráter geral e outro de caráter específico. No primeiro grupo encontram-se as disciplinas que terão como objetivo discutir os conceitos elementares, ou seja, introduzir o futuro arquivista no universo teórico da área. Para tanto, o conteúdo programático dessas disciplinas deve

estar apoiado por um referencial teórico que permita ao aluno conhecer, em profundidade, o objeto de estudo da área e todas as suas nuances.

Uma tarefa difícil para ambos, aluno e professor. Porém, no caso do educador ainda mais, porque diante de concepções antagônicas, do volume de trabalhos e a rapidez com que são publicados, é necessário fazer uma seleção criteriosa, visando reunir trabalhos que permitam introduzir o aluno no universo teórico-conceitual, de forma que perceba os distintos posicionamentos e possa fazer a sua escolha. Entretanto, a escolha da bibliografia está de certa forma condicionada, dentre vários fatores, pela disponibilidade de material científico, pelo conhecimento técnico-científico do educador, o qual é resultado também de sua concepção teórica.

Esse deve ser o posicionamento daqueles que pretendem contribuir na formação de arquivistas conscientes e críticos que possam não apenas reproduzir práticas, mas também contribuir com o processo de geração de novos conhecimentos. O professor é o elemento imprescindível no processo de formação profissional com as características exigidas pela atual sociedade e, para tanto, exige-se dele um constante caminhar na busca pelo melhor desempenho, portanto, o conhecimento profundo das questões mais básicas de sua área, é o primeiro passo em direção ao sucesso como educador.

Duarte (2006-2007, p. 150), ao traçar o perfil do arquivista frente à sociedade atual, fala em um profissional que tenha habilidades outras, não só de organização arquivística, mas que esse profissional tenha aptidão para realizar pesquisas, compartilhando conhecimento como outros profissionais. A autora afirma que

os programas das disciplinas devem ser direcionados à formação de profissionais que reflitam, desconstruam e reelaborem procedimentos metodológicos a partir de (re)leituras de textos técnico-científicos e de elaboratos a partir de uma mundividência não-pronta, não-acabada e aberta a críticas e modificações.

Isso implica dizer que o professor deve conduzir o ensino de forma a permitir ampla discussão e análise da literatura acerca dos principais conceitos de área por parte dos futuros profissionais. Um posicionamento crítico e proativo deste profissional frente às demandas da sociedade, passa pelo tipo de formação que recebeu.

É pertinente esclarecer nossa intenção, que não é a de tecer qualquer crítica em relação ao nível conhecimento dos educadores, no curso de Arquivologia do Brasil, até porque, isso demandaria uma análise muito mais substancial e ampla do que

essa que nos propusemos a realizar. Interessa-nos, tão somente, conhecer como esses se posicionam frente a alguns conceitos fundamentais da área, os quais embora sejam constantemente encontrados na literatura, ainda são carentes de maiores discussões teóricas. Desses fazem parte os conceitos de “arquivo” e “informação arquivística” que sustentam a natureza científica da área, uma vez que são tomados como seu objeto de estudo.

5 A ABORDAGEM DOS CONCEITOS DE “ARQUIVO” E “INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA” NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA BRASILEIROS

Esse capítulo tem o objetivo primordial de expor, de forma analítica, quais são as bases teóricas que sustentam o ensino de conceitos elementares nos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil.

Conforme mencionamos anteriormente, todos os cursos de Arquivologia do País possuem disciplinas que são ministradas nas séries iniciais com o propósito de apresentar, ao aluno, os fundamentos básicos que sustentam a área no meio acadêmico-científico. Como tal, essas disciplinas seguem um plano teórico-prático, cuja elaboração é de responsabilidade compartilhada entre o professor e o colegiado do curso.

Nessa tarefa, cabe ao professor a seleção da bibliografia que irá embasar os estudos. Essa seleção deve seguir alguns critérios como as especificidades do curso, os objetivos definidos para a disciplina e os interesses e necessidades percebidos dos alunos. Um dos fatores que pode interferir nessa escolha é a escassez de literatura, sobretudo a que se propõe a discutir questões teóricas da área. Esse é um dos exemplos das dificuldades que encontramos com certa frequência no ensino de Arquivologia.

De modo geral, na bibliografia das disciplinas analisadas encontramos autores clássicos e também os contemporâneos, o que de alguma forma mostra a preocupação do professor em estabelecer um diálogo acerca da trajetória da área ao longo do tempo, em termos conceituais e paradigmáticos (Apêndice A).

No entanto, a análise que nos propusemos a realizar se ateve apenas aos itens destacados pelos professores como aqueles utilizados, especificamente, no processo de ensino dos conceitos de arquivo e de informação arquivística (Apêndice B). E foi com base nessa lista composta por setenta e duas referências que identificamos as principais características da literatura utilizada, bem como, os grupos de autores que estudam o assunto.

Outra análise foi em relação às definições atribuídas pelos professores aos conceitos de arquivo e informação arquivística. A partir dessa, construímos um panorama destacando as principais características encontradas na concepção dos professores e também indicamos em que medida essa coaduna, ou não, com o referencial utilizado. Os detalhes dessa análise serão apresentados a seguir.

5.1 Características do referencial teórico usado no ensino dos conceitos de arquivo e informação arquivística

Inicialmente, faremos uma síntese das principais características dos itens bibliográficos indicados pelos professores visando revelar que canais têm sido privilegiados pelos teóricos da área para a disseminação desse tipo de conteúdo.

As setenta e duas referências bibliográficas foram produzidas por um contingente de sessenta e quatro autores/coautores pessoas físicas, dos quais quarenta são autores nacionais e os demais (vinte e quatro) autores estrangeiros, conforme discriminado no Apêndice F. Dentre os autores mais citados em número de planos de disciplinas, estão ocupando as treze primeiras posições, os seguintes autores:

Quadro 8 – Autores mais citados nos cursos de Arquivologia

Nº	Autores	Nº de citações
	Nacionais	
01	Heloísa Liberalli Bellotto	05
02	José Maria Jardim	04
03	Maria Odila Fonseca	04
04	Luis Carlos Lopes	04
05	Marilena Leite Paes	04
	Estrangeiros	
06	Carol Couture	11
07	Jean-Yves Rousseau	11
08	Fernanda Ribeiro	08
09	Armando Malheiro da Silva	08
10	Júlio Ramos	08
11	Manuel Luís Real	08
12	Theodore R. Schellenberg	04
13	Antonia Heredia Herrera	03

No grupo de autores estrangeiros, apenas Schellenberg é autor individual, os demais compartilham entre si a autoria dos trabalhos. Dentre os autores brasileiros, a coautoria ocorre apenas entre José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca.

Um pouco mais adiante, elaboramos uma análise mais acurada a respeito dos autores e suas posições na rede de cocitação. Primeiramente, faremos uma descrição do referencial arrolado pelas disciplinas a começar pelo tipo de publicação, que se caracteriza da seguinte forma: trinta e dois são artigos de periódicos, vinte e cinco são livros e/ou capítulos, sete instrumentos terminológicos, cinco são manuais e três itens referem-se à legislação arquivística a qual está disponível eletronicamente, no site do Conselho Nacional de Arquivos/CONARQ. O conjunto dessas obras foi publicado no

período de 1973 a 2010, sendo a maioria editada entre as décadas de 1980 e 1990, o que é sintomático, já que é nesse período que a Arquivologia adquire novos contornos.

Notamos que há predominância da literatura nacional, ou melhor, literatura escrita em português; foram identificadas sessenta e quatro referências em português, cinco em inglês e três em espanhol. A escolha do material bibliográfico a ser utilizado nas disciplinas é de responsabilidade do professor que deve usar como critério a qualidade científica, a pertinência das obras em relação ao conteúdo e, também, a facilidade de acesso.

Além da dificuldade dos alunos para a leitura de textos em outros idiomas, que não o português, é comum, na literatura arquivística, a escassez de livros publicados, sobretudo no Brasil, onde vários livros estão com as edições esgotadas. Nesse sentido, as universidades estão parcialmente limitadas em relação à aquisição e disponibilização de um acervo adequado em número de exemplares; um difícil obstáculo a ser superado pelo meio acadêmico. Se por um lado, o número de cursos aumenta a cada dia, a qualidade do ensino, entre outras coisas, depende de um acervo bibliográfico de qualidade, de fácil acesso e com um número adequado de exemplares que garanta a possibilidade de um amplo conhecimento da área.

Em termos de publicação de periódicos especializados, a realidade é um pouco diferente. O índice desse tipo de material vem aumentando, embora com dificuldade e não no ritmo ideal. Alguns periódicos estão disponíveis eletronicamente, facilitando o acesso e a interação acerca dos debates que despontam no cenário arquivístico. Outros, como a Revista Arquivo & Administração e a Revista Acervo, são disponíveis no formato impresso e apenas o sumário é disponibilizado na Internet. Grande parte dos artigos de periódicos citados pelos professores foi publicada em uma dessas duas revistas. Ao final desse trabalho, foi inserida uma lista contendo esses e os demais títulos de periódicos nos quais foram publicados os trabalhos que constam das referências dos programas das disciplinas (Apêndice G).

É importante o fato dos cursos terem um alto índice de artigos de periódicos constantes das bibliografias. Os periódicos trazem discussões importantes e recentes da área e os artigos publicados são previamente avaliados pelos pares.

Outros tipos de materiais como os manuais, instrumentos terminológicos e a legislação arquivística também fazem parte da bibliografia. Em geral, o uso dos instrumentos terminológicos (dicionários e glossários) propicia ao aluno o contato com a terminologia da área, promovendo a compreensão textual e auxiliando na construção

do diálogo científico. Os manuais e a legislação são úteis para instruir o desenvolvimento da prática arquivística de modo a cumprir com os pré-requisitos, mas para uma discussão conceitual mais elaborada, acreditamos que apenas o uso desse tipo de material seja insuficiente. Cabe destacar, que a legislação por ser de responsabilidade de entidades arquivísticas, não objeto de análise proposta nesta pesquisa.

Feitas essas considerações preliminares, passaremos à análise das definições de arquivo e informação arquivística encontradas na bibliografia utilizada pelos cursos. A maioria da literatura indicada pelos professores foi lida e analisada pela pesquisadora visando identificar as definições utilizadas ou elaboradas pelos autores, acerca dos itens mencionados. A exceção foram os trabalhos de Indolfo e Nagel, constantes do Apêndice B que não tivemos acesso, relacionados como de número 32 e 52, respectivamente.

A leitura dos trabalhos permitiu constatar que, dentre os trabalhos referenciados, existem aqueles que tratam o assunto em pauta de maneira tangencial e outros, em que os conceitos de arquivo e informação arquivística não são objetos de discussão. A identificação desses dois grupos de autores e os seus respectivos trabalhos estão no Quadro 9.

Nossa análise a respeito do referencial teórico começa pelos textos de José Maria Jardim, que é formado em História e tem pós-graduação em Ciência da Informação. Ao todo, foram listados nove trabalhos de sua autoria, sendo cinco como artigos de periódicos e os outros quatro publicados como livros e/ou capítulos de livro. Nem todos os trabalhos desse autor apresentam definições de arquivo e informação arquivística, embora todos abordem questões inter-relacionadas.

Jardim e Fonseca dividem a autoria de um trabalho no qual discutem acerca das relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Nesse texto não há uma definição para o conceito de arquivo, os autores apenas se referem à informação registrada orgânica, como sendo aquela que não dispensa o registro material e tem sido reconhecida como objeto da Arquivística. Observam ainda, que “a informação científica e tecnológica de natureza arquivística não tem sido, porém, frequentemente estudada pela Ciência da Informação” (JARDIM; FONSECA, 1992, p.42).

Quadro 9 – Referencial que não explicita as definições de “arquivo” e “informação arquivística”

Autores	Referências
Carlos Eduardo Luporini e Nelson M. Pinto	Sistemas administrativos: uma abordagem moderna de O & M. São Paulo: Atlas, 1985.
Ramón Alberch i Fugueras et al.	Archivos y cultura: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001.
Johanna W. Smit	Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
Ricardo Andrade e Rubens P.G. da Silva	Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. PontodeAcesso , América do Norte, 2 dez. 2008.
Eduardo W. Dias	Biblioteconomia e ciência da informação. Perspectiva em Ci. Informação , Belo Horizonte, v.5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.
Luciana Duranti	Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Estudos históricos , Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 49-64, 1994.
Ataliba Teixeira Castilho (Org.)	A sistematização de arquivos públicos. Campinas: Unicamp, 1991.
Ana Cristina Indolfo et al.	Gestão de documentos. Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Publicações Técnicas, 47, 1995.
Charles Kecskeméti	A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. Acervo , Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 5-10, jul./dez. 1988.
Jean Favier	Arquivo, memória da humanidade. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.5-7, jan./abr. 1979.
Helena Medeiros, Maria et al.	Gerir documentos em Portugal: como e por quê? Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 81-95, jul./dez. 1998.
Adriana Xavier Gouveia de Oliveira	Organizar acervos particulares – tarefa nada fácil. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.17-32, jul./dez. 1998.

No livro cujo título é “Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil”, Jardim (1995) desenvolve uma discussão crítica a respeito do Sistema Nacional de Arquivos do Brasil, que tem como pano de fundo a concepção do autor sobre o que pode ser considerado como um sistema. Nesse livro, a única definição de arquivo encontrada enfatiza a natureza do arquivo como sendo também uma **instituição** e foi retirada do Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado em 1988, pelo Conselho Internacional de Arquivos.

Com relação à informação arquivística, existe uma discussão a respeito da proposta de outro autor sobre como deveria ser constituído um sistema nacional de informações arquivísticas. No bojo dessa proposta, são consideradas informações arquivísticas aquelas contidas nos arquivos de modo geral.

No texto intitulado “Arquivos”, escrito em coautoria com Maria O. Fonseca, os autores analisam diferentes definições de arquivo encontradas na literatura e afirmam que houve transformações do conceito, mas que as suas características básicas

permanecem inalteradas, ou seja, trata-se de um “**conjunto orgânico** produzido por uma dada atividade jurídico-administrativa, salientando-se o caráter testemunhal do conjunto documental, conservado em sua organicidade” (JARDIM; FONSECA, 1998, p. 371).

Quanto à informação arquivística, os autores resgatam a concepção canadense e norte-americana que, na sua essência, entendem informação arquivística como sendo aquelas informações registradas de natureza orgânica, que cumprem um ciclo envolvendo a produção, processamento, uso e estocagem tanto no ambiente organizacional que a produziu e também, posteriormente, nas instituições arquivísticas.

Em outro trabalho publicado no ano seguinte, Jardim definiu arquivo como sendo um “conjunto dessas **informações orgânicas**, quaisquer que sejam sua data de produção, seu suporte material, sua natureza, acumuladas por uma organização (ou pessoa física) em decorrência das suas ações” (JARDIM, 1999a, p. 30). Também nesse caso, o autor descreve o ciclo da informação arquivística lembrando que essa é uma noção “recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica” (JARDIM, 1999a, p. 29).

Formada em História e com pós-graduação em Ciência da Informação, Maria Odila Fonseca foi mencionada como autora de seis trabalhos, dos quais em dois (um artigo e um livro) ela é a única autora; os demais foram elaborados em coautoria com Jardim e, de certa maneira, estão contemplados pela análise anterior. Resta, então, a análise desses dois últimos, a começar pelo livro intitulado “Arquivologia e Ciência da Informação”, no qual não encontramos uma definição do conceito de arquivo que tivesse sido elaborada pela autora. Registra-se nessa obra a definição encontrada no Manual dos holandeses, a partir da qual a autora discute suas múltiplas facetas, o que é muito interessante para a construção de uma reflexão crítica acerca do conceito arquivo. A autora questiona a pouca unidade existente em torno do conceito de arquivo e sua explicação para a tal fato é, primeiramente, em decorrência das divergências existentes sobre o momento no qual surgem os arquivos, ocasionando problemas de ordem terminológica e conceitual. Alerta a autora que as divergências não se limitam ao conceito de arquivo, mas “o mesmo *quantum* de divergência [ocorre] em torno da arquivologia e seu(s) objeto(s) e em torno dos arquivistas e seu papel social” (FONSECA, 2005, p. 53).

Quanto ao conceito de “informação arquivística”, Fonseca (2005, p. 59) trata como sinônimo de informação registrada orgânica e concorda em inseri-la como

objeto da Arquivologia. Porém, alerta para o fato desse tipo de informação possuir dois níveis; um deles seria o próprio conteúdo semântico do documento, o outro, diz respeito ao “contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento)”.

Vejam, agora, a perspectiva de outros teóricos citados na literatura. São eles: Heloísa Liberalli Bellotto e Luis Carlos Lopes. A primeira é historiadora, bibliotecária e possui especialização em arquivos. Foram dois (2) os trabalhos de sua autoria indicados, um livro e um artigo de periódico. Em ambos os trabalhos, Bellotto define o conceito arquivo. No artigo de periódico, Bellotto discute sobre o(s) objetivo(s) e objeto(s) da Arquivologia. Seu entendimento é de que o objetivo da Arquivologia é promover o acesso à informação, tanto no âmbito do processo decisório, quanto na busca pelos direitos do cidadão ou pela compreensão do passado. Quanto ao objeto físico da Arquivologia, Bellotto (2010) afirma que podem ser três: o arquivo constituído como conjunto documental, o documento em si mesmo e o arquivo como entidade.

Nesse sentido, o arquivo na condição de objeto físico da área e tendo em vista a primeira acepção, é definido pela especialista como

[...] **conjuntos documentais**, sejam os produzidos/acumulados por uma única entidade pública ou privada, considerando-se os seus arquivos setoriais e centrais correntes, ou seja aqueles de diversos órgãos públicos, quando terminado o seu uso primário passem a conviver, sob o mesmo ‘teto administrativo’ (BELLOTTO, 2010, p. 2 grifo nosso).

Bellotto apoia sua definição na concepção de Lodolini para quem os arquivos são a “sedimentação documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado” (BELLOTTO, 2010, p. 2).

Em outra obra, “Arquivos permanentes: tratamento documental” a autora apresenta uma definição que enfatiza a concepção de “instituição”. Como tal, o arquivo é visto como o “**órgão receptor** (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função [...]”. Essa concepção está mais voltada para a abordagem dos “arquivos permanentes”.

Com relação ao conceito de informação arquivística, notamos que nos referidos trabalhos, a autora não trata diretamente do tema (BELLOTTO, 2004a, p. 38).

O outro teórico citado, Luis Carlos Lopes, tem formação em História e pós-graduação, tanto em História como em Ciência da Informação. Esse autor tem três livros citados nos planos das disciplinas, dos quais apenas um não explicita definição alguma de arquivo. Trata-se do livro intitulado “A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada”. Nesse livro, o autor se propõe a discutir metodologias para a elaboração de diagnósticos de arquivo visando à gestão documental e assim o faz, indicando as possíveis imbricações que envolvem esse tipo de atividade. Os outros dois livros contêm uma discussão a respeito dos conceitos de arquivo e informação arquivística; o primeiro foi editado em 1996 e quatro anos mais tarde o outro, no qual faz uma síntese do seu pensamento expresso em textos anteriores, incluindo acréscimos e novas reflexões.

Nessas obras o autor discute, entre outros aspectos, o conceito de informação e identifica suas propriedades no âmbito dos arquivos. Elenca as “sub-proposições” da informação arquivística e defende a importância da valorização do conteúdo informacional. Assim, define os arquivos como sendo constituídos por “**informações orgânicas originais**”, encontradas em “documentos registrados em suportes convencionais (atômicos) ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits)” (LOPES, 1996, p. 32). O autor também reforça a necessidade de que esses documentos tenham sido produzidos e/ou recebidos por uma instituição numa condição específica, qual seja, em decorrência das “atividades de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos”.

Da mesma forma, analisa o conceito de informação arquivística que entende ser uma informação “registrada de natureza, peculiaridades e propriedades arquivísticas atribuídas” e que podem ser de natureza administrativa, técnica ou científica (LOPES, 1996, p. 30). Ainda em relação a esse conceito, o autor indica suas propriedades, importância e parâmetros para se fazer a sua gestão. A discussão é fortemente influenciada pela troca de experiências entre Lopes e os autores canadenses que têm sido apontados como tendo uma postura inovadora na área.

Por fim, também encontramos entre os estudiosos mais citados Marilena Leite Paes que é arquivista e bibliotecária e, desde 1964, dedica-se ao ensino de técnicas de arquivo. A partir dessas experiências, a autora lança o livro “Arquivo: teoria e prática”, que já foi reeditado algumas vezes e que pode ser inserido na categoria de manual por ser bastante apropriado para o ensino das técnicas aplicadas em arquivos de

modo geral. Nessa obra, Paes (2002, p. 16) define arquivo como “a **acumulação ordenada dos documentos**, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”.

Em outro trabalho de sua autoria, datado de 1998, o foco é a gestão de documentos para os serviços públicos e por consequência, estabelece a classificação dos arquivos a partir da idade dos documentos. Não encontramos, nesse último, uma definição explícita do conceito de arquivos e tampouco de informação arquivística.

Enfim, essa é uma síntese sobre o que pensam os autores brasileiros citados nas referências indicadas pelos professores das disciplinas de fundamentos básicos dos cursos de Arquivologia, a respeito do conceito de arquivo e informação arquivística. Vejamos, agora, o que pensam os autores estrangeiros a respeito do assunto.

A começar por Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, autores de uns dos livros mais utilizados pelas escolas de Arquivologia do Brasil, na medida em que foi traduzido em Portugal. Nesse trabalho, existem algumas definições de arquivo. Dentre essas, destacamos a que se encontra logo na introdução do livro:

conjunto dos documentos, pouco importando a sua idade, o tipo de suporte (incluindo os magnéticos e informáticos) ou o seu valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho), que contém informação orgânica, isto é informação elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão de uma pessoa física ou moral (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

Trata-se de um conceito que abre a perspectiva dos arquivistas para atuarem com conjunto de documentos em qualquer fase de sua vida. Um detalhe que nos chama a atenção, é quando os autores inserem o conceito de informação orgânica registrada, entendendo como tal, toda informação gerada no âmbito da missão exercida por pessoa física ou jurídica. Embora já tenhamos comentado anteriormente sobre a definição de informação orgânica cabe, nesse momento, retomarmos alguns aspectos dessa questão.

Primeiramente, é importante lembrar o que os autores definem como informação orgânica registrada “todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65). Nesse caso, vemos que o conceito de informação orgânica está fortemente atrelado à sua materialidade concretizada nos

documentos de arquivo. Nossa percepção é reforçada quando nos deparamos com o que os autores conceituam como sendo informação não orgânica, ou seja, aquela que pode ser encontrada em bibliotecas ou em centros de documentação, configurada como publicações, base de dados etc.

Quanto aos autores portugueses, Silva et al. (2002) iniciam o seu livro fazendo uma análise da evolução do conceito de informação como objeto de estudo da Ciência da Informação. É uma obra densa que pleiteia para a Arquivística o caráter de ciência social e como tal a integra ao quadro das Ciências da Informação. Assim, os autores discutem a natureza e configuração do seu objeto de estudo – o arquivo que defendem ser um sistema de informação.

Esses autores definem arquivo como “um **sistema (semi-) fechado de informação social** materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”.

Para Silva et al (2002), a inclusão do arquivo na dimensão sistêmica representa a introdução de “uma certa amplitude no conceito de sistema de informação, sem a qual negaríamos a possibilidade de evolução científica para as disciplinas ligadas ao estudo do processo informacional” (SILVA, et al., 2002, p. 39).

Outro autor citado é Schellenberg (2002, p. 41) cujo livro foi editado pela primeira vez em 1955 e continua sendo referência obrigatória para os cursos de Arquivologia, em geral. Esse livro, intitulado “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição”, obviamente não faz menção ao conceito de informação arquivística que é recente na área, mas encontramos uma discussão acerca da natureza dos arquivos, dos elementos presentes nas definições e, finalmente, uma definição do que o autor denomina de arquivos modernos. Para Schellenberg (2002), os arquivos são formados por **documentos** “de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”.

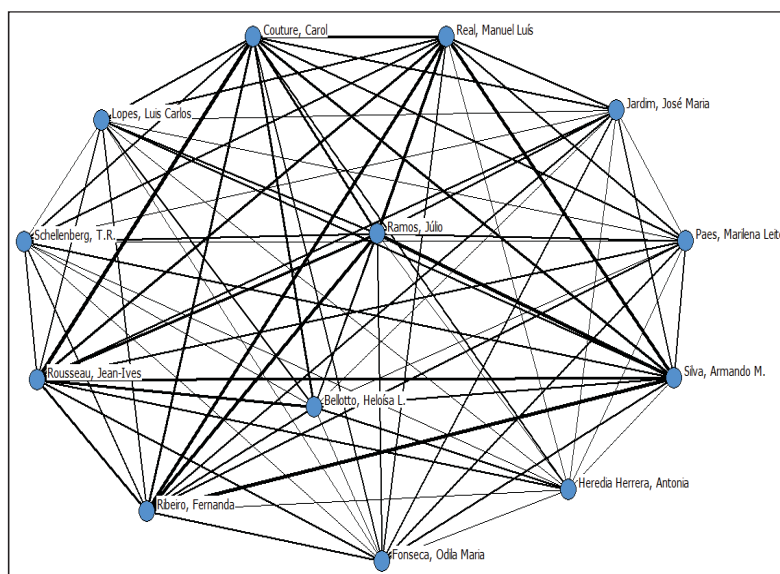
É uma obra de grande relevância, em razão da forma como o autor considerou a problemática da área, privilegiando a abordagem do tratamento integrado aos documentos de arquivo. O autor destaca a importância da atuação do arquivista juntos aos arquivos correntes, como forma de preservar os acervos permanentes.

Foi possível constatar que dos conceitos de arquivo e informação arquivística, o primeiro é objeto de discussões há mais tempo na área e, em comparação com o segundo, está mais bem elaborado, o que é compreensível, porque desde sua origem, o arquivo é tratado como objeto de estudo e de reflexão por parte de vários autores. De forma diferente, o conceito de informação arquivística é um conceito que está em processo de construção, portanto sua discussão exige maiores esforços.

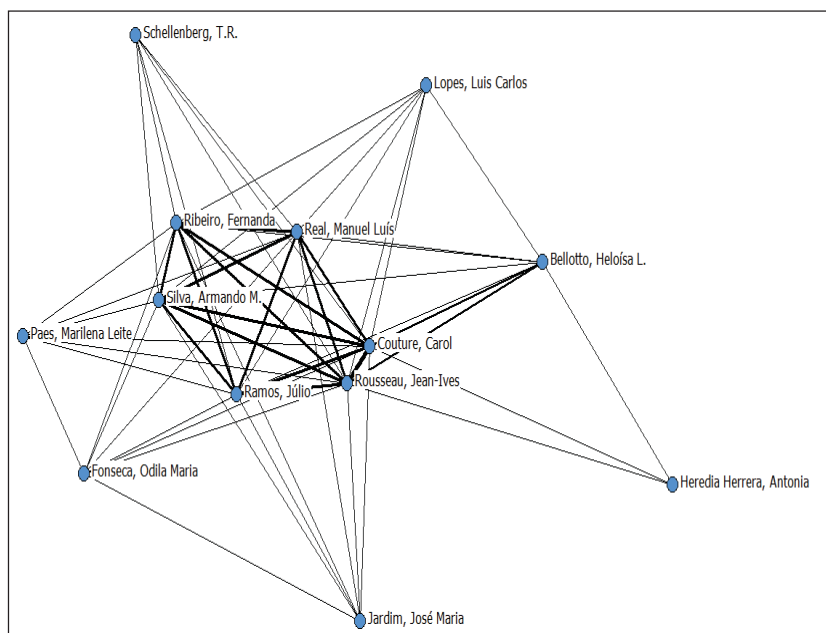
De modo geral, percebemos que entre os teóricos selecionados existe alguma diferença quanto ao seu posicionamento pela natureza do arquivo. Um grupo maior indica ser a natureza do arquivo formada pelo **conjunto de documentos**. São eles: Bellotto; Rousseau e Couture; Jardim; Paes; Schellenberg, Jardim e Fonseca. Já os autores Silva et al. e Lopes defendem que o arquivo é um **sistema (semi)-fechado de informação social** ou **acervo composto por informação orgânica**. Essas duas últimas propostas se alinham com a abordagem informacional que atualmente vem permeando as discussões no âmbito arquivístico e que enfatizam uma perspectiva para os arquivos que privilegia as informações registradas de caráter orgânico. O posicionamento desses autores é uma tendência que vem sendo considerada na literatura arquivística como uma mudança de paradigma, conforme já mencionamos anteriormente.

Em relação aos autores, o estudo de análise de cocitação possibilitou que fossem evidenciados os autores mais citados e que a partir da descrição da rede de cocitação se conhecesse os indicadores de densidade e centralidade da rede.

Rede 1- Matriz bruta de cocitação e com todas as cocitações realizadas



Rede 2 – Matriz bruta de cocitação e com pelo menos três cocitações



A partir desses dados, confere-se uma rede com pelo menos três citações, onde as relações dialógicas decorrem, em um primeiro grupo, a partir dos coautores Silva/Ribeiro/Real/Ramos e Rousseau/Couture. Fora desse universo destaca-se Bellotto e Lopes, que figuram concomitantemente ao grupo canadense, assim como ocorre no grupo Jardim/Fonseca (co-autoria).

Por sua vez, não se nota diálogo mais específico, nas cocitações, entre os autores brasileiros. Schellenberg parece dialogar com o núcleo central, aspecto que não se verifica em Heredia Herrera, cujo diálogo faz de forma mais tênue, apenas com Bellotto e Rousseau e Couture.

Pretendemos, com essa análise, evidenciar o posicionamento de diferentes autores frente aos conceitos destacados de forma a projetar como as discussões têm sido encaminhadas na literatura e assumidas como base teórica pelas disciplinas que têm, entre seus objetivos, o papel de discutir os fundamentos arquivísticos. É importante que os alunos conheçam amiúde como essa questão conceitual aparece na literatura, quem são os autores e com base em que tendências compartilham ou divergem de opiniões. Assim, poderão se posicionar de modo crítico em relação a essa questão e, futuramente, contribuir com as discussões por meio de suas produções científicas.

5.2 O conceito de arquivo na concepção dos professores brasileiros

Apresentaremos o conceito de arquivo na perspectiva desse grupo de treze professores. Essa perspectiva foi projetada tendo por base as respostas obtidas desses professores ao questionário enviado pela pesquisadora. Cada professor recebeu um código de modo a não prejudicar a análise e compreensão das respostas, mas apenas garantir o seu anonimato.

A primeira questão indagava sobre qual o entendimento acerca de conceito de arquivo e a análise das respostas permitiu a identificação dos traços que identificam e definem os arquivos, na perspectiva desses professores.

Os professores são conscientes que no arquivo se trabalha com conjunto e nunca um só elemento documental. Nesse sentido, a Arquivologia se diferencia da Biblioteconomia na qual, por exemplo, se indica a possibilidade de se realizar o tratamento técnico a partir de um único item bibliográfico. Ao explicitarem seu posicionamento dessa forma, estão seguindo o preconizado pelas principais autoridades na área, no âmbito brasileiro. A lei nacional sobre a política de arquivos públicos, no seu Art. 2º, confirma que os arquivos são formados por um conjunto de documentos e, que tais, são frutos do exercício profissional, tanto na esfera pública quanto privada.

Em relação à natureza dos arquivos, grande parte dos professores entende que ele é formado por um **conjunto de documentos**. O conjunto de documentos a que se referem os professores tem, em especial, o fato de serem produzidos em decorrência das atividades e funções de uma instituição ou pessoa, ou família. Um grupo menor entende que essa natureza é formada pelo **conjunto de informações orgânicas**, ou ainda como preferem alguns, **informação registrada**.

Esse duplo posicionamento é também encontrado na literatura e na mesma proporção. A área encontra-se justamente num momento no qual convivem duas perspectivas distintas, a tradicional e outra mais contemporânea, que insere a informação arquivística como objeto principal da área. No primeiro caso, a arquivística tem sua atenção voltada para a gestão documental, uma proposta que entrou no Brasil pela via norte-americana.

A ideia de formação dos arquivos a partir de um conjunto de documentos, representou uma evolução para a área que até então considerava os arquivos apenas como o local de depósito de documentos, os quais eram gerados numa proporção bem menor em comparação aos dias atuais, mas com a devida importância

para as instâncias de poder e decisão, a exemplo do que é atualmente. É possível perceber, com base nas opiniões expressas pelos professores, que é forte a influência do paradigma tradicional que concebe os arquivos/documentos como objeto privilegiado da área e isso tem se refletido no ensino. Nos cursos de graduação de Arquivologia em geral, as disciplinas que abordam o tratamento documental têm consumido uma significativa carga horária.

A pesquisa também revelou que a maioria dos docentes destaca o vínculo primordial entre os documentos e as funções/atividades da instituição ou pessoa. Esse é um pré-requisito que fundamenta a diferença entre os arquivos e outros tipos de instituição que acumulam documentos, tais como os centros de documentação, bibliotecas e os museus. Os documentos de arquivo são gerados a partir das funções e atividades da instituição/pessoa e representam um tipo de conhecimento único que é preservado pelas suas características identificadas por Duranti (1994) como imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade⁴⁵.

Os documentos de arquivo em função de suas principais características são distintos dos demais documentos existentes em outras unidades de informação e podem ser produzidos por organizações e também por pessoas físicas. Mas, curiosamente, nem todos os professores mencionam em suas definições que esses documentos também podem ser produzidos por uma família ou pessoa física como é o caso dos professores identificados como D1, D5 e D13.

O conjunto de documentos, independentemente do suporte, produzidos no cumprimento das atividades e funções de determinada instituição (organização) (D1).

Conjunto de documentos que são produzidos e recebidos por uma instituição/entidade pública ou privada, espelhando suas atividades e funções, registrados em suportes diversificados, com valor probatório, de informação ou valor histórico, com acumulação orgânica tendo como objetivo atender ao usuário e à pesquisa e que deve ser preservado para o futuro.

⁴⁵Duranti (1994, p. 51-52) define da seguinte forma esses princípios ou características: “**Imparcialidade** – os registros são inerentemente verdadeiros, ou seja, as razões por que eles são produzidos [para desenvolver atividades] e as circunstâncias de sua criação [rotinas processuais] asseguram que não são escritos ‘na intenção ou para a informação da posteridade’, nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar público. **Autenticidade** – está vinculada ao continuum da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados. **Naturalidade** – diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta [...] são acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração. **Inter-relacionamento** – os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. **Unicidade** – provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e o universo documental”.

*Instituição pública ou privada cujo acervo reúne documentação produzida ou recebida no transcurso de suas atividades, com valor probatório, de informação e histórico, registrada em diversos suportes, com o objetivo de atender o usuário e a pesquisa. Tem como dever sua conservação e preservação. Estas instituições também podem reunir fundos documentais provenientes de várias outras origens. **Edifício** ou **depósito** que guarda, conserva e preserva acervos arquivísticos (D5).*

*O conceito de Arquivo é amplo, de acordo com a linguagem natural pode ser uma caixa, um depósito, um conjunto de **informações** guardadas por alguém. Em uma linguagem de especialidade o conceito de arquivo assume a conotação de um conjunto de **informações registradas** em qualquer tipo de suporte, devendo ser considerada a relação com as funções da instituição. Por exemplo, as informações que possuem um valor primário (administrativo) e um valor secundário (fins de preservação da memória). O conceito de arquivo, no meu entender deve ser mais significativamente discutido, sobretudo na área da terminologia, vez que não há precisão conceitual e as definições postas atendem muitas vezes a interesses para além de uma epistemologia. Enquanto a Arquivologia não postular um corpo de conceitos próprios para sua área e transitar entre episteme e profissão nas suas definições, não poderá alçar grandes voos em direção a ser considerada uma disciplina científica (D13)*

Outros professores simplesmente omitem qualquer tipo de vínculo com o produtor (D3, D7, D8, D10), conforme podemos observar:

*É o **conjunto de informações** em um determinado suporte (D3).*

*Meu entendimento sobre arquivo parte da de conceituação comumente aceita que se trata de um **conjunto de documentos** pensados e administrados de forma orgânica, respeitando-se critérios estabelecidos pela teoria geral da disciplina arquivística, como sua oficialidade, sua inserção em uma funcionalidade empresarial, social, cultural, etc. (D7).*

*Há pelo menos duas formas de representar um arquivo: como espaço físico de guarda de **documentos** e como **conjunto de documentos** orgânicos. Considero as duas formas como verdadeiras, mas as aplicações dependerão da espacialidade construída (D8).*

*Apesar de a literatura descrever arquivo tanto para prédios (instituição) como mobiliário e o como “**conjunto de documentos** orgânicos”, entendo arquivo como sendo “**o conjunto de documentos** devidamente organizado e tratado para ser recuperado em seu conteúdo, ou como informação (D10).*

Embora não seja objetivo aprofundarmos essa questão neste trabalho, julgamos oportuno defender a inclusão dos arquivos pessoais no âmbito do tratamento arquivístico e nos apoiamos nas ideias de Cook (1998, p. 131), que considera a importância dos arquivos públicos tanto quanto dos arquivos pessoais. Seu posicionamento tem por base o documento-proposta do Seminário Internacional sobre

Arquivos Pessoais no qual se defende a existência de duas semelhanças entre ambos, nos seguintes termos:

são artefatos de registro derivados de uma atividade; [...] são evidências das transações da vida humana; [...] os arquivistas usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa.

A omissão do produtor é significativa porque preservar o vínculo com o produtor é fator determinante para a caracterização dos documentos como pertencentes aos arquivos. A reunião de documentos de cunho administrativo, legal ou jurídico que não mantenha esse vínculo, pode ser entendida como uma coleção.

De outra forma, observamos que alguns professores apresentaram mais de uma definição para arquivo (D5, D8) como fazem os dicionários terminológicos.

Conjunto de documentos que são produzidos e recebidos por uma instituição/entidade pública ou privada, espelhando suas atividades e funções, registrados em suportes diversificados, com valor probatório, de informação ou valor histórico, com acumulação orgânica tendo como objetivo atender ao usuário e à pesquisa e que deve ser preservado para o futuro.

Instituição pública ou privada cujo acervo reúne documentação produzida ou recebida no transcurso de suas atividades, com valor probatório, de informação e histórico, registrada em diversos suportes, com o objetivo de atender o usuário e a pesquisa. Tem como dever sua conservação e preservação. Estas instituições também podem reunir fundos documentais provenientes de várias outras origens (D5).

*Há pelo menos duas formas de representar um arquivo: como **espaço físico** de guarda de documentos e como **conjunto de documentos orgânicos**. Considero as duas formas como verdadeiras, mas as aplicações dependerão da espacialidade construída (D8).*

Outros professores demonstram conhecer as diferentes possibilidades de se definir o conceito arquivo, mas fazem a opção por defini-lo como conjunto de documentos:

*Inúmeras são as conceituações sobre arquivo, mas entendo que ele é formado por um **conjunto de documentos** das mais diversas naturezas e suportes, documentos que são produzidos ou recebidos por uma determinada pessoa pública ou privada, física ou jurídica, quer sejam esses documentos administrativos, técnicos ou científicos (D2).*

*O conceito que utilizo para definir arquivo (que não seja nem a instituição nem o móvel) é o **conjunto de documentos**, independentemente de suporte, criados/acumulados por uma instituição/organização, indivíduo ou família, para cumprir as funções que justificam sua existência jurídica, pública ou privada. O conceito de arquivo está ligado, nessa perspectiva, a uma noção de*

autoridade e de legitimidade decorrente do lugar que este – o arquivo – ocupa (D4).

*No Brasil, temos seis definições diferentes para a palavra Arquivo. Para a Arquivologia, tratamos como sendo o **conjunto de documentos** produzidos e recebidos por instituições, empresas, pessoas ou famílias no desenvolvimento de suas atividades, independente do suporte, mantendo sua relação orgânica (D9).*

*Apesar de a literatura descrever arquivo tanto para prédios (instituição) como mobiliário e o como “conjunto de documentos orgânicos”, entendo arquivo como sendo “o **conjunto de documentos** devidamente organizado e tratado para ser recuperado em seu conteúdo, ou como informação (D10).*

*Um arquivo é um **conjunto de documentos** de uma entidade (organização ou indivíduo), acumulado de forma ordenada (D14).*

Outros professores, de forma direta, assumem que o arquivo é formado por um

*[...] **conjunto de documentos**, independentemente do suporte, produzidos no cumprimento das atividades e funções de determinada instituição (organização) (D1).*

*[...] **conjunto de documentos** pensados e administrados de forma orgânica, respeitando-se critérios estabelecidos pela teoria geral da disciplina arquivística, como sua oficialidade, sua inserção em uma funcionalidade empresarial, social, cultural, etc.(D7).*

***Conjunto de documentos**, quaisquer que sejam seus suportes ou a natureza das informações registradas, produzidos e/ou acumulados por pessoa física ou jurídica no exercício de suas funções ao longo de sua trajetória de vida (D12).*

Mas, há também quem defina arquivo como “o **conjunto de informações em um determinado suporte**” (D3). Ou, ainda, que o conceito de arquivo pode ser entendido como

*Um **conjunto orgânico de informação registrada**, em qualquer suporte, de uma mesma proveniência, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades (D6).*

*[...]um **conjunto de informações** guardadas por alguém. Em uma linguagem de especialidade o conceito de arquivo assume a conotação de um conjunto de **informações registradas** em qualquer tipo de suporte, devendo ser considerada a relação com as funções da instituição. Por exemplo, as informações que possuem um valor primário (administrativo) e um valor secundário (fins de preservação da memória) (D13).*

No caso da definição dada pelo professor identificado por D3, a generalidade é sintomática e não reflete as especificidades que os arquivos têm em relação a outras unidades de informação. Por outro lado, as definições dos demais

professores (D6, D13) são um pouco mais precisas quando admitem a necessidade de registro e de se manter o vínculo com o produtor.

O termo “informação” é ambíguo e da forma como está sendo utilizado não serve para caracterizar a natureza dos arquivos. A respeito da falta de precisão conceitual, o professor identificado como D13 faz um comentário que preferimos reproduzir abaixo e, que de certa maneira, expõe a fragilidade de definições como a dada pelo professor D3.

O conceito de arquivo, no meu entender deve ser mais significativamente discutido, sobretudo na área da terminologia, vez que não há precisão conceitual e as definições postas atendem muitas vezes a interesses para além de uma epistemologia. Enquanto a Arquivologia não postular um corpo de conceitos próprios para sua área e transitar entre episteme e profissão nas suas definições, não poderá alçar grandes voos em direção a ser considerada uma disciplina científica (D13).

Considerar a informação como elemento fundamental da noção de arquivo é uma tendência contemporânea que a literatura da área vem registrando, ou seja, a de que a natureza dos arquivos é formada por informação registrada. Mesmo em vista das dificuldades ainda existentes para se delimitar o conceito de informação arquivística, este posicionamento vem ganhando força com a abordagem informacional para os arquivos, que emerge na sociedade contemporânea.

Para Sousa (2003, p. 241), o que distingue a informação como objeto da Arquivística é a organicidade, um princípio que deve ser mantido e que representa “a espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico”.

Silva, no entanto, além de apresentar uma definição para o conceito de informação indica, também, as bases fundamentais sobre as quais é possível sustentar um discurso científico que considera a informação como objeto de estudo da área. Para esse autor, a informação no âmbito da Ciência da Informação deve ser entendida como

Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada (SILVA, 2006, p. 25).

Sua condição como tal deve ser somada às propriedades que o autor indica como sendo: “Estruturação pela acção (humana e social); integração dinâmica; pregnância; quantificação; reprodutividade, transmissibilidade”.

Alguns aspectos em relação ao conceito de arquivo parecem estar mais consolidados, como é o caso do suporte. Não há restrição para os suportes, todos os

tipos são aceitos desde que o documento seja produto de uma atividade humana de caráter administrativo, jurídico ou técnico-científico, considerado como uma “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (MARQUES, 2007, p. 206).

Outro aspecto que gostaríamos de destacar das definições atribuídas pelos professores aos arquivos, é o fato de não mencionarem os objetivos do arquivo. A exceção são os professores D5 e D10 que indicam que esses são responsáveis por disponibilizar informações ao usuário e à pesquisa. No entanto, não é possível afirmar, com certeza, se nesse caso estão sendo considerados os arquivos correntes e intermediários que servem, preferencialmente, ao próprio produtor, seu usuário por excelência.

Dentre os diferentes posicionamentos, houve um professor que ao ser solicitado para elaborar uma definição de arquivo, se manifestou da seguinte forma:

Nas disciplinas que ministro, procuro transmitir os conteúdos já consolidados pela Arquivologia, tanto os clássicos como Manual dos arquivistas holandeses, Duchein, Schellenberg, Heredia, Michael Cook, como os contemporâneos, Theo Thomassen, Luciana Duranti, Terry Eastwood. Além disso, utilizo e apresento aos alunos as definições dos dicionários e glossários da área: Dictionary of Archival Terminology do International Council on Archives, Glossary of Society of American Archivists e Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) do Arquivo Nacional (D11).

O uso da literatura clássica e contemporânea em sala de aula é bastante salutar porque leva o aluno a refletir sobre um possível posicionamento diante de ambos. Mas, a partir dessa resposta, não foi possível conhecer a perspectiva do professor acerca do referido conceito.

Em síntese, pudemos observar as diferentes formas de entendimento que os professores têm em relação ao arquivo. É notória a tendência em aceitar que os arquivos são formados por um conjunto de documentos que possuem características próprias que se resumem no contexto de produção. Para os demais, que indicam que o arquivo é formado por um conjunto de informações orgânicas, o registro é fundamental, assim como o vínculo com seu produtor. No entanto, existem alguns professores que elaboraram definições genéricas que poderiam ser usadas para caracterizar outro tipo qualquer de sistema de informação.

5.3 O conceito de informação arquivística na perspectiva dos professores

O conceito de informação arquivística tem sido disseminado na literatura com alguma frequência, caracterizando a aproximação dos arquivos com a perspectiva informacional. No entanto, a constatação da emergência da noção de informação arquivística revela em seus meandros que, em termos conceituais, a busca pelo seu significado real ou mesmo a sua essência continua sendo necessária.

Assim como existe um nível de diversidade na apresentação da literatura para o que nos referimos como “noção de informação arquivística”, essa de certa maneira também se reproduz nas construções dos professores. Alguns, para expressarem o que entendem por informação arquivística, justificam tal posicionamento, afirmando que a literatura arquivística não concede respaldo para tal questão. De fato, a literatura de modo geral, indica como sendo um conceito novo que requer aprofundamento para se chegar a uma identificação mais precisa do que seja informação arquivística. O que temos registrado na literatura brasileira em matéria desse assunto ainda não responde a todas as inquietações que essa expressão possa causar. De qualquer modo, pretendemos destacar que aspectos característicos dessa categoria de informação são apontados pelos professores.

Percebemos que os professores, de modo geral, relacionam a informação arquivística com o documento, ou seja, admitem a proeminência da materialidade para esta informação. Mas, vejamos o que afirma o professor identificado por D3 “*A informação independe do suporte*”. Parece querer dizer que esse tipo de informação não depende do suporte, porém, não é o que encontramos na literatura arquivística que sinaliza como eixo principal para identificar este tipo de informação, o registro em um suporte.

Da mesma forma, a afirmação de outro professor que nos chama a atenção:

É a informação orgânica, não material. Não apresentada no documento em si, mas em relação com os outros documentos. É a informação compreendida a partir das diferentes relações dos documentos que compõem o arquivo (D9).

É importante destacar que alguns autores compreendem que a informação arquivística pode contemplar duas dimensões: uma, que diz respeito à informação gerada a partir do conjunto de documentos organicamente acumulados e outra, que é fruto das informações do arquivo propriamente dito. Mas, acreditamos que em ambas as situações, a construção material é imprescindível.

Dentre os teóricos que defendem a materialidade da informação arquivística destacamos Lopes (1996), Silva (2008a) e, mais recentemente, Sousa (2009), para os quais esta informação carece de registro em suporte definido, ou seja, sem isso não há informação.

No entanto, é possível notar que ainda existem muitas dúvidas em relação à natureza e características da informação arquivística, que ora é entendida como sinônimo de documento, ora como um tipo de informação específica de arquivos. Nesse sentido, há um grupo de professores identificados como D7, D11, D13 e D14 que assumem essa dificuldade em definir “informação arquivística”.

É um conceito bastante novo, principalmente devido às inovações trazidas pelas novas tecnologias e pela emergência da informação como base conceitual. Por sinal bastante complexa. Não entendo que haja clareza suficiente ainda para uma definição mais completa. Devido à ampliação do entendimento do conceito de documento e mesmo as novas funcionalidades informacionais e usos dos documentos informáticos, a informação arquivística surge como uma necessidade conceitual para dar conta dos documentos que redirecionam a atenção para novas perspectivas documentais e informacionais (D7).

Apresento os conceitos consolidados pela área: informação, documento, documento arquivístico, documento digital e documento arquivístico digital. Este termo informação arquivística não está presente nos dicionários e mesmo a bibliografia de autores contemporâneos como Thomassen, Terry Cook e Duranti não apresentam este conceito; Couture utilizou o conceito de informação registrada e não informação arquivística. Portanto ainda é um termo que está sendo debatido na área e necessita de maior aprofundamento e discussão teórica (D11).

Poder-se-ia afirmar que é a informação matricial, registrada. No entanto, não podemos deixar de observar que esta conceituação é precária, uma vez que está envolvido o contexto que traz em si perguntas como: o que matricial? Existe documento único, natural ou tudo faz parte das condições de produção de um determinado ambiente, arquivo e arquivista? No meu entender a arquivologia sozinha não tem condições de responder esta questão isoladamente, pois faltam alguns constructos teóricos que inviabilizam a definição (D13).

Não é um conceito presente nas principais fontes que uso para fundamentar as aulas de Introdução à Arquivologia (o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, por exemplo, não faz menção). Portanto, eu não defino, ou então assumo uma definição de senso comum, como “a informação presente em arquivos”. Apenas a partir desta pergunta é que fiz uma rápida pesquisa que me parece confirmar a expressão de senso comum. Ou seja, não me parece demandar uma definição (D14).

A informação de caráter arquivístico é denominada por Rousseau e Couture (1998) como informação orgânica registrada e, como tal, diz respeito à informação gerada a partir do conjunto de documentos organicamente acumulados. Tomando esse aspecto como categoria de consenso, apresentamos as definições dos professores que se referem a algum tipo de organicidade da seguinte forma

*A **organicidade** parece um indício importante do tipo de informação que se pretende ser objeto da área arquivística e aparece nas definições de um grupo de professores, embora com conotações um pouco distintas. Penso que a informação arquivística pode ser entendida a partir do processo orgânico da produção dos documentos – entendendo, nesse momento, documento como suporte da informação. Levando em consideração que esses documentos precisam de instrumentos e tratamentos que viabilizem sua acumulação ordenada, somados aos recursos e práticas para descrição das informações contidas nos documentos, fazendo uso das TICs para viabilizar e otimizar o acesso destas informações que são, então, o produto de determinada instituição (organização) (D1).*

*É a informação registrada de caráter **orgânico** caracterizada por ser específica, original, única (D2).*

*A informação arquivística é aquela cujos documentos são resultantes da produção, recebimento, tramitação referentes às atividades e funções de instituições pública e privadas, servindo de prova, sendo única e acumulada **organicamente** para efeitos futuros e de pesquisa (D5).*

*É “um artefato humano com pressupostos e características próprias” (SOUZA, 2008) tais como: **organicidade**, imparcialidade, autenticidade, naturalidade etc. (D6).*

*É a informação **orgânica**, não material. Não apresentada no documento em si, mas em relação com os outros documentos. É a informação compreendida a partir das diferentes relações dos documentos que compõem o arquivo (D9).*

*Na arquivística contemporânea têm-se defendido a ideia de que uma informação arquivística seria aquela proveniente da consulta e análise dos documentos de arquivo ou de um sistema de arquivos; uma informação que se notabilizaria pela característica de **organicidade**, reflexo da natureza mesma dos conjuntos arquivísticos. Ela se diferenciaria da informação de caráter mais tópico, descontextualizada, mais próxima da que se obtém nas bibliotecas e centros de documentação (D12).*

Chamamos a atenção do leitor para as respostas dadas por alguns professores:

*A **informação independe do suporte** (D3).*

***Conteúdo** gerado no âmbito organizacional de valor primário (administrativo ou funcional) e secundário (social e histórico) (D8).*

São afirmações genéricas e que permitem diferentes interpretações. No primeiro caso, pode-se entender que a informação prescinde de suporte para garantir sua existência, ou ainda, numa hipótese mais remota, que qualquer suporte seria utilizável para registro dessa informação. No entanto, a materialidade é imprescindível, no caso dos arquivos, que desde sua origem são constituídos por documentos. Quanto ao suporte, a literatura tem demonstrado que o consenso é admitir-se que o documento pode ser elaborado em todo tipo de suporte. Entretanto, a informação que é registrada nesse suporte deve ser gerada no âmbito da organização, como decorrência das atividades que desenvolve:

*Informação arquivística é **uma particularidade da informação no campo da arquivística**, que a diferencia de outros tipos de informação tais como informação biblioteconômica. A informação arquivística, para mim, compreende o **conteúdo e o suporte**, pois este último também é informação, como nos ensinam a paleografia e a diplomática (D4).*

A premissa do professor é de que a informação arquivística é distinta em sua natureza. No entanto, não consegue explicitar, de modo convincente, em que condições essa distinção acontece.

Em relação à particularidade da informação arquivística, outro professor também identifica que se trata de uma informação específica que é registrada em documentos de arquivo.

*Partindo do pré suposto que arquivo é o conjunto de documento orgânico, defino a informação arquivística como **informação sobre conteúdos dos documentos de arquivos** assim os documentos devem estar devidamente organizados (classificação), tratados (preservação), acessível (instrumentos e ferramentas para acesso aos conteúdos dos documentos) (D10).*

Em sua afirmação o professor se refere a uma informação elaborada a partir do conteúdo dos documentos de arquivo e que depende da existência de um tratamento adequado atribuídos aos documentos.

As diferentes propostas para o que identificamos como sendo informação arquivística, revelam situações distintas e nos levam ao seguinte questionamento: como os professores estão entendendo a organicidade? Na concepção desses professores, qual o elemento que marca sua existência?

O professor, identificado como D1, faz uma inserção importante, a de que “a informação arquivística é entendida a partir do processo orgânico de produção dos documentos”. Nesse sentido, a organicidade está atrelada à forma de produção dos

documentos e como consequência natural a informação gerada a partir desses é de natureza arquivística. O professor D9 afirma que esse tipo de informação não está no documento em si, mas na sua relação com os demais documentos.

Esse aspecto também é colocado por Bellotto (1998a, p. 2) da seguinte forma: esse tipo de informação possui natureza jurídico-administrativa, carece de suporte e, é produzida “dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades e neste sentido é que as informações são orgânicas”. Porém, mais recentemente, as reflexões da autora a tem levado a admitir que a expressão “informação arquivística” é equivocada (BELLOTTO, 2010, p. 7).

A partir da análise das informações obtidas junto aos professores, acreditamos que o conceito de informação orgânica registrada que fora introduzida, no Brasil, por Rousseau e Couture (1998), em algum dado momento foi transportado para a literatura brasileira com a designação de informação arquivística. Desde então, tem sido interpretada de modo distinto, ora como uma informação extraída de um conjunto de documentos gerados por uma instituição como uma necessidade para registrar sua ação, ora como uma informação sobre os conteúdos dos documentos e, ainda, como o tipo de informação que emerge do relacionamento existente entre os documentos de uma mesma proveniência.

6 CONCLUSÃO

No Brasil, podemos afirmar que a área arquivística vem se desenvolvendo de modo promissor. Os cursos de Arquivologia são um dos pilares que promovem esse avanço e constituem espaço ideal para as reflexões sobre a forma como a área pode desempenhar seu papel social na medida em que uma parcela importante do conhecimento disseminado é gerada no âmbito acadêmico, produzido por professores que têm a função de preparar novos profissionais para atuar no mercado de trabalho, aspecto que deles exige capacidade intelectual, interpessoal, flexibilidade, entre outras características e habilidades.

Atualmente, percebemos que o número de textos publicados, cuja temática é voltada para assuntos arquivísticos, tem aumentado. Muitas publicações são mantidas por instituições arquivísticas ou associações profissionais que, com esse tipo de ação, cumprem com um de seus objetivos: o de fazer o intercâmbio de experiências e favorecer a consolidação do conhecimento.

Também no âmbito acadêmico, os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação têm abrigado pesquisas voltadas para as questões arquivísticas, contribuindo para o desejável aprofundamento teórico de área, que busca fortalecer sua identidade como disciplina científica.

Na presente tese, foi-nos possível refletir, no capítulo primeiro, sobre como o movimento da sociedade interagiu com os arquivos, culminando na especialização de profissionais que desenvolvem suas práticas respaldadas pelo conhecimento científico. Os diferentes momentos do arquivo e a forma como se constituiu em um conceito, objeto de estudo de uma área do conhecimento, nos leva a afirmar que a relação entre o arquivo e a sociedade é primordial: o ser humano nem sempre estabelece conscientemente essa relação, mas isso está de tal forma imbricado que a saúde, o trabalho e tudo o mais remete, de alguma forma, a lembrar que o arquivo existe.

Igualmente pudemos retornar à origem dos arquivos buscando compreender os momentos pelos quais os arquivos passaram e, dessa forma, encontrar algumas respostas para as opções teóricas feitas pelos atores da atual sociedade. Os arquivos tiveram sua importância concebida desde sempre; porém, a cada época tal importância era destacada por questões diferentes. No tocante à relação dos arquivos com o documento, essa desde sempre foi muito estreita e, à medida que a produção

documental foi crescendo, os arquivos foram impulsionados a responder às novas demandas.

O desenvolvimento da sociedade molda a função dos arquivos os quais, por muito tempo, estiveram relacionados apenas à administração, mas não se pode esquecer que os arquivos assumem as características de um produto social e, como tal, têm também um papel importante junto à esfera cultural, no tocante à preservação da memória coletiva. A consciência dessa importância têm levado vários teóricos a se debruçar sobre o estudo da sua natureza e características dos arquivos, assim como dos desdobramentos decorrentes da interação entre arquivos e a sociedade.

Na medida em que a sociedade torna-se mais complexa, os arquivos reproduzem essa complexidade, na forma de produção e tratamento da documentação. O processo de produção documental é um fenômeno que exige uma reflexão baseada em parâmetros científicos, capazes de gerar ações profissionais eficientes e de aplicação imediata.

A Arquivística enquanto área do conhecimento, foi sendo construída, paulatinamente, e teve o suporte de diferentes disciplinas, entre as quais destacamos, no capítulo dois, a Diplomática. A instrumentalização trazida pela Diplomática foi o mote que a Arquivística precisava para, em um dado momento, se fortalecer como disciplina uma vez que foi possível construir, a partir de seus preceitos diplomáticos, o conceito de documento de arquivo, que é considerado um dos objetos de estudo da área.

O documento de arquivo é formado a partir de alguns elementos que têm sido considerados como distintivos. Destacamos a forma de produção desses documentos como um elemento incontestável dessa especificidade, ou seja, as atividades e funções de uma organização são concretizadas e registradas em documentos que têm como finalidade básica comprovar todo procedimento administrativo.

Notamos, entretanto, que existem controvérsias quanto à capacidade probatória ou testemunhal dos documentos. Da mesma forma que alguns teóricos acreditam que esses atributos sejam incontestáveis, mais recentemente, outros defendem que a autenticidade e a imparcialidade desse testemunho são questionáveis. Tendemos a admitir que essa reflexão seja bastante pertinente considerando, entre outras coisas, que o emprego das tecnologias de comunicação e informação promove uma maior probabilidade de manipulação e conservação do conjunto de documentos, de acordo com os interesses de quem o produz.

Muitas outras questões, além dessa, têm instigado a comunidade arquivística a refletir suas práticas e teoria. O esforço na busca por soluções de cunho prático-teórico para os problemas decorrentes da excessiva produção documental e a forte valorização da informação, têm resultado em avanços importantes para a Arquivística.

Fato é que testemunhamos, hoje, a realidade de uma área do conhecimento que desenvolveu princípios e teorias para subsidiar as práticas de modo a fugir do empirismo. Profissionais têm sido habilitados para realizar suas práticas, alicerçados por reflexões elaboradas e avaliadas nos limites de uma comunidade científica. Assim, no capítulo três, traçamos a trajetória da formação desses profissionais no Brasil, observando, entre os anos de 1980 a 1990, um desenvolvimento notório em termos de criação de cursos superiores. A partir desse fato, eventos, publicações e movimentos associativos foram os desdobramentos mais visíveis da área. Outros fatos decorrentes dos investimentos feitos na área têm sido constatados nas mais diferentes regiões do país, como a inserção crescente de profissionais em ambientes públicos e privados.

O profissional dos arquivos ainda tem muito a conquistar em termos de valorização e mercado de trabalho, mas uma parcela significativa da sociedade já reconhece a necessidade de seu envolvimento com a geração de conhecimento. Esses arquivistas têm sido convocados a atuar com criatividade, eficiência e eficácia na busca de soluções para a produção e organização da massa documental. Isso exige uma prática baseada em pesquisas e capacitação continuada.

Nesse sentido, destacamos a importância dos programas de pós-graduação que, ultimamente vem se caracterizando, por um lado, em um conjunto de cursos e programas em Ciência da Informação que abrigam temáticas arquivistas e, por outro, algumas iniciativas para a criação de cursos específicos em Arquivologia. Deve-se destacar que a pós-graduação tem um compromisso especial com a pesquisa e, portanto, com a geração de novos conhecimentos e sua criação e desenvolvimento dependem de uma série de fatores, tais como a tradição em pesquisa e a qualificação docente e investigativa de um dado segmento científico. Não se pode esquecer que é na pós-graduação que se torna possível o fortalecimento de linhas de pesquisa e o incentivo à qualidade e ao crescimento da produção científica. Acredita-se que a criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, em profícuo diálogo com a Associação Brasileira de Educação e Ciência da Informação e a Associação Nacional

de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação seja decisiva para que se crie um fórum de discussão e aprofundamento das questões relacionadas ao ensino e à pesquisa.

A reflexão teórica é sempre bem-vinda para aqueles que estão comprometidos com uma ação de intervenção no desenvolvimento social. Professores devem ser qualificados para formarem profissionais que são, ao mesmo tempo, usuários e produtores de conhecimento. Uma qualificação adequada implica em se ter a compreensão de conceitos e princípios científicos elementares da área, os quais oferecem o alicerce para as suas práticas.

Na literatura arquivística encontramos definições de arquivo que permitem compreender o arquivo como conjunto de documento, uma instituição, um local ou, mesmo, um móvel. O uso da expressão “informação arquivística” tem sido frequente na literatura, não significando, contudo, que tenham sido feitas reflexões mais elaboradas a respeito de sua pertinência e significado. Algumas vezes, essa informação é equiparada aos documentos produzidos por organizações institucionais, outras vezes, é tratada como um tipo de informação que é extraída dos documentos pertencentes aos arquivos.

Como professores, no entanto, precisamos exercer a ação docente convictos das particularidades da área. Somos responsáveis por preparar profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho e acreditamos que as disciplinas de fundamentos básicos são primordiais na construção do conhecimento arquivístico e isso é consenso na área. Nossa afirmativa parte da constatação de que todos os cursos apresentam disciplinas dessa natureza, o que em nossa opinião, demonstra a preocupação com o ensino dos pilares que sustentam a área.

Atualmente, os cursos de graduação são norteados pelas diretrizes curriculares do Ministério da Educação. A flexibilidade na construção das grades curriculares por parte das instituições de ensino superior é pautada pelas competências gerais e específicas, as quais marcam os limites fronteiriços do respectivo campo de conhecimento.

Porém, esse tipo de ensino, requer o respaldo de um corpo teórico que se proponha a discutir essas questões, de modo a responder às inquietações intelectuais da comunidade arquivística. A bibliografia arquivística utilizada pelas disciplinas selecionadas nessa pesquisa, de modo geral, deixa a desejar no quesito aprofundamento teórico-conceitual. Vários itens utilizados enquadram-se na categoria de manuais e

legislação, os quais não têm como objetivo promover uma reflexão crítica de cunho teórico-conceitual. Particularmente, na literatura nacional, dificilmente encontramos uma discussão mais elaborada acerca das características e natureza dos conceitos de arquivo e informação arquivística. Há de se destacar que em Lopes (1996), observa-se a preocupação em evidenciar propriedades do conceito de informação arquivística, mas em que pesem os esforços do autor, muitas questões permanecem em aberto, conforme mencionamos anteriormente.

Constatamos que, a maioria de professores dos cursos de Arquivologia é formada em Biblioteconomia e, embora seja uma área bastante próxima da Arquivologia, tem uma abordagem conceitual distinta e não atende plenamente aos requisitos impostos pelos arquivos. Mas, felizmente, essa defasagem tem sido percebida e um número significativo de professores tem procurado preencher essas lacunas, por meio da realização de cursos de pós-graduação, na área da Ciência da Informação, mas com a possibilidade de desenvolver pesquisas em Arquivologia.

Buscamos, então, conhecer a concepção desses professores que atuam no curso de Arquivologia, especificamente, no ensino dos conceitos básicos como “arquivo” e “informação arquivística”.

Em relação ao conceito “arquivo”, alguns dos professores entrevistados apresentaram definições muito parecidas com as encontradas nos dicionários terminológicos. Isso pode significar que existe alguma dificuldade com a internalização desse conceito, na medida em que não conseguimos fugir de uma definição bibliográfica.

A bibliografia utilizada é marcada pelo uso de textos escritos em português, conforme destacamos anteriormente na análise de dados. Isso pode representar uma dificuldade ao ensino, pois não atinge todo o conjunto de importante bibliografia estrangeira que, fruto de larga experiência profissional e investigativa de seus autores, apresenta contribuições importantes para a construção do conhecimento acerca do que ocorre nos arquivos, de modo geral. Assim, aliando-se às barreiras de docentes e discentes relativamente às línguas estrangeiras, destaca-se a dificuldade de acesso e obtenção de cópia de trabalhos publicados em outros países. Além disso, diferentemente de outras áreas, na Arquivologia ainda não temos uma estrutura de indexação de periódicos e de bases de dados que atenda, plenamente, às demandas dos pesquisadores da área.

Como professores, precisamos nos aplicar na escolha dos itens que irão compor a bibliografia das disciplinas. Esses textos irão subsidiar os alunos nas suas primeiras incursões no campo arquivístico e, portanto, precisam possuir características condizentes com a ementa e objetivos das disciplinas. É curioso perceber, que dentre os textos selecionados pelos professores como sendo aqueles que darão suporte ao ensino dos conceitos mencionados, alguns não preenchem totalmente esse requisito. São textos importantes e de valor indiscutível, mas que discutem outros aspectos da área, mas não relacionados aos conceitos em destaque.

Os autores mencionados têm a tendência a considerar os arquivos como um conjunto de documentos e essa tem sido a compreensão também de grande parte dos professores. Essa concepção se reflete, de certo modo, na construção das grades curriculares e, também, em âmbito mais amplo, na programação de eventos científicos.

Quando admitimos que essa seja a natureza dos arquivos, temos a possibilidade de pensar em um objeto concreto que tem uma história de estudo construída ao longo dos anos. A materialidade defendida por vários teóricos no campo da Ciência da Informação configura-se fundamental no meio arquivístico porque permite ao arquivo exercer suas funções de registrar e socializar as informações geradas de modo específico e único.

Trata-se de uma posição tradicional se considerada a posição de outros autores que propõem a concepção de arquivos como sistema de informação ou como um acervo composto por informações orgânicas. No entanto, ao admitir essa última como verdadeira, esbarramos no conceito de *informação arquivística* ou *informação orgânica*, como tem sido apontada por autores da área.

Nesse caso, nem mesmo os dicionários terminológicos apresentam uma proposta de definição para a expressão “informação arquivística” e isso se reflete na posição de alguns dos professores, que preferiram ou defini-la de modo genérico, de alguma forma vinculando-a com a questão documental, ou omitir uma posição a respeito. A dificuldade encontrada pelos professores é, de certa forma, reflexo da lacuna existente na literatura arquivística a respeito desse assunto.

A necessidade de melhor compreender os conceitos de arquivo e informação arquivística nos leva a propor a abertura de espaços para realizar discussões sobre a temática conceitual junto aos docentes e alunos. Nesse sentido, seria importante que esse assunto fosse pautado em eventos da área, onde as diferentes concepções pudessem ser debatidas, contribuindo para uma efetiva verticalização teórica.

Seria interessante, ainda, a partir do conhecimento da concepção docente, conhecer como os alunos têm assimilado esses conceitos. Nesse sentido, e à vista daquilo que pudemos constatar na presente pesquisa, acreditamos que a mesma possa, num futuro próximo, ser objeto de continuidade e de ampliação, voltando-se para aqueles que estão saindo da faculdade e irão enfrentar o mercado de trabalho.

Assim, encerramos essa jornada tendo a plena convicção de que há muito por fazer em termos de construção do conhecimento arquivístico e de que não podemos nos furtar desse papel como professor. Acreditamos na seriedade com que a comunidade arquivística tem se empenhado e estamos dispostos a nos permitir, dentro de nossos limites, a contribuir com a questão.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. **Los archivos: entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editora UOC, 2003.
- ALMEIDA JUNIOR, O.F. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALETIM, M.L.P. (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 31-51.
- ANDRADE, R. S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) e a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto archives HUB. **PontodeAcesso**, v. 1, n. 2, p.70-100, jul./dez. 2007.
- ÂNGULO MARCIAL, N. **Manual de tecnología y recursos de la información**. México: Instituto Politécnico Nacional, 1996.
- ARAD, A. O Conselho Internacional de Arquivos e a metodologia arquivística. **Archivum**, Paris, n. 29, p.182-193, 1982.
- ARAÚJO, C.A.A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.
- ARÉVALO JORDÁN, V.H. **Teoría, fundamentos y práctica de la Archivología**. 1.ed. [Santa Fé]: virtual e-libro.net, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR12676: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. Rio de Janeiro, 1992.
- BAHMER, R. Archives. In: **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science**. Nova York: Marcel Dekker Inc., 1968. p. 518.
- BARRETO, A.R. et al. **Gestão de unidades de informação: manual**. Curitiba: TECPAR; Brasília: IBICT, 1997.
- BAUTIER, R.H. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIe – début du XIXe siècle). **Archivum**, v.18, p. 139-149, 1968.
- BEARMAN, D. Archival strategies. **American Archivists**, v. 58, n.4, p. 380-413, Fall 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/40293938>>. Acesso em: 24 ago. 2009.
- BELLOTTO, H.L. A especificidade da informação arquivística. **Contracampo**, Niterói, n.2, p. 21-29, 1998a.
- _____. Informação e o documento arquivístico. **Revista D'Art**, São Paulo, n.2, p.52-55, 1998b.

_____. **Arquivística: objetos, princípios e rumos.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2. ed.rev. amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

_____. **O arquivista na sociedade contemporânea.** 2004b. Disponível em: <<http://polo1.marilia.unesp.br/cedhum/pdf/texto01.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

_____. **Arquivologia: objetivos e objetos.** Disponível em: <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2010.

BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité: cours du Collège de France 2000-2001.** Paris: Raisons d’agir, 2001.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004.** Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=71&sid=46>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bistream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. **Parecer CNE/CES nº 492,** de 3 de abril de 2001. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia [...], Arquivologia e Museologia. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

_____. **Resolução CNE/CES nº 20,** de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

BRENNEKE, A. **Archivistica: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea.** Milán, 1968. Disponível em: <<http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/Brenneke/brenneke.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

BRITO, D.M. de. A informação arquivística na Arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 31- 50, jan./jun. 2005. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 05 dez. 2009.

- BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.42, n. 5, p.351-360, 1991.
- CALDERON, W.R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004.
- CAMARGO, A.M.A.; BELLOTTO, H.L. (Coord.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CAMPBELL, T.M. Archives and information management. **Archivaria**, 28, Summer 1989. Disponível em:
<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11576/12522>>. Acesso em: 23 set. 2009.
- CARVALHO, E.L. de; LONGO, R.M.J. A informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Inf.Inf.**, Londrina, v.7, n.2, p.113-133, jul./dez. 2002.
- CASANOVA, E. **Archivistica**. 2. ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
- CASTRO, A.M. **Arquivologia**: sua trajetória no Brasil. Brasília: Thesaurus, 2008.
- CASTRO, A.M.; CASTRO, A.M.; GASPARIAN, D.M.C. **Arquivística Arquivologia**: Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.
- CASTRO, A.A.C.; RODRIGUES, G.M. **A trajetória da Arquivística no Brasil**: marcos temporais e debates iniciais. Disponível em:
<<http://www.asorchi.CI/DOCS/42.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- CENCETTI, G. Gli archivi dell'antica Roma nell'età repubblicana. **Archivi**, v. 2, p.7-47, 1949. Reed. em **Scritti Archivistici**, Roma, p. 121-220, 1971.
- COOK, T. Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandês en 1898. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVES BEIJING, 13., Canadá, 1996. **Anais...** Canadá, 1996a. III Sesión Plenaria - informe principal.
- _____. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch Manual in 1898. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVAL, 13., Pekin, 1996. **Proceedings...**Pekin, 1996b.
- _____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p.17-63, Spring 1997.
- _____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum na formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

_____. Archival science and postmodernism: new formulation for old concepts. **Archival Science**, Netherlands, v.1, n.1, p. 3-24, Mar. 2001.

CORNELSEN; J.M.; NELLI, V.J. Gestão integrada da informação arquivística. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 70-84, ago./dez. 2006.

COSTA, L.F. da; SILVA, A.C.P. da; RAMALHO, F.A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência Informação** [online] v.39, n.2, p. 129-143, 2010. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-9652010000200011>>. Acesso em: 05 out. 2010.

COUTO, S.L. do. **A definição terminológica**: problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da corrosão. 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em Terminologia e Tradução) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

COUTURE, C. Le calendrier de conservation the retention schedule: notions fondamentales de L'archivistique intégrée. **Archivum**, v.39, p. 6-23, 1994. Actes du 12 Congres International.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução de Luis Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

CRUZ MUNDET, J.R. **Manual de arquivística**. 7. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2008.

_____. **La formation universitaire des archivistes a l'Union Européenne**, 2009. Disponível em: <http://20090209.archiwa.gov.br.pl/repository/wz/VII%Konferencya/Papers/J_R_Cruz.Mundet_La%20formation.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

CUNHA, M. V. da. O profissional da informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências. **PontodeAcesso**, Salvador, v.3, n. 2 p.94-108, 2009. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br> Acesso em: 21 mar. 2011.

CUNHA, M.V.; CRIVELLARI, H.M.T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DANTON, G. **Metodologia científica**. Pará de Minas: Virtualbooks, 2002. Edição especial. Disponível em: <www.virtualbooks.com.br>. Acesso em: 13 set. 2011.

DELMAS, B. Archival science facing the information society. **Archival Science**, n.1, p. 25-37, 2001.

- DELSALLE, P. **Una histoire de L'Archivistique**. Quebec: Université du Quebec, 2000.
- DOLLAR, C.M. Archivists and records managers in the information age. **Archivaria**, v. 36, p. 37-52, Autumn 1993.
- DUARTE, Z. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, 1 Série, v. 5-6, p. 141-151, 2006-2007.
- DUCHARME, J.; ROUSSEAU, J.Y. L'interdépendance des archives et de la gestion des documents: une approche globale de l'Archivistique. **Archives**, v. 12, n.1, p. 5-28, June, 1980.
- DUCHEIN, M. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. **Informativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros**, Ano 15, n. 1, p. 2-10, jan.-jun. 2006.
- DUMONT, L. M. M. al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, p. 223-240, 2008
- DUPLA DEL MORAL, A. **Manual de archivos de oficina para gestores**. Comunidad de Madrid, Dirección General de Patrimonio Cultural. Madrid: Consejería de Educación y Cultura. Comunidad de Madrid/Marcial Pons, 1997.
- DURANTI, L. The archival body of knowledge: archival theory, method, and practice and graduate and continuing education. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 34, n. 1, p.8-24, Winter 1993.
- _____. Registro documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.49-64, 1994.
- _____. Reliability and authenticity: the concepts and their implications. **Archivaria**, n. 39, p.5-10, Spring 1995.
- DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS Research Project. **Archivaria**, v. 42, p. 46-67, 1996.
- EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Ed.). **Currents of archival thinking**. California: ABC-CLIO, 2010.
- FAUVEL, T.H.F.; VALENTIM, M.L. Informação orgânica como subsídio para o processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M.L. (Org.) **Gestão da Informação e do Conhecimento**. São Paulo: Polis, 2008. p. 229-241.
- FINATTO, M.J.B. O papel da definição de termos técnico-científicos. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n.1, p. 73-97, jul. 2002.
- FONSECA, M.O. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, p. 1999. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/289/255>>. Acesso em: 10 mar. 2003.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. As estruturas de produção do conhecimento arquivístico: quadros em movimento. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, jan./jun. 2008.

FONSÊCA, A.M. F.; ODDONE, N. **Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/AngelaNanci.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2010.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREDRIKSSON, B. Postmodernistic archival science: rethinking the methodology of a science. **Archival Science**, Netherlands, v.3, n.2, p.177-197, jun. 2003.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L.(Org.); MARTELETO, R.M.(Org.); LARA, M.L.G.de (Org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p.13-36.

FURLANETO NETO, M.; BELLINETTI, G. A assinatura digital como prova de autoria do documento eletrônico. **Revista Em tempo**, Marília, v. 7, p.9-24, 2008.

FUSTER RUÍZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de documentación**, n.2, p. 103-120, 1999.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, J.Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

GALENDE DÍAZ, J.C.; GARCÍA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y documentación**, v.13, n.2, p.7-35, 2003.

GARCIA, O.M.C.; SCHUCH JUNIOR, V.F. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p.115-134, jan./dez. 2009.

GUIMARÃES, J.A.C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n.1, p. 124-137, jan./abr. 1997.

GUIMARÃES, J.A.C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: GUIMARÃES, J.A.C.; FUJITA, M.S.L. (Org.). Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar. Marília: FUNDEPE, 2008. p. 33-43.

GUTIÉRREZ MUÑOZ, César. El documento archivístico. In: _____. **Descripción de documentos archivísticos** (Materiales de trabajo). Lima: Instituto Riva-Agüero, Pontificia Universidad Católica del Perú, 1982.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica. 6.ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1993.

HEREDIA HERRERA, A. **¿Qué es un archivo?** Espanha: Ediciones Trea, 2007.

HORA, S.R.A. da; SATURNINO, L.P.T.; SANTOS, E.C. dos. **A evolução do arquivo e da Arquivologia na perspectiva da História**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/33326/1/A-EVOLUÇÃO-DO-ARQUIVO-E-DA-ARQUIVOLOGIA-NA-PERSPECTIVA-DA-HISTÓRIA/pagina1.html>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

INNARELLI, H. C. Os dez mandamentos da preservação digital. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, T. R. B. **Arquivística**: temas contemporâneos. Brasília: SENAC, 2007.

INDOLFO, A.C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.28-60, jul./dez. 2007.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed.rev.amp. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

JARDIM, J.M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 251-260, 1992.

_____. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1999a.

_____. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação: cadernos de textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999b. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2002.

JARDIM, J.M. ; FONSECA, M.O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos Bad**, v.2, p.29-45, 1992.

_____. Arquivos. In: CAMPELLO, B.S.; CALDEIRA, P.T.; MACEDO, V.A.A. **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p. 369-389.

_____. Educação arquivística, pesquisa e documentos eletrônicos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v.2, n.2, p.52-55, 2003.

_____. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Datagrama zero**, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em:
<http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 13 maio 2010.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. Oxford: The Clarendon Press, 1922. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/manual-of-archive-administration-including-the-problems-of-war-archives-and-archive-making/oclc/665143919?title=&detail=&page=frame&url=http%3A%2F%2Fbooks.library.ualberta.ca%2Flocal%2Fmanualofarchivea00jenkuoft%26checksum%3D9fcd7abc6b035bae285320e9175ad159&linktype=digitalObject>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

KEMONI, H.N.; WAMUKOYA, F.; KIPANG'AT, Joseph. Obstacles to utilization of information held by archival institutions: a review of literature. **Records Management Journal**, v. 13, n. 1, p.38-42, 2003.

KETELAAR, E. Archival theory and the Dutch Manual. **Archivaria**, North American, 1, jan. 1996. Disponível em:
<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/articles/view/12123/13118>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

_____. Tacit narratives: the meanings of archives. **Archival Science**, v.1, n. 2, p. 131-141, Jun. 2001.

KOHL, M.F. Innovating the service sector: an information age myopia. **ARMA: records management quartely**, v.26, n.1, p. 3-13, 1992.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. 2.ed. rev. atual. Tradução de Maria Yêda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEÃO, F.C. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). 2006. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – ECA/Universidade de São Paulo, 2006.

LODOLINI, E. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. **Irargi Revista Archivística**, n.1, p.27-61, 1988.

_____. La gestion des documents et l'archivistique. In: MANAGEMENT OF RECORDED INFORMATION, 1989, Ottawa. **Proceedings ...** Munchen, London, Paris: K. G. Saur, 1990.

_____. **Lineamenti di storia dell'archivistica italiana: dalle origini alla metà del secolo XX.** Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1991.

_____. **Archivistica: principios y problemas.** Madrid: La Muralla, 1993.

LOPES, L.C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

LÓPEZ YEPES, J. **Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporáneo.** Disponível em: <<http://www.ucm.es/centro/cont/descargas/documento11910.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

LOUREIRO, M.F.; JANNUZZI, P.M. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, v.17, n. 2, p.123-151, maio/ago. 2005.

LOUZADA, J.M. **Os conceitos de documento e de informação na literatura arquivística.** Trabalho de conclusão de curso. 48f. (Arquivologia) – Unesp, 2007.

MAcNEIL, H. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, n. 37, p. 6-20, Spring 1994. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11982/12941>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

MAIA, A. **O processo histórico de construção do curso de Arquivologia no Brasil.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT5_E_SUPERIOR/1/501.PDF>. Acesso em: 11 jun. 2010.

MARCACINI, A.T.R. **O documento eletrônico como meio de prova.** São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://augustomarcacini.net/index.php/DireitoInformatica/DocumentoEletronico>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

MARCONDES, C. H. Informação arquivística, estrutura e representação computacional. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 17-32, 1998.

MARINHO JÚNIOR, I.B.; GUIMARÃES E SILVA, J. Arquivos e informação: uma parceria promissora. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-32, 1998.

MARQUES, A.A.C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística no Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Os diálogos e as contribuições da Arquivologia no campo da Ciência da Informação.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA - Mesa redonda "Patrimônio cultural arquivístico: Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia", 15., Goiânia, 2008. Disponível em: <www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/.../angelica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.

MARQUES, A.A.C.; RODRIGUES, G.M. **A constituição do campo científico da Arquivística e suas relações com a Ciência da Informação.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação, 8., 2007, Salvador. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--115.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Os cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia. **Resumos...** Goiânia: AAB: AAG, 2008. CD-ROM : color. Disponível em: <www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes.../angelica.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. **A Arquivística nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib's):** análise preliminar da influência do pensamento arquivístico internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação - A responsabilidade social da Ciência da Informação, 10., 2009, João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/pages/anais-do-enancib.php>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

_____. **A trajetória da Arquivística no Brasil:** marcos temporais e debates iniciais. Disponível em: <www.asocarchi.cl/DOCS/42.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2010.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia internacional e a nacional:** referenciais teóricos para a sua compreensão. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/395>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

MARTÍN-POZUELO, M.P. **La construcción teórica en archivística:** el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III-BOE, 1996.

MASON, R.O. What is an information professional. **Journal of Education for Library and Information Science**, Arlington, v. 31, n. 2, p. 121-138, 1990.

MASSON, S.M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.85-103, jan./jun., 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 05 dez. 2009.

MATTOS, A.M.; DIAS, E.W. **Análise de cocitação de autores:** questões metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação, 11., 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.enancib.ibict.br>. Acesso em: 25 ago. 2011.

MAURI MARTÍ, A.; PERPINYÀ MORERA, R. **Estudiar archivística:** dónde y por qué. Tréa: Gijón, 2008.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MENDO CARMONA, C. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: RUIZ RODRÍGUEZ, A.A. (Ed.). **Manual de Archivística**. Espanha: Síntesis, 1995a. p.19-38.

_____. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. **Signo – Revista de Historia de la Cultura Escrita**, 2, p. 113-132, 1995b.

MENNE-HARITZ, A. Access: the reformulations of an archival paradigm. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

_____. An Archival system with old traditions in a time of change. **Archival Science**, v. 3, n. 4, p. 321–327, Dec. 2003. Disponível em:
<http://novo.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=70&smn=78&sfx=aHR0cDovL2Jlc2NhZG9yLnBlcmlyZGljb3MuY2FwZXMuZ292LmJyL1Y/aW5zdGI0dXRIPUNBUEVTJnBvcnRhbnD1OT1ZPJm5ld19sbmc9UE9SJmZ1bmM9ZmluZC1laioxJnNmeGdyb3VwPUEm>. Acesso em: 25 ago. 2009.

MICHEL, M.H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, R.C.R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 284-290, set./dez. 1999.

MORAES, C.R.B. de; FADEL, B. Triangulação metodológica para o estudo da gestão da informação e do conhecimento nas organizações. In: VALENTIM, M.L. (Org.). **Gestão da Informação e do Conhecimento**. São Paulo: Polis, 2008.

MORENO, A.V. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

MORENO, N.A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. Belo Horizonte, 2006, 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.13-21, jan./abr. 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. Complexidade: os desafios do método. In:_____. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. p.90-137.

MULLER, S.P.M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a óptica de Abbott: proposta de estudo. In: MULLER, S.P.M. ; BAPTISTA, S.G.

(Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 23-54. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, v. 3).

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Título original: Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivarissen, 1898.

MURGUIA, E.I. Discursividade da Ciência da Informação e sua institucionalização na Biblioteconomia e a Arquivologia: um estudo comparado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/395>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

NAGEL, E. Ciência: natureza e objetivo. In: MORGENBESSER, S. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1972.

NASCIMENTO, M.A.; FLORES, D. A gestão da informação arquivística como subsídio ao alcance e à manutenção da qualidade. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 62-77, jul./dez. 2007.

_____. A gestão da informação arquivística na implementação de sistemas de qualidade. **PontodeAcesso**, Salvador, v.2, n.2, p.80-93, ago./set. 2008. Disponível em: <[NEVES, Francisco Ramos. Karl Popper e Thomaz Kuhn: reflexões acerca da epistemologia contemporânea I. **Revista da Farn**, Natal, v. 2, n. 1, p. 143-148, jul./dez. 2002.](http://www.pontodoa Acesso em: 27 jan. 2010.</p></div><div data-bbox=)

NUÑEZ FERNÁNDEZ, E. **Organización y gestión de archivos**. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 1999.

OLIVEIRA, M.K. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: _____. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, L.M.V. de. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 53-74, jul./dez. 2006a.

_____. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. 146f. 2006b. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFF/IBICT, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/Dissertacao%20Lucia%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, F.H. **A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da capital federal**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2010. Disponível em:

<http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6611>. Acesso em: 20 mar. 2011.

PAES, M.L. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed.rev.amp. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PINHEIRO, L.V.R. **A ciência da informação entre luz e sombra: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. Tese (Doutorado em Comunicação) – UFRJ/Eco, 1997.

_____. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.15, n. 1, p.13-48, 2005.

PINTO, L.G.; OCHÔA, P. (Coords.). **A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação: relatório**. Observatório da Profissão de Informação-Documentação. Lisboa, 2006.

PONJUÁN DANTE,G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIM, M.L.P. **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 91-105.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.26, p.17-46, 2º sem. 2008.

_____. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 331f. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Unesp/Marília, 2009.

REIS, L. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. **Biblios – Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Ano 7, n. 24, abr. /jun., 2006.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar**. In: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4., Vila Nova de Famalicão, Casa das Artes, 2001a. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

_____. Archival science and changes in the paradigm. **Archival Science**, v.1, n.3, p. 295-310, 2001b.

_____. Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, I Série, v. 1, p.97-110, 2002.

_____. **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação**. In: JORNADAS LUSO-CABOVERDIANAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PORTUGAL E CABO VERDE: dois povos, duas nações e uma história em comum. Universidade Portucalense, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

RODRIGUES, A.C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2008.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., João Pessoa, 2009. p.1-20. Disponível em: <dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/481/1/GT%202%20Txt%207-%20RODRIGUES,%20Ana%20C%3%A9lia.pdf>. Acesso em: 22 maio 2011.

RODRIGUES, G.M.; MARQUES, A.A.C. Archival Science in Brazil: the establishment of scientific discipline and its impact on training archivists the era of information and knowledge. **Archival Science**, v. 8, n. 2, p. 103-121, 2009.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, M.C. **La delimitación de la Archivística como ciencia**. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mcrlopez.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

ROMERO TALLAFIGO, M. **Archivística y archivos: soportes, edificio y organización**. 2.ed.rev.amp. Carmona (Sevilla): S&C, Asociación de Archiveros de Andalucía, 1994.

RONDINELLI, R.C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROUSSEAU, J.Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ROUSSEAU, R.; ZUCALA, A. A Classification of author co-citations: definitions and search strategies. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 55, n. 6, p.513–529, 2004.

RUIZ RODRÍGUEZ, A.A. (Ed.) **Manual de archivística**. Madrid: Síntesis, 1995.

RUMSCHÖTTEL, H. The development of Archival Science as a scholarly discipline. **Archival Science**, v. 1, n. 2, p. 143-155, Jun. 2001.

SANDRI, L. La storia degli archivi. In: ACTAS DU VIÈME CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARVHIVES, 6., 1968. **Archivum**, v. 18, p. 101-113, 1970.

SANTANA, Y.D.; MENA MUGICA, M.M. Evolución de la ciencia archivística. **Acimed**, v.20, n.1, p.1-16, 2009. Disponível em: <<http://scielo.sld.cu>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

SANTOS, V.B. dos; INNARELLI, H.C.; SOUSA, R.T.B. de (Orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília (DF): SENAC, 2007.

SANTOS, J.T.J.; TOUTAIN, L.M.B.B. Automação de unidades de informação arquivística: o modelo alternativo do software livre. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 2, jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1770>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, A.M. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2.ed. Porto: Afrontamento, 2002. V.1.

SILVA, A.M da. **Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/1026/8742>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

SILVA, E.P. da. **A abordagem informacional no arquivo nacional do Brasil**. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA MERCOSUL, 7., 2007. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/65.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006). In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., Rio de Janeiro, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: Enara/AAEJ, 2008a. Cd Rom. Disponível em: <http://www.enara.org.br/downloads/Anais%20_%20CNA.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2011.

_____. A abordagem informacional nos arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.82-101, jan./jun. 2008b.

_____. **O conceito de informação arquivística**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - GT 1- Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 11., Rio de Janeiro, 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/.../53/5>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

SILVA, S.C.A. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: Associação de Arquivistas Brasileiros/FAPERJ, 2008c. 282p.

SILVA, E.L. da; CUNHA, M.V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n.3, p.77-82, set./dez. 2002.

SILVA, J.S.; GUIMARÃES, J.A.C. **As relações teóricas da Arquivologia com a Ciência da Informação: uma análise da literatura brasileira**. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/79.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

SILVA, A.M. da; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.

SMIT, J.W. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M.L.P.(Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. 156p. (Palavra-chave; 11).

_____. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação **Informação e Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2003.

SMIT, J.W.; BARRETO, A.A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L.P. (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap. 1, p. 9-23.

SOMMERMAN, A. **Formação e transdisciplinaridade**: uma pesquisa sobre as emergências formativas do CETRANS. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d'Université na Université François Rabelais de Tours, 2003.

SOUSA, R.T. B. de. **As bases do processo classificatório em Arquivística**: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 2).

_____. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I.L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 2).

_____. Os desafios da formação do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia. **Anais...** [recurso eletrônico] Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008. Disponível em:
<<http://www.aag.org.br/anaisxvcbba/conteudo/resumos/plenaria2/renatotarciso.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. A informação orgânica arquivística. **Boletim da Rede de Arquivos do MCT**, v.2, n.1, p.27-31, jan./jun. 2009. Disponível em:
<<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/informacaoorganicaarquivistica1.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

_____. **O arquivo e a gestão da informação**. Disponível em:
<<http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/84/materiais/2007/1/529/M%C3%B3dulo%201%20-%20O%20arquivo%20e%20a%20gest%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.doc>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

SOUZA, K.I.B.M. de. **Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil**: el Poder Legislativo Federal en escena. 2010. 378f. Tese (Doutorado) – Universidad Carlos III de Madrid, 2010.

TANODI, A. **El concepto de Archivología**. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1960. p. 10-11.

_____. **Manual de archivología.** Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Escuela de Archiveros, 1975.

_____. **Manual de Archivología Hispanoamericana: teorías y principios.** Centro Interamericano de desarrollo de archivos, Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicidad, 1979. Parte 1.

TANODI DI CHIAPERO, B.M. Sobre el concepto de archivo. In: **De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi.** Washington: Departamento de Asuntos Culturales/Secretaría General, 1987. p. 165-172.

THOMASSEN, T. **The development of archival science and its European dimension.** In: SEMINAR FOR ANNA CHRISTINA ULFSPARRE. Stockholm, Swedish National Archives, 1999. Disponível em: <<http://www.archiefschool.nl/docs/thomdeve.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

_____. A first introduction to Archival Science. **Archival Science**, v. 1, n. 4, p. 373-385, 2001.

TOGNOLI, N.B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea.** 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Unesp/Marília, 2010.

TOGNOLI, N.B.; GUIMARÃES, J.A.C. **A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti.** In: CONGRESSO ISKO SPAN: NEW PERSPECTIVES FOR THE ORGANIZATION AND DISSEMINATION OF KNOWLEDGE , 2009. p. 23-35. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=356731>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

TSCHAN, R. A comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. **The American Archivist**, v. 65, p. 176-195, Fall/Winter 2002.

VALENTIM, M.L.P. (Org.) **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002.

_____. As organizações e a sociedade da informação – 3. **Infohome**, 2007. Disponível em: <<http://www.ofaj.com.br/colunistas.php?cod=5>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

VÁZQUEZ, M. **Introducción a la Archivología: guía de estudio.** 3. ed. Córdoba, 1996.

VIANA, C.M. A organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 23-39, 1º sem. 2011.

APÊNDICE A - Referencial teórico das disciplinas de caráter fundamental dos cursos de Arquivologia do Brasil*

Nº	Referências	Instituição
1.	ALBERCH i FUGUERAS, Ramón. Archivos, memoria y conocimiento. In: ALBERCH i FUGUERAS, Ramón et al. Archivos y cultura: manual de dinamización . Espanha: Ediciones Trea, 2001. p.13-26.	UNB, FURG
2.	ANDRADE, Ricardo Sodré, SILVA, Rubens P.G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. PontodeAcesso , América do Norte, 2, dez. 2008. Disponível em: < http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211/2335 >. Acesso em: 3 mar. 2010	UFPB
3.	ANDRADE, Wagner Matias de. A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras. Ciência da Informação , Brasília, v. 23, n. 3, p. 359-362, jan./abr. 1993.	UFSC
4.	ANTÔNIA, Natália Maria. O papel do profissional de arquivo nos processos de desenvolvimento e inovação . Câmara Municipal de Lisboa. Divisão de Gestão de arquivos. Disponível em: < http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM41.pdf >. Acesso em: 3 mar. 2010.	FURG
5.	ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE. Archives Nationales . Paris: Archives, 1980.	UFSM
6.	AREVALO JORDAN, Victor Hugo. Teoría, fundamentos y práctica de la archivología . 4. ed. Santa Fé: Asociación de Archiveros de Santa Fé, 1991.	UFSM
7.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativo às atividades-meio da administração pública . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.	UFSCM/UFPB
8.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto Nº. 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] , Brasília, v.29, n. 6, p.455, jan. 1991. Seção I.	UEL, UFES, UFSC
9.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] , Brasília, v.132, n.132, p.9665, jun. 1994. Seção I	UFSC
10.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.1.461, de 25 de abril de 1995. Altera os arts. 3º e 4º do Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre competência organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema Nacional de Arquivos e	UFSC

	dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa de Brasil] , Brasília, v.133, n.79, p.5763, abr. 1995. Seção I.	
11.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.75.657, de 24 de abril de 1975. Cria o Sistema de Serviços Gerais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] , Brasília, v. 29, n. 6, p 455. Jan. 1991. Seção I.	UFSC
12.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto nº 24.205, de 10 de novembro de 2003. Regulamenta a Lei 2.545, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] . Brasília, 11 nov. 2003. Disponível em: < www.arpdf.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4443 >. Acesso em: 2 mar. 2005.	UFES
13.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa] do Brasil , Brasília, 4 jan. 2002.	UFES
14.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentações e materiais de sigilos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa] do Brasil . Brasília, 28 dez. 2002. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis >. Acesso em: 13 maio 2004.	UFES
15.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Diário Oficial [da República Federativa] do Brasil . Brasília, 7 nov. 1978. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis >. Acesso em: 13 maio 2004.	UFES
16.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Lei 6.546 de 4 de julho de 1978 . Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivistas e de Técnico de Arquivo e dá outras providências. Disponível em: < http://arquivonacional.org.br >. Acesso em: 1 de março de 2005.	UEL, UFES
17.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobraade.pdf >.	UFSC
18.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos.	UFES

	Princípios éticos do arquivista. Associação dos Arquivistas de Brasília. Disponível em: < www.aab.org.br/primeticos.htm#top >. Acesso em: 2 mar. 2005.	
19.	ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis >. Acesso em 25 abr.2005.	UFES
20.	ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas - AN, n. 51)	UFF,UNB, FURG, UFSC, UFRGS
21.	ARQUIVO NACIONAL. Publicações técnicas. Rio de Janeiro, 1985, 1986, 1988.	UFSM/UFPB
22.	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O papel da Ibero-América na comunidade arquivística internacional. Niterói (RJ), 1998.	UEL
23.	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Arquivo & Administração. Volumes: v.1, n.2, v.1, v.2, v 15.23. Rio de Janeiro, 1994, 1998.	UFPB, UFSM
24.	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Arquivologia: textos e legislação. Rio de Janeiro, 1979.	UFSM
25.	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. Estatutos. São Paulo, 1989.	UFSM
26.	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	UFF,UNB
27.	BAR, Fernando Luis. Gerenciamento da Documentação e Informação. São Paulo: CENADEM, 1988.	UFSM
28.	BARRETO, Aldo Albuquerque. A questão da informação. São Paulo em Perspectiva , v.8, n.4, p.3-8, out./dez. 1994.	UEL
29.	BARRETO, Aldo Albuquerque. O tempo e o espaço da Ciência da Informação. Transinformação , v.14, n.1, p.17-24, jan./jun. 2002.	UEL
30.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. Arquivo: Boletim histórico e informativo , São Paulo, v.10, n.2, p.81-83, jul./dez. 1989.	UEL
31.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O arquivista na sociedade contemporânea. Disponível em: < http://www.marilia.unesp.br/cedhum/pdf/texto01.pdf >. Acesso em: 1 de mar. 2005.	UEL
32.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Archivística, archivo y documentos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.	UFRGS
33.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta).	UEL, FURG, UFRGS
34.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. Acervo: revista do Arquivo Nacional , Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, jan./dez. 2007.	FURG

35.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A imagem do Arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. Arquivo & História – Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n.2, p. 07-16, out. 1996.	UNIRIO
36.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A profissão e o ensino da Arquivologia. Boletim do Arquivo , São Paulo, v.1, n.1, p.11-18, dez. 1992.	UEL
37.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental . São Paulo: T. A. Queiroz, 1991/2004.	UFSM, UNB,FURG, UFPB, UFRGS
38.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As fronteiras da documentação. Cadernos FUNDAP . São Paulo, v.4, n.8, p. 12-16, abr. 1984.	UFSM
39.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os desafios da formação dos modernos arquivistas. Cenário Arquivístico , Brasília, v.1, n.1, p. 47-52, jan.-jun., 2002.	UFSM
40.	BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo . São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.	UFES
41.	BERWANGER, Ana Regina et al. Projeto de implantação do sistema de arquivos da UFSM . Santa Maria: Imprensa Universitária, 1991.	UFSM
42.	BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. Noções de Paleografia e de diplomática . 2.ed. Santa Clara: UFSM, 1995.	UFSM, UFES
43.	BOLETIM [DA] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, Rio de Janeiro, v.3, n.3, out./nov./dez. 1993.	UFSM
44.	BOLETIM [DU] CONSEIL INTERNACIONAL D' ARCHIVES. Paris, n.14, jun.1980.	UFSM
45.	BOLETIM INTERAMERICANO DE ARQUIVOS, Córdoba, n.1, 1974.	UFSM
46.	BOTTINO, Mariza. A interdisciplinaridade na graduação em Arquivologia. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). A formação do arquivista no Brasil . Niterói: EDUFF, 1999.	UFES
47.	BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. Arquivo e Administração , Rio de Janeiro, v.15-32, p.12-18, jan./dez. 1994.	UFSM
48.	BRITTO, Maria Teresa Navarro de. Ensino universitário de Arquivologia: proposta de um programa-modelo baseado numa filosofia integrada e harmônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA,10., São Paulo,1994. Anais... São Paulo: AAB,1998.(CD-ROM)	UEL
49.	CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Dicionário de Terminologia Arquivística . São Paulo: AAB, 1996.	UFSM, UFPB, UFSC
50.	CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.) Introdução às fontes de informação . Belo Horizonte: Autêntica, 2005.	FURG

51.	CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. Arquivos físicos e digitais . Brasília, DF: Thesaurus, 2007.	UFRGS
52.	CANADÁ. Arquivo Público. Departamento de Administração de Arquivos Correntes. Arquivos correntes: organização e funcionamento . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.	UFSM
53.	CARBONE, Salvatore. Curso extraordinário Panorama Arquivístico Internacional . Santa Maria: UFSM, 1980.	UFSM
54.	CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A Sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? Ciência da Informação , Brasília, v.29, n3, p.33-39, set.-dez. 2000.	UNIRIO
55.	CARVALHO, L. de F. Serviço de arquivo médico e estatística de um hospital . São Paulo: Associação Paulista de Hospitais, 1974.	UFSM
56.	CASTANHO, Denise Molon. A política de pesquisa no Arquivo Público do estado do RS . Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação das Faculdades Franciscanas. Santa Maria, 1998.	UFSM
57.	CASTILHO, Ataliba Teixeira (Org.). A sistematização de arquivos públicos . Campinas: UNICAMP, 1991.	UFSM,UFPB
58.	CASTRO, Astréa de Moraes e. Arquivo no Brasil e na Europa . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	UFSM
59.	CASTRO, Astréa de Moraes et al. Arquivística Arquivologia – Técnica – Ciência . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998.	FURG, UFRGS
60.	CASTRO, Astréa de Moraes, CASTRO, Andresa de Moraes, GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. Arquivística=técnica; Arquivologia=ciência . Brasília: ABDF, 1985.	UFES, UFPB, UFSC, UFSM
61.	CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Revista Estudos Históricos , América do Norte, v. 231, n.1, 2005.	UFPB
62.	CÓDIGO de ética. Boletim da Associação dos Arquivistas Brasileiros , Rio de Janeiro, v.6, n.3-4, jul./dez. 1996.	UFSM
63.	COLOMBO, Fausto. Os arquivos imperfeitos . Trad. Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva, 1991.p. 87-134.	UNB
64.	COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL – CEPAD. A importância da informação e do documento na administração pública brasileira . Brasília: FUNCEP,1987.	UFSM, UFPB
65.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): Norma Internacional de registro para entidades coletivas, pessoas e famílias . Trad. Victor M. M. Fonseca. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.	UNB
66.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística . Trad. Victor M. M. Fonseca. 2ª edição. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.	UNB
67.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF .	UNB

	Norma Internacional para descrição de funções. Trad. Victor M. M. Fonseca. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2008.	
68.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Section pour l'enseignement de l'archivistique et la formation des archivistes. Études 6. Repertoire des écoles des cours de formation professionnelle d'archivistes. Koblenz, 1992.	UFSM
69.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. The Profile of the Archivist. Munchem. Archivum , Paris, v. 45, 2000.	UFSM
70.	CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. 8ª REGIÃO. Bibliotecário: conheça sua legislação. São Paulo, 1996.	UFBA
71.	CONTINOLO, Giuseppe. Como organizar o arquivo. Lisboa: Fontes, 1975. 291p.	UFSM
72.	COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos históricos , Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998. Acessível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ >.	UNB
73.	CORTÉS, Vicenta. Archivos de España y América: materiales para un manual. Madri: Universidad Complutense, 1979.	UFSM
74.	COSTA, Alexandre de Souza. A bibliografia arquivística no Brasil: análise quantitativa e qualitativa. Arquivistica.net , v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: < http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=117&layout=abstract >. Acesso em: 20 mar. 2007.	UFSC
75.	COUTURE, Carol, MARTINEAU, Jocelyne, DUCHARME, Daniel. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Trad. Luis Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.	UFSM, UNB, UFPB
76.	COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. Les archives au Xxe siecle. Montréal: Université de Montréal, 1982.	UFSM
77.	CRUZ MUNDET, José Ramon. Manual de Arquivística. Madrid: Fundación German Sanchez Rupérez, 1994.	UFSM, FURG
78.	CRUZ, Tadeu. Workflow: A tecnologia que vai revolucionar processos. São Paulo: Atlas, 1998.	UFSM
79.	CURRÍCULO mínimo superior de arquivo. Arquivo e Administração , Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.11-21, abr.1974.	UFSM
80.	DELSALLE, Paul. Une Historie l'Arcluvistique. Québec: Presse de l' Université du Québec. 1998.	UFSM
81.	DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. Perspectiva em Ci.Inform. , Belo Horizonte, v.5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.	UFBA
82.	DIAS, Eduardo Wense. Ensino e pesquisa em Ciência da Informação. Datagramazero – Revista de Ciência da Informação , v.3, n.5, out. 2002. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out02/Art_02.html >. Acesso em: 18 fev.2005.	UEL

83.	DITATI, Carlos Augusto Silva (Org.). Legislação arquivística brasileira . Rio de Janeiro: CONARQ, 2008. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br . Acesso em: 22 jul. 2008.	FURG
84.	DODEBEI, Vera Lúcia Boyle. Os sentidos e o significado de documento para a memória social . 1997. ECO. UFRJ. Rio de Janeiro. P.103-165.	UFSM
85.	DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos: algumas considerações . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 7, n. 1-2, 1994.	UFSC
86.	DUARTE, Zeny. Quem é o profissional, o arquivista? In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. Anais... Porto Alegre, 2006.	FURG
87.	DUCHEIN, Michel. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. Arquivo & Administração , Rio de Janeiro, v.6, n 3. set.dez. 1978.	UFSM, UFPB
88.	DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração , Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.1986.	UFF, UNB, UEPB
89.	DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. Acervo: revista do Arquivo Nacional , Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p.13-22, jan./dez. 2007.	FURG
90.	DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Estudos históricos , Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Acessível em < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ >.	UFF, UNB
91.	EMILIANE, Jorge Roberto. La ética profesional Del archivero. El mundo de los archivos , Córdoba, v.1, n.2, p.35-54, nov. 1981.	UFSM
92.	ESPOSEL, José Pedro Pinto. Arquivos: uma questão de ordem . Niterói: Muiraquitã, 1994.	UFSM
93.	ESPOSEL, José Pedro Pinto. Introdução à Arquivologia: roteiro de ensino . Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1980.	UFSM
94.	ESPOSEL, José Pedro Pinto. Os arquivos no Brasil: atualidade e perspectiva. Separata de SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6., 1973, São Paulo. Anais... São Paulo, 1973. v3.	UFSM
95.	EVANS, Frank B. Archivist and records managers: variations on a theme. The American Archivist , v.3, n.1, p.45-58, jan. 1976.	UFSM
96.	FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. Arquivo & Administração , v.7, n.1, p.5-7, jan./ abr.1979.	UEL
97.	FAVIER, Jean. Les archives . Paris: Presses Universitaire de France, 1965.	UFSM
98.	FONSECA, Maria Odila (Org.). A formação do arquivista no Brasil . Niteóri: UDEFF, 1999.	UFES
99.	FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação . Rio de Janeiro: FGV, 2005.	UFF, UNB, UFBA, UFES,

		FURG, UFAM, UFRGS, UEPB
100.	FONSECA, Maria Odila. O direito à informação. Arquivo & História , Rio de Janeiro, p. 17-32, 1996.	UFES
101.	FRANCO, Celina M, BASTOS, Aurélio W. Os Arquivos Nacionais: estrutura e legislação. Acervo , Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-28, jan./jun. 1986.	UEPB
102.	FREIRE, I.M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. Informação & Sociedade Estudos , João Pessoa, v.12, n.1, p. 184-194.	UFES
103.	GAK, Luiz Cleber, BELESSE, Julia. Arquivística: a pertença cidadã. Cenário Arquivístico , v.1, n.1, (jan./jun. 2002). Brasília: ABARQ. 2002. P. 37-43.	UNIRIO
104.	GALLEGO DOMÍNGUES, Olga, LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. Introducción na Arquivística . Galícia: Anabad. Estudios n.1.	UFSM
105.	GARCIA, Olga Maria C. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação . Santa Maria, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em administração da Universidade Federal de Santa Catarina.	UFSM, UFPB
106.	GÓES MONTEIRO, Norma. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. Acervo v.3, n.2. jul./dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1988. P.79-90.	UNIRIO
107.	GOMES, Francelino Araújo, HELLUY, Hâmda R. Manual de arquivo e documentação . 4. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1976.	UFSM
108.	GOMES, Hagar Espanha. Documentação e comunicação . Rio de Janeiro, FGV, 1973.	UFSM
109.	GOMES, Maria Yêda F.S. de FILGUEIRAS; MELLO, M.P.; SANTOS, Maria Consuelo Pinheiro. Perfil do Profissional da Informação e o Mercosul . In: ENCUESTRO DE DIRECTORES, 3., Y DE DOCENTES DE LÁS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2., 1998. p. 37-41. Disponível em: <www.utem.el/deptogestinfo/6/doc>. Acesso em: 2 mar. 2005.	UFES
110.	GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo . São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998.	UFSM, UFES, UFRGS
111.	GUINHACT, Claire; MENO, Michel. Introdução geral às ciências da informação e documentação . Brasília: IBICT, 1994.	UFBA
112.	HAMON, M. Os méritos da história empresarial. Memória Eletropaulo , n.22, p.14-21, ago./dez. 1995.	UEL
113.	HEREDIA HERRERA, A. El principio de procedência y los otros principios de la archivística . São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta).	UEL
114.	HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general: teoría y practica . 4 ed. Sevilla: Gráficas Del Sur, 1985/1989/1993.	UFSM, UFPB, FURG, UFRGS

115.	HIGINO, Anderson Fabian Ferreira; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; SCOTT, Carolina de Souza Paes. Construção de políticas de informação : aspectos epistemológicos e metodológicos. LINC em Revista, Brasília, v. 4, n. 2, p. 286-302, set. 2008.	UFAM
116.	HOLANDA, Nilson. Planejamento e projetos . Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1975.	UFSM, UFPB
117.	INDOLFO, Ana Celeste. O perfil dos estudantes de Arquivologia da UNI-RIO. In: JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila (Orgs.). A Formação do Arquivista no Brasil . Niterói-RJ: EDUFF, 1999. P.159-166.	UNIRIO
118.	INDOLFO, Ana Cristina et al. Gestão de Documentos . Conceitos e Procedimentos Básicos. Rio de Janeiro. Publicações Técnicas 47, 1995.	UFSM, UFES, UFPB
119.	JARDIM, José Maria ; FONSECA, Maria Odila (Org.). A formação do arquivista no Brasil . Niterói (RJ): EdUFF, 1999.	UEL, FURG, UFSM, UFRGS, UNIRIO, UFES, UFPB, UFSC
120.	JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). Acesso à informação e política de arquivos . 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.	UFF
121.	JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. A informação como campo interdisciplinar. Disponível em: http://www.uff.br/neinfo/artigoinfo.html . Acesso em: 17 de fev. de 2005.	UEL
122.	JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a arquivística e a Ciência da Informação. Informare – Cad.Prog.Pós-Grad.Ci.Inf., Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-50, jan./jun. 1995.	UEL, UFBA
123.	JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil . Niterói EDUFF, São Carlos: EDUFF, 1995. 195p.	UFSM, UFF, UFPB, UFSC, UFRGS
124.	JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do estado no Brasil : usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.	UFSM, UFPB
125.	JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação , Brasília. v.2, n.2, 1995.	UFPB
126.	JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). Ciência da Informação , Brasília, v.27, n. 3, p 243-252, set./dez. 1998.	UNIRIO, UFSC
127.	JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos Arquivos. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.251-260, 1992.	UNIRIO
128.	JARDIM, José Maria. Do pré-arquivo à gestão de documentos. Acervo , v.3, n.2, p.33-36, jul./dez. 1988.	UNIRIO
129.	JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante. (Org.). Formas e Expressões	UFF

	do Conhecimento: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte, 1998, p. 367-390.	
130.	JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. Conceitos Básicos em Arquivologia. Apostila.	UFF
131.	JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. O conceito e a prática da gestão de documentos. Acervo , Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 1987.	UFMS, UFF, UFPB
132.	JARDIM, José Maria. Novas perspectivas da Arquivologia nos anos 90. In: _____. A informação: questão e problemas. Niterói: EDUFF, 1995. p.27-38. (Estudos e pesquisas, 1).	UFMS, UFF, UFBA
133.	JARDIM, José Maria. Políticas arquivísticas no Mercosul. Arquivo&Administração , v. 5, p. 12-16, 2006.	UFF
134.	KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. Acervo , Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 5-10, jul./dez. 1988.	UNIRIO
135.	KECSKEMÉTI, Charles. Argumentación em favor de uma enciclopédia em matéria de arquivos. In: De archivos y archivistas: uma homenagem a Aurélio Tanodi. Washington: OEA. 1987. p. 96-101.	UFMS
136.	KURANTOV, A. P. Progreso em la ciência administrativa de arquivos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA MESA REDONDA DOS ARQUIVOS, 8, 1976. Anais... Washington, 1976. p. 34-97.	UFMS
137.	LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In: _____. História e Memória. Campinas, S.P.: Unicamp, 1996	UNIRIO, UNB
138.	LIMA, Raul. O arquivo como elemento de comunicação. Curso informação, documentação, comunicação. Rio de Janeiro, FGV, 1972.	UFMS
139.	LIMA, S.M.D. Arquivos: reencontro do tempo. Revista Leitura , ano 22, n.2, p.31-33, mar./abr. 2004.	UEL
140.	LODOLINI, Elio. La formación profesional y las escuelas de archivística. In: De archivos y archivísticas: una homenagem a Aurelio Tanodi. Washington: OEA. 1987 p. 102-111.	UFMS
141.	LODOLINI, Elio. Questinoes básicas de la archivologia. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 1976.	UFMS
142.	LODOLINI, Elio. Archivítica: principie e problemis. Milano: Franco Angelo, 1984.	UFMS
143.	LODOLINI, Elio. Características y Problemas de los Archivos Nacionales Latinoamericanos”. Boletín del Archivo General de la Nación , Buenos Aires, LXII, 225 (Caracas, julio-diciembre, 1973) P. 261-270.	UFMS
144.	LOPES, L.C. A nova arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro, 2000.	UFMS, UEL, UFPB
145.	LOPES, L.C. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. Ciência da Informação , v.22, n.1, p.41-43, jan./abr.,1993.	UEL, UFSC
146.	LOPES, Luís Carlos. A imagem e a sombra da Arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.	UFMS, UFPB, UFRGS
147.	LOPES, Luís Carlos. A Arquivística e a informática: novos desafios e velhos problemas. Niterói: EDUFF, 1995. p.51-60 (Estudos e pesquisas, 1)	UFMS

148.	LOPES, Luís Carlos. A Arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, do estrangeiro. Revista Contracampo , Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: www.uff.br/mestcii/cca.htm . Acesso em: 12 abr. 2005.	UFES
149.	LOPES, Luís Carlos. A Gestão da Informação : as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.	UFSM, UFPB, UFRGS, UFES
150.	LOPES, Luís Carlos. A informação e os arquivos : teoria e práticas. Niterói EDUFF, São Carlos: EDUF CAR, 1996. 142p.	UFSM, UFPB, UFSC
151.	LOPES, Luís Carlos. O arquivista hermeneuta. P.53-57. Cenário Arquivístico , Brasília, v.1, n.1. jan./jun. 2002.	UFSM
152.	LOUREIRO, José Mauro Matheus. Socialização da Informação: nadando contra a corrente. Revista Informação e Sociedade : Estudos, João Pessoa, v.12, n. 2, 2002.	UNIRIO
153.	LUPORINI, Carlos Eduardo, PINTO, Nelson M. Sistemas administrativos - uma abordagem moderna de O & M. São Paulo: Atlas, 1985.	UFSM, UFPB
154.	LUZ, André Ricardo. Os arquivos e os sistemas de gestão da qualidade. Arquivística.net . v.1., n.1, 2005. Disponível em: < http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=6&layout=abstract >.	UFSC
155.	MACHADO, Helena Correa e CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais . São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999.	UFSM, UFPB
156.	MACHADO, Helena Corrêa. O perfil do arquivista em traços preliminares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2. 1974. São Paulo. Anais... São Paulo, 1974. p.21-32.	UFSM
157.	MACHADO, Helena Corrêa. Os Arquivistas : administração de conflitos e negociação: soluções compartilhadas. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2004.	UFRGS
158.	MARCIAL, Elaine Coutinho. Epistemologia da Ciência da Informação: a presença do paradigma social de Capurro na literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO , 8, Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. Salvador: ENANCIB, 2007.	UFAM
159.	MAROT, P. Lês archives français de la Renaissance à la Revolution : lês feudistes. Paris: Archives Nationales de France, 1968. [Mimeogr.].	UFSM
160.	MARQUANT, R. Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.	UFSM
161.	MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A constituição do campo científico da Arquivística e sua relação com a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO , 8, Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. Salvador: ENANCIB, 2007.	UFAM

162.	MARTINS, Maria Helena Pires. A ética em questão. Palavra-chave , São Paulo, n.8, p.3-4, out. 1994.	UFSM
163.	MASSON, Sílvia Mendes. A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. Arquivistica.net , Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em < http://www.arquivistica.net >. Acesso em 17 nov. 2009.	UFAM
164.	MATTAR, Eliana. Acesso à informação e política de arquivos . Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.	UNB
165.	McGARRY, Kevin. Aspectos éticos e profissionais da informação. In: _____. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória . Brasília: Briquet de Lemos, 1999. Cap. 6, p. 173-202.	UFES
166.	MOSS, William W. Los archivos, la historia y la tradición orales: un estudio del RAMP . Programa General de Información/UNISIST. Paris, Unesco, 1986. Acessível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000600/060066so.pdf .	UNB
167.	MUKHERJEE, A.K. Fisologia da Biblioteconomia . Teresina :Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.	UFBA
168.	MULLER, S.M. Reflexões sobre a formação profissional para biblioteconomia e sua relação com as demais profissões da informação. Transinformação , Campinas, v.1, n.2, p. 175-85, maio/ago. 1989.	UFBA
169.	MURILLO, Manuel Vázquez. Política de la Administración de documentos y archivos . Argentina: Instituto Superior Bancário, 2003.	UFSM, UFPB
170.	NAGEL, Rolf. Curso Extracurricular Documentação Pública: administração e arquivamento . Santa Maria: UFSM, set. 1980.	UFSM
171.	NAGEL, Rolf. Dicionários de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia Arquivística . Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.	UFSM
172.	NAGEL, Rolf; RICHTER, Eneida Isabel Shirmer. Elementos de Arquivologia . Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1988.	UFSM, UFBA
173.	NAVARRO, Natàlia. Casa de la memoria y centro de documentación. In: Archivos y cultura: manual de dinamización. ALBERCH i FUGUERAS, Ramón et al. Espanha: Ediciones Trea, 2001. p. 45-56.	UNB
174.	NEVES, L.R.S. O sistema de informação e o arquivista. In: CONGRESSO BRASILEIRA DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1998. (CD ROM).	UEL
175.	OLIVEIRA, Daíse Aparecida de. Atas do I Seminário de Arquivos Universitários . Campinas: UNICAMP, 1992.	UFSM, UFPB
176.	OLIVEIRA, Daíse Aparecida de. Gestão sistêmica de documentos e informações municipais: modernização da	UFSM, UFPB

	gestão pública. São José dos Campos. 2003.	
177.	OLIVEIRA, Eliana Braga de; SOUZA, Tarcísio Barbosa de. O ensino superior de Arquivologia no Brasil. Cenário Arquivístico , Brasília, v. 2, n. 2, p. 48-51, jul./ set. 2003.	UFSC
178.	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Classificação internacional uniforme das ocupações . Genebra, 1968.	UFSM
179.	PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática . Rio de Janeiro: FGV, 1991, 1997, 2002, 2009.	UFSM, UNIRIO, UFF, FURG, UFPB, UFAM, UFSC, UFRGS
180.	PAES, Marilena Leite. Os Arquivos e os desafios de um mundo em mudanças. Acervo , v.7, n.1/2, jan./dez. Rio de Janeiro, p. 65-74, 1994.	UNIRIO
181.	PAES, Marilena Leite. Curso de Organização e Administração de Arquivos . Santa Maria. UFSM, maio 1978.	UFSM
182.	PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. Ciência da Informação , Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-52, 1995.	UFAM
183.	POSNER, Ernest. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. In: ADMINISTRAÇÃO de arquivos e documentação . Rio de Janeiro: FGV, 1964. p.59-72.	UFSM
184.	PRADO, Heloisa de Almeida. A técnica de arquivar . 3.ed. Ripo de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.	UFSM
185.	QUÉAU, Philippe. A revolução da informação: em buscando bem comum. Ciência da Informação , Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago., 1998.	UFSC
186.	RICHTER, Eneida Izabel Schirmer, GARCIA, Olga Maria Correa, PENNA, Elenita Freitas. Introdução à Arquivologia . Santa Maria (RS): FACOS-UFSM, 2004.	UFES, FURG
187.	RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. Et. Al. Introdução à Arquivologia . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.	UNIRIO, UFRGS
188.	RODRIGUES, Georgete e LOPES, Ilza Leite. O direito de acesso aos documentos arquivísticos públicos: legislação de alguns países e comparação entre o Brasil e a França. In: Semana do Conhecimento/Encontro Nacional dos Profissionais de Informação e Documentação . Brasília, 2005.	UNB
189.	RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 17- 42, jul./dez.2006.	UNB
190.	RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete ; LOPES, Ilza Leite. Organização e representação do conhecimento na	UNB

	perspectiva da Ciência da Informação. Brasília, Thesaurus, 2003, p. 210-230.	
191.	RODRIGUES, Georgete, MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. RBPG. Revista Brasileira de Pós-graduação , v. 2, n. 3, p. 75-92, mar./2005. Acessível em: < http://www2.capes.gov.br/rbpg/index.php/numeros-publicados/volume-2-no3 >.	UNB
192.	RODRIGUES, José Honório. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.	UFSM
193.	RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.	UFRGS
194.	ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Dom Quixote: Lisboa, 1998.	UFSM, UNIRIO, UFF, UNB, UEL, UFBA, UFES, UEPB, FURG, UFPB, UFAM, UFRGS
195.	ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. Estudos históricos , Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 85-92, 1996. Acessível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ >.	UNB
196.	RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel. Manual de Archivística. Madrid: Síntesis [1990?].	UFSM, UFRGS
197.	SANDRI, Leopoldo. La stori degli archivi. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 6, 1968, Paris. Anais... Paris: Presses Universitaire de France, 1968, p. 101-51.	UFSM
198.	SANJUAN, Joaquim Llansó I. Gestion de documentos. Definicion y analisis de modelos. Bergara, 1993.	UFSM, UFPB
199.	SANTOS, Maria Aparecida. Arquivos – viga mestre da informação. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.4-10, dez, 1977.	UFSM
200.	SANTOS, Vanderlei Batista dos Santos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2002, 2005.	UNB, UFRGS
201.	SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2. ed. Trad. de Nilza Teixeira Soares, Rio de Janeiro: FGV, 1974, 2002.	UFSM, UNIRIO, UFF, UNB, UFES, UEPB, UFPB, UFSC, UFRGS
202.	SCHELLENBERG, T. R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963, 1974, 2002.	UFSM, UFPB, UFRGS
203.	SCHELLENBERG, T. R. Manual de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.	UFSM
204.	SILVA, Armando Malheiro da et al. Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.	UFSM, UNIRIO, UFF, UNB, UFBA, UFES, FURG, UFPB, UFSC

205.	SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Das “ciências” documentais à ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002.	UNB, UFES
206.	SILVA, Armando Malheiro da. Arquivística: perspectivas em Ciência da Informação , v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999.	UEPB
207.	SILVA, Benedicto et al. Da documentação à informação. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1974	UFSM
208.	SILVA, Benedicto. Informação, documentação, comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1972.	UFSM
209.	SILVA, J. A. O Arquivo Nacional e a implementação da Política Arquivística no Brasil. Cadernos BAD , v.2, p.121-131,1994.	UEL
210.	SILVA, Luis Martins da. Publicidade do poder, poder da publicidade. In: Comunicação pública. Estado, mercado e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 180-191.	UNB
211.	SILVA, Zélia Lopes. Arquivos, Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.	UFRGS
212.	SILLERA, M. E. Archivos, ética y formación profesional. In: RUIZ RODRÍGUEZ, A.A. (Ed.). Manual de archivística. Madrid: Síntesis, 1995. 343p. p. 325-343.	UEL
213.	SMIT, Johanna Wilhermina; Nair Yumiko Kobashi. Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.	UFRGS
214.	SMIT, Johanna Wilhermina. A interface da arquivologia com a Ciência da Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA,10.,São Paulo,1994. Anais... São Paulo: AAB,1998. (CD-ROM)	UEL
215.	SMIT, Johanna Wilhermina. O profissional da informação e sua relação com áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta L. P. (Org.) O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. Cap. 6, p. 114-134.	UFES
216.	SOBRIÑO PORTO, Vicente. Arquivos na velha Roma. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.7, p. 23-7, abr. 1979.	UFSM
217.	SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de Sousa. As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.	UFSM, UFPB
218.	STUDART, Adriana. Cidadania ativa e liberdade de informação. In: _____. Comunicação pública: Estado, mercado e interesse público. São Paulo, Editora Atlas, 2007, p. 116-133.	UNB
219.	TANODI DE CHIAPERO, Branka Maria. Sobre el concepto de archivo. In: _____. De archivos y archivistas: una homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: OEA, 1987. p.165-	UFSM

	72.	
220.	TANODI, Aurélio. El concepto de archivología . Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1960.	UFSM
221.	TANODI, Aurélio. Hacia um universalismo arquivístico. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.4, n.1. 1976.	UFSM
222.	TANODI, Aurélio. Manual de archivologia hispano-americana : teorías y principios. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 1961.	UFSM
223.	TAYLOR, Hugh A. Los servicios de archivo y el concepto de usuario : estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1984. Acessível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000600/060066so.pdf >.	UNB
224.	TERMINOLOGIA Arquivística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., Rio de Janeiro, 1972. Anais... Rio de Janeiro: AAB, 1974. p.108-17.	UFSM
225.	TESSITORE, Viviane. Os Arquivos Fora dos Arquivos . São Paulo: AAR-SP, 2002.	UFRGS
226.	THIVES Jr, Juarez Jonas. Workflow, uma tecnologia para transformação do conhecimento nas organizações – Estudo de caso no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE’SC. 1999. 108f. Dissertação (Mestrado em Administração) Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.	UFSM
227.	ULIBARRI, George. Semelhanças e diferenças entre arquivos e bibliotecas. Washington, 1962. Separata de Inter American Review of Bibliography , Washington, v.12, n.3, p.169-78, jul./set. 1962.	UFSM
228.	UNESCO. Terminologie de la documentacion . Paris, 1976.	UFSM
229.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivo. Manual Técnico Organização de Arquivos Correntes e Intermediários . Campinas, SP.: UNICAMP, 2005.	UFAM, UFSM, UFPB
230.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Cadernos de Arquivologia . Santa Maria: UFSM, CCSH, Departamento de Documentação, Curso de Arquivologia, 2002.	UFSM
231.	VALENTIM, Marta Lúcia (Org.) Atuação Profissional na Área de Informação . São Paulo: Polis, 2004.	UFRGS
232.	VALETTE, Jean-Jacques. O papel dos arquivos na administração e na política de pacificação nos países em desenvolvimento . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	UFSM
233.	VAZQUEZ MURILLO, Manuel. Relación de la administración de documentos y archivos o Archivologia com otras ciências. In: _____. Administración de documentos y archivos : planteos para el siglo XXI. 3a. ed. Buenos Aires: Alfagrama, 2008. P. 141-145.	FURG
234.	VAZQUEZ, Manuel. Introducción a la Archivologia . Mercedes. Asociacion Bonaerense de Archiveros. 1994.	UFSM

235.	VELA, Susanna. El servicio educativo. In: Archivos y cultura: manual de dinamización . ALBERCH i FUGUERAS, Ramón et al. Espanha, ediciones Treal, S.L, 2001, p. 57-84.	UNB
236.	VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral . Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 247-266.	UNB
237.	WILSON, Tom. A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e seu impacto sobre o ensino em Arquivologia e Biblioteconomia. Brazilian Journal of Information Science , Marília, SP., v. 2, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2008. Disponível em: < http://www.bjis.unesp.br >. Acesso em 14 nov. 2009.	UFAM

* A maioria das referências foi transcrita tal como aparece nos programas das disciplinas. Mas, em alguns casos, houve a necessidade de fazer inserções de dados, de forma a completar as referências e facilitar sua recuperação.

APÊNDICE B – Referências indicadas pelos professores como sendo aquelas utilizadas no ensino dos conceitos de arquivo e de informação arquivística

Nº	Material bibliográfico	Instituição
1.	ALBERCH i FUGUERAS, Ramón. Archivos, memoria y conocimiento. In: ALBERCH i FUGUERAS, Ramón et al. Archivos y cultura: manual de dinamización . Espanha: Ediciones Trea, 2001. p.13-26.	UNB, FURG
2.	ANDRADE, Ricardo Sodré, SILVA, Rubens P.G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. PontodeAcesso , América do Norte, 2, dez. 2008. Disponível em: < http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211/2335 >. Acesso em: 3 mar. 2010	UFPB
3.	ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística . Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51)	UFF,UNB, UFRGS
4.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. Arquivo: Boletim histórico e informativo , São Paulo, v.10, n.2, p.81-83, jul./dez. 1989.	UEL
5.	BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental . São Paulo: T. A. Queiroz, 1991/2004.	FURG, UFRGS
6.	BOTTINO, Mariza. Arquivos universitários: repertório bibliográfico preliminar. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 57-80, jul./dez. 1998.	UFPB
7.	BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. Arquivo e Administração , Rio de Janeiro, v.15-32, p.12-18, jan./dez. 1994.	UFPB
8.	BRASIL. Arquivo Nacional. Lei Nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União , Brasília, v.29, n.6, p.455, jan. 1991.	UEL
9.	CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Dicionário de Terminologia Arquivística . São Paulo: AAB, 1996.	UFES,UFPB
10.	CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.15-23, p. 34-40, jan./dez. 1994.	UFPB
11.	CASTILHO, Ataliba Teixeira (Org.). A sistematização de arquivos públicos . Campinas: UNICAMP, 1991.	UFPB
12.	CASTRO, Astréa de Moraes et al. Arquivística Arquivologia – Técnica – Ciência . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998.	UFRGS
13.	CASTRO, Astréa de Moraes, CASTRO, Andresa de Moraes, GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. Arquivística=técnica; Arquivologia=ciência . Brasília: ABDF, 1985.	UFPB
14.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística . Trad. Victor M. M. Fonseca. 2ª edição. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.	UNB
15.	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Legislação arquivística brasileira. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=49 >. Acesso em 20 ago. 2010.	UFRGS, UFPB, UFF

16.	COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos históricos , Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998. Acessível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ >.	UNB
17.	COX, Richard. A advocacia nos currículos de graduação em Arquivologia: uma perspectiva norte-americana. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.58-70, jan./jun. 1998.	UFPB
18.	DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. Perspectiva em Ci.Inform. , Belo Horizonte, v.5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.	UFBA
19.	DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.1986.	UFF, UNB
20.	DURANTI, Luciana (ed). Interpares project 1. International Research on permanent Authentic Records in Eletronic Systems. The long-term preservation of authentic electronic records: findings of the InterPARES Projetc. San Miniato: Archilab, 2005. Disponível em: < http://www.interpares.org/book/index.htm >.	UFF
21.	DURANTI, Luciana (ed). Interpares project 2. International Research on permanent Authentic Records in Eletronic Systems. Experiential, Interactive and dynamic records. Disponível em: < http://www.interpares.org/ip2/book.cfm	UFF
22.	DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Estudos históricos , Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm >.	UNB, UFF
23.	EVANS, Frank B. Archivist and records managers: variations on a theme. The American Archivist , v.3, n.1, p.45-58, jan. 1976.	UFPB
24.	FABIO, Carlos Alfredo Linhares; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. MAPA: a memória (esquecida) da administração brasileira. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.15-23, p. 51-57, jan./dez. 1994	UFPB
25.	FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. Arquivo & Administração , v.7, n.1, p.5-7, jan./ abr.1979.	UEL
26.	FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação . Rio de Janeiro: FGV, 2005.	UFF, UFBA, UFAM
27.	FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 33-44, jan./jun. 1998.	UFPB
28.	GAVREL, Sue. Normas de tecnologia de informação: ferramentas para o arquivista. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.15-23, p. 19-23, jan/dez. 1994.	UFPB
29.	GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo . São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998.	UFRGS
30.	HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general: teoria y practica . 4 ed. Sevilla: Gráficas Del Sur, 1985/1989/1993.	UFPB, FURG, UFRGS
31.	HEYNEMAN, Claudia Beatriz; MUNTEAL FILHO, Osvaldo. O Arquivo Nacional e os 500 anos dos descobrimentos portugueses. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 41-50, jan./dez. 1994	UFPB
32.	INDOLFO, Ana Cristina et al. Gestão de Documentos . Conceitos e Procedimentos Básicos. Rio de Janeiro. Publicações Técnicas 47, 1995.	UFPB
33.	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. DAT III [Dictionary of archival terminology]: english list (draft). Compiled by Group on	UFF

	Terminology of the ICA. [s.l: s.n., s.d]. 73p. Disponível em: < http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datiiii/intro.htm >.	
34.	JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a arquivística e a Ciência da Informação. Cadernos BAD , v.2, 1992.	UFF
35.	JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. A relação entre a arquivística e a ciência da informação. Informare – Cad.Prog.Pós-Grad.Ci.Inf. , Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-50, jan./jun. 1995.	UFBA
36.	JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. O conceito e a prática da gestão de documentos. Acervo , Rio de Janeiro, v. 2,n. 2, jul.dez. 1987.	UFPB, UFF
37.	JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos Arquivos. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.251-260, 1992.	UNIRIO
38.	JARDIM, José Maria. Do pré-arquivo à gestão de documentos. Acervo , v.3, n.2, p.33-36, jul./dez. 1988.	UNIRIO
39.	JARDIM, José Maria. Novas perspectivas da Arquivologia nos anos 90. In: _____. A informação: questão e problemas . Niterói: EDUFF, 1995. p.27-38. (Estudos e pesquisas, 1)	UFF, UFBA
40.	JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental . Niterói: EdUFF, 1999.	UFPB
41.	JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante. (Org.). Formas e Expressões do Conhecimento: introdução às fontes de informação . Belo Horizonte, 1998, p. 367-390.	UFF
42.	JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil . Niterói: EDUFF, 1995.	UFF
43.	KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. Acervo , Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 5-10, jul./dez. 1988.	UNIRIO
44.	LEAL, João Eurípedes G. Franklin. Aspectos fundamentais da escrita gótica. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.15-23, p. 58-67, jan./dez. 1994.	UFPB
45.	LOPES, Luís Carlos. A gestão da Informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada . Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.	UFPB, UFRGS, UFES
46.	LOPES, Luís Carlos. A informação e os arquivos: teoria e práticas . Niterói EDUFF, São Carlos: EDUFSCAR, 1996. 142p.	UFPB
47.	LOPES, L.C. A nova arquivística na modernização administrativa . Rio de Janeiro, 2000.	UFES, UEPB*
48.	LUPORINI, Carlos Eduardo, PINTO, Nelson M. Sistemas administrativos - uma abordagem moderna de O & M . São Paulo: Atlas,1985.	UFPB
49.	MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa; SILVA, Junia Guimarães e. Arquivos e informação: uma parceria promissora. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 1998.	UFPB
50.	MEDEIROS, Helena; LIMA, Maria João Pires de; FIDALGO, Maria José; PENTEADO, Pedro; GOMES, Zélia. Gerir documento em Portugal: como e por quê? Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 81-95,m jul./dez. 1998.	UFPB
51.	MULLER, S. ; FEITH, J.A. ; FRUIN, R. A origem e composição dos arquivos. In : MANUAL de arranjo e descrição de arquivos . Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2.ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1973. P. 12-39.	UFES, UFF
52.	NAGEL, Rolf. Dicionários de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia Arquivística . Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento	UFRGS

	Internacional. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.	
53.	OLIVEIRA, Adriana Xavier Gouveia de. Organizar acervos particulares – tarefa nada fácil. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 17-32, jul./dez. 1998.	UFPB
54.	PAES, Marilena Leite. A importância da gestão de documentos para os serviços públicos federais. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 1998.	UFPB
55.	PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática . Rio de Janeiro: FGV, 1991, 1997, 2002, 2009.	UFF, UFAM, UFRGS
56.	PEARCE-MOSES, Richard. A glossary of archival and records terminology . Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: http://www.archivists.org/glossary/index.asp . Acesso em: 20 ago. 2010.	UFF
57.	RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos . Rio de Janeiro: FGV, 2002.	UFRGS
58.	ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística . Lisboa: Dom Quixote: Lisboa, 1998.	UNIRIO, UFF, UNB, UFBA, UEL, UFES, UEPB, FURG, UFPB, UFAM, UFRGS
59.	RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel. Manual de Archivistica . Madrid: Síntesis [1990?].	UFRGS
60.	SANTOS, Vanderlei Batista dos Santos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística . Brasília: ABARQ, 2005.	UFRGS
61.	SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas . 2. ed. Trad. de Nilza Teixeira Soares, Rio de Janeiro: FGV, 1974, 2002.	UNIRIO, UFF, UFES, UFRGS
62.	SCHELLENBERG, T. R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963, 1974, 2002.	UFES, UFRGS
63.	SILVA, Armando Malheiro da.; RIBEIRO, Fernanda. Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular . Porto: Afrontamento, 2002.	UFES
64.	SILVA, Armando Malheiro da et al. Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação . Porto: Afrontamento, 1999.	UFESM, UNIRIO, UFF, UFBA, UFRGS, UFES, UFPB, UEPB**
65.	SILVA, Jaime Antunes. O Arquivo Nacional e a implementação da Política Arquivística no Brasil. Cadernos BAD , v.2, p.121-131,1994.	UEL
66.	SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Segurança em arquivos. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 33-46, jul./dez. 1998.	UFPB
67.	SILVA, Maria Leonilda R. da. A imagem na Arquivologia e na História. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 47-56, jul./dez. 1998.	UFPB
68.	SILVA, Sergio Conde de Albite. Em busca da consciência do que somos: a identidade nacional através da cultura. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.47-57, jan./jun. 1998.	UFPB
69.	SMIT, Johanna Wilhermina; Nair Yumiko Kobashi. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em Arquivos . São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.	UFRGS
70.	SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de Sousa. As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico . São Paulo:	UFPB

	Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.	
71.	THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. Arquivo&Administração , Rio de Janeiro, v.5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.	UFF
72.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivo. Manual Técnico Organização de Arquivos Correntes e Intermediários . Campinas, SP.: UNICAMP, 2005.	UFAM

* A indicação foi feita no questionário, mas não se encontra na bibliografia da disciplina.

** O docente dessa instituição indica, de modo genérico, que utiliza os textos de Malheiros.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor(a):

Sou professora do curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina e aluna Doutorado em Ciência da Informação pela UNESP – Marília, sob a orientação do Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães. Gostaria de poder contar com sua colaboração em responder ao questionário anexo, que será de grande importância para a construção de parte da minha tese.

1) Comente o que você entende por arquivo?

2) Como você define o conceito de informação arquivística?

3) Você considera o arquivo um sistema de informação?

() Sim () Não.

Justifique sua resposta.

4) Assinale com um (X) na bibliografia do programa da disciplina que você ministra(ou), quais referências você indica para tratar o conceito de arquivo e de informação arquivística.

APÊNDICE D – Quantidade de planos das disciplinas em que os autores foram citados*

AUTORES	Nº PLANOS	Nº CITAÇÕES	Nº TRABALHOS
COUTURE, Carol	11	11	1
ROUSSEAU, Jean-Yves	11	11	1
RAMOS, Júlio	8	8	1
REAL, Manuel Luís	8	8	1
RIBEIRO, Fernanda	8	9	2
SILVA, Armando Malheiro da	8	9	2
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	5	5	3
FONSECA, Maria Odila	4	8	6
JARDIM, José Maria	4	11	9
LOPES, Luis Carlos	4	6	3
PAES, Marilena Leite	4	4	2
SCHELLENBERG, T.R.	4	6	2
HEREDIA HERRERA, Antonia	3	3	1
ALBERCH I FUGUERAS, Ramón	2	2	1
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	2	3	2
CASTRO, Andresa de Moraes	2	2	2
CASTRO, Astréa de Moraes e	2	2	2
DUCHEIN, Michel	2	2	1
DURANTI, Luciana	2	4	3
FEITH, J.A.	2	2	1
FRUIN, R.	2	2	1
GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro	2	2	2
MULLER, S.M.	2	2	1
ANDRADE, Ricardo Sodré	1	1	1
BOTTINO, Mariza	1	2	2
CALDEIRA, Paulo Terra	1	1	1
CAMPELLO, Bernadete S.	1	1	1
CASTILHO, Ataliba Teixeira	1	1	1
COOK, Terry	1	1	1
COX, Richard	1	1	1
DIAS, Eduardo Wense	1	1	1
EVANS, Frank B.	1	1	1
FABIO, Carlos Alfredo Linhares	1	1	1
FAVIER, Jean	1	1	1
GAVREL, Sue	1	1	1
GOMES, Zélia	1	1	1
GONÇALVES, Janice	1	1	1
HEYNAMAN, Claudia Beatriz	1	1	1
HIDALGO, Maria José	1	1	1
INDOLFO, Ana Celeste	1	1	1
KESCKEMÉTI, Charles	1	1	1
KOBASHI, Nair Yumiko	1	1	1
LEAL, João Eurípedes Franklin	1	1	1

LIMA, Maria João Pires de	1	1	1
LUPORINI, Carlos Eduardo	1	1	1
MACEDO, Vera Amália Amarante	1	1	1
MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa	1	1	1
MEDEIROS, Helena	1	1	1
MUNTEAL FILHO, Osvaldo	1	1	1
NAGEL, Rolf	1	1	1
OLIVEIRA, Adriana Xavier Gouveia de	1	1	1
PEARCE-MOSES, Richard	1	1	1
PENTEADO, Pedro	1	1	1
PINTO, Nelson M.	1	1	1
RAINHO, Maria do Carmo Teixeira	1	1	1
RONDINELLI, Rosely Curi	1	1	1
RUIZ RODRIGUEZ, Antonio Ángel	1	1	1
SANTOS, Vanderlei Batista dos	1	1	1
SILVA, Jaime Antunes da	1	1	1
SILVA, Maria Celina Leonilda R. da	1	2	2
SILVA, Rubens R. G. da	1	1	1
SILVA, Sérgio Conde de Albite	1	1	1
SILVA,Junia Guimarães e	1	1	1
SMIT, Johanna Wilhermina	1	1	1
SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	1	1	1
THOMASSEN, Theo	1	1	1

* Para a elaboração da matriz de cocitação, foi considerado o autor com, no mínimo, três indicações, conforme destacado na primeira coluna.

APÊNDICE E - Matriz de cocitação

Instituição Autores	UN B	UFS M	UFRG S	UFF	UEP B	UFPB	UFB A	UE L	UNIRIO	UFES	UFAM	UFSC	FURG
Bellotto, Heloísa L.	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1
Couture, Carol	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Fonseca, Odila Maria	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
Heredia Herrera, Antonia	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Jardim, José Maria	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0
Lopes, Luis Carlos	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0
Paes, Marilena Leite	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Ramos, Júlio	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Real, Manuel Luís	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Ribeiro, Fernanda	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Rousseau, Jean-Yves	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Schellenberg, T.R.	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Silva, Armando M.	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0

APÊNDICE F – Autores (pessoas físicas) selecionados para tratar as questões conceituais

Nacionais	Estrangeiros
ANDRADE, Ricardo	ALBERCH i FUGUERAS, Ramón
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	COOK, Terry
BOTTINO, Mariza	COUTURE, Carol
CAMARGO, Ana Maria Almeida	COX, Richard
CASTILHO, Ataliba Teixeira	DUCHEIN, Michel
CASTRO, Astréa de Moraes	DURANTI, Luciana
CASTRO, Andresa de Moraes e	EVANS, Frank B.
DIAS, Eduardo Wense	FAVIER, Jean
FÁBIO, Carlos Alfredo Linhares	FEITH, J.A.
FIDALGO, Maria José	FRUIN, R
FONSECA, Maria Odila	GAVREL, Sue
GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro	HEREDIA HERRERA, Antonia
GOMES, Zélia	KECSKEMÉTI, Charles
GONÇALVES, Janice	MULLER, S.
GUIMARÃES E SILVA, Junia	NAGEL, Rolf
HEYNEMAN, Claudia Beatriz	PEARCE-MOSES, Richard
INDOLFO, Ana Celeste	RAMOS, Júlio
INNARELLI, Humberto Celeste	REAL, Manuel Luís
JARDIM, José Maria	RIBEIRO, Fernanda
KOBASHI, Nair Y.	RODRÍGUEZ, Antonio Ángel
LEAL, João Eurípedes	ROUSSEAU, Jean-Yves
LIMA, Maria João Pires de	SCHELLENBERG, Theodore R.
LOPES, Luis Carlos	SILVA, Armando Malheiro da
LUPORINI, Carlos Eduardo	THOMASSEN, Theo
MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa	
MEDEIROS, Helena	
MUNTEAL FILHO, Osvaldo	
OLIVEIRA, Adriana Xavier Gouveia de	
PAES, Marilena Leite	
PENTEADO, Pedro	
PINTO, Nelson M.	
RAINHO, Maria do Carmo Teixeira	
RONDINELLI, Rosely Curi	
SANTOS, Vanderlei Batista dos	
SILVA, Jaime Antunes	
SILVA, Maria Celina Soares de Mello e	
SILVA, Maria Leonilda R. da	
SILVA, Sérgio Conde de Albite	
SMIT, Johanna W.	
SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	

APÊNDICE G – Periódicos que foram indicados nas referências bibliográficas indicadas pelos professores das disciplinas analisadas

Título do periódico	Editor
Arquivo&Administração	Associação dos Arquivistas Brasileiros
PontodeAcesso	Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia
Arquivo: Boletim Histórico e Informativo	Editado na cidade de São Paulo (não foi identificado o editor)
Estudos históricos	CPDOC/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
Perspectiva em Ciência da Informação	Universidade Federal de Minas Gerais
Revista Acervo	Arquivo Nacional.
Cadernos Bad	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
Informare (não mais editado)	<u>Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação</u>